



FUNCORSAN

Seu futuro mais presente.

2018



RELATÓRIO ANUAL
DE **INFORMAÇÕES**

ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

CONSELHO DELIBERATIVO

Marcelo Santos da Rocha **Presidente**

CONSELHEIROS TITULARES

Alessandra Cristina Fagundes dos Santos

Keyla Azzolin Marini

Sady Xavier da Cruz

Delso Francisco Zwirtes

Sidnei Lima da Silva

CONSELHEIROS SUPLENTE

Alízia Mello Pistója

Carlos Augusto Gonçalves Leite

Everton Pires de Oliveira

Sulivan Pedro Dejoss Bordinhão

Tiago Simon de Souza

Thiago de Hermann Prestes

CONSELHO FISCAL

Arilson Wunsch **Presidente**

CONSELHEIROS TITULARES

Alberto Domingos Pagliarini

Ronaldo Souza da Silva

Ivan Ediênio de Andrade

CONSELHEIROS SUPLENTE

Marcelo da Rosa

Maria Anélia Danda Gomes

Laer Von Saltiel

José Luiz Marques da Silva

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Adimilson Luiz Stodulski
Coordenador do Comitê de Investimentos

Adriana Yamasaki
Representante da Patrocinadora

Sávio Fernando Scherer
Representante dos Participantes Ativos

DIRETORIA EXECUTIVA

Elena Hahn Raupp
Diretora Superintendente (ARPB)

Gilmar Antônio Arnt
Diretor de Segurança

Adimilson Luiz Stodulski
Diretor Financeiro e Administrativo (AETQ)

Humberto Cabrera Pinheiro
Representante dos Participantes Assistidos

Rafael Rocha Luzardo
Gerente de Investimentos

SUMÁRIO

Mensagem da Funcorsan	5
1 Destaques	6
1.1 Transparência	7
1.2 Eventos	10
1.3 Planejamento Estratégico 2018-2019	21
2 Governança Corporativa	23
2.1 Estrutura de Governança	24
2.1.1 Conselho Deliberativo	24
2.1.2 Conselho Fiscal	25
2.1.3 Diretoria Executiva	26
2.1.4 Comitê de Investimentos	27
2.2 Certificação e Habilitação de Dirigentes	28
2.2.1 Status Certificações e Habilitações de Dirigentes	29
2.3 Estrutura Organizacional	31
2.3.1 Reestruturação Organizacional	31
2.4 Mecanismos de Governança	34
2.4.1 Manual de Governança Corporativa	34
2.4.2 Conformidade Legal	35
2.4.3 Gestão de Riscos	35
2.5 Supervisão e Fiscalização Externa	38
2.5.1 Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc	38
2.5.2 TCE – Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul	39
2.5.3 Auditoria da Patrocinadora Corsan	40
3 Gestão do Plano	41
3.1 Custeio do Plano de Gestão Administrativa	43
3.2 Administração do Plano (Previdencial)	46
3.3 Administração dos Recursos Aplicados (Investimentos)	47
3.4 Custos de Administração por grupo de contas	48
3.5 Indicadores de Gestão 2018	49
3.6 Fundo Administrativo de 2018	50
4 Demonstrações Contábeis	51
I Balanço Patrimonial	52
II Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS	53
III Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – D/MALPB	53
IV Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DALPB	54
V Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA	54

VI Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPTP	55
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis 2018	56
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis	96
Parecer do Conselho Fiscal	100
Parecer do Conselho Deliberativo	101
5 Previdência e Atuarial	102
5.1 Fatos relevantes do Plano de Benefícios	103
5.1.1 Estudo do Plano de Benefícios BD 001	108
5.2 Mapa Previdenciário	106
5.2.1 Número de Participantes	106
5.2.2 Atualização Cadastral de Assistidos	107
5.2.3 Benefícios concedidos	107
5.3 Parecer Atuarial do Plano de Benefícios	108
5.4 Fundamentos das Premissas, Regimes Financeiros e Métodos de Financiamento aplicados na Avaliação Atuarial	123
5.4.1 Premissas Econômicas e Financeiras	123
5.4.2 Premissas Demográficas	124
5.4.3 Premissas Biométricas	125
5.4.4 Regime Financeiro	126
5.4.5 Método de Financiamento do Plano	126
5.4.6 Perdas e Ganhos Apurados na Avaliação Atuarial	127
5.4.7 Meta Atuarial	128
6 Gestão dos Investimentos	129
6.1 Enquadramento	130
6.2 Rentabilidade	131
6.3 Enquadramento e Alocação	135
6.4 Investimentos por Plano de Benefícios Definido – BD e Plano de Gestão Administrativa – PGA	137
6.5 Investimentos – Administração Terceirizada sobre total de Investimentos e sobre o Plano	138
6.6 Taxas de Administração e Desempenho da Gestão Terceirizada	139
6.7 Evolução do Ativo Líquido	140
6.8 Política de Investimentos	141
6.8.1 Alocação de Recursos	141
6.8.2 Gestão de Recursos	142
6.8.2.1 Empréstimos	144
6.9 Demonstrativo dos Investimentos	146
6.9.1 Alocação de Recursos da Entidade	147
6.9.2 Rentabilidades Brutas e Líquidas dos Fundos de Investimentos	150
6.9.3 Rentabilidades Brutas e Líquidas por Segmento de Aplicação	150
6.9.4 Riscos	151

MENSAGEM DA FUNCORSAN

“Comprometer-se com a sustentabilidade do plano para propiciar segurança, qualidade de vida e tranquilidade ao participante e seus familiares, no presente e no futuro.” Este é o nosso propósito. Todo o cuidado que temos com o Plano de Benefícios é para que você possa ficar tranquilo e cuidar de quem mais ama.

A Funcorsan, em 2019, completa 40 anos. Neste período, vivenciamos muitas histórias que fazem com que tenhamos a certeza de que estamos no caminho certo, sempre ouvindo as partes interessadas – Participantes, Patrocinadora, Entidades Associativas e todos aqueles que, de uma forma ou outra, estão envolvidos com o nosso propósito. O papel fundamental da nossa existência é ser sinônimo de segurança, uma instituição que você e sua família confiem.

Por isso, em 2018, reposicionamos nossa marca para demonstrar nossa preocupação em atender às suas expectativas. A Fundação Corsan está evoluindo, não apenas a marca, mas a forma de se relacionar com seus participantes, se aproximando cada vez mais, para estar presente hoje e no futuro.

Mas não foi só a marca que mudou. Diversas mudanças estruturais foram pensadas e articuladas, aperfeiçoadas para melhorar os nossos processos e relações. Um exemplo claro e tangível desta mudança é o lançamento do Novo Portal do Participante, tornando a experiência mais dinâmica e, com isso, demonstrando todo o nosso cuidado em prestar melhores serviços. E não podia ser diferente. Para cada passo que damos, existem órgãos de supervisão também empenhados com a gestão da Entidade, buscando sempre apoiá-la na melhoria dos processos. Um exemplo claro deste comprometimento é o acompanhamento contínuo e intenso da Patrocinadora, através de auditorias, a exemplo da Previc e do Tribunal de Contas do Estado. Estes procedimentos de controle nos auxiliam e, por conseguinte, nos direcionam a refinar todos os atos de gestão da Entidade.

Alinhado a este tema, a Fundação lançou, em janeiro de 2019, o Manual de Governança Corporativa. O instrumento, consolida os princípios básicos da governança institucional idealizados pela Funcorsan, formando um conjunto de ações estabelecidas pelo propósito da excelência no cumprimento da legislação e aprimoramento de resultados. Com a anuência da Patrocinadora, no final de 2018, formalizamos nossas práticas essenciais, demonstrando a harmonia, a transparência e a independência de cada uma das peças chave da gestão: Conselhos Deliberativo e Fiscal e Diretoria Executiva, os quais trabalham em sinergia, dentro de suas competências, demonstrando a preocupação em se modernizar como organização transparente, austera e equilibrada.

Falando em equilíbrio, não podemos deixar de citar a redução contínua dos custos de administração da Entidade, visando sua sustentabilidade. Mesmo com a constante progressão do volume do patrimônio, seguido das crescentes demandas dos órgãos de fiscalização e supervisão e, ainda, a vértice crescente do número de participantes do plano conseguimos reduzir em 16,53% nossas despesas administrativas em comparação a 2014. Resultados estes, que seguem evidenciados no Balanço Patrimonial, juntamente com a melhoria dos processos de contingenciamento dos processos judiciais e seus respectivos provisionamentos.

Em que pese uma evolução patrimonial consistente, diversos fatores contribuíram para uma forte elevação dos compromissos do Plano. Os impactos ocasionados pelos ajustes atuariais realizados em exercícios passados, como o aumento da longevidade da massa de participantes e adequação da premissa de crescimento real de salário ainda sobrecarregam, resultando um acréscimo no déficit do plano, que se encontra hoje em uma margem legal, sem a necessidade de equacionamento imediato. Esta condição especial, face a maturidade do nosso Plano,

vem sendo objeto de estudo no Planejamento Estratégico 2018-2019, para tangibilizar ações conjuntas específicas sobre o tema, alinhado a questões internas e externas, passando ainda pela reestruturação dos sistemas informatizados da Entidade.

Estamos num patamar muito diferente daquele vislumbrado há pelo menos 10 anos atrás. Ao longo de uma década, a realidade do nosso Plano de Benefícios se modificou, face em as diversas flutuações do mercado e o constante aumento do número de participantes assistidos que, somente em 2018 ocasionou, em média, a concessão de um benefício a cada dia útil.

Após a aprovação do Regulamento vigente, em 2017, realizamos ajustes no processo de cobrança de recomposição das Reservas Matemáticas as quais foram retomadas em 2018, impactando positivamente, a médio e longo prazo, nos resultados do passivo.

Cientes de que controles devem ser aplicados nos mais diversos processos, realizamos adequações fundamentais no regulamento dos empréstimos, em face do aumento no volume de questionamentos judiciais. Mesmo sabendo da importância social que este segmento de investimentos proporciona aos participantes, em especial nas questões de emergência financeira dos nossos participantes, adaptamos os regramentos existentes, cuidando assim do patrimônio da Funcorsan.

Com a publicação da Resolução do Banco Central nº 4.661/2018, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas EFPC's, iniciamos ainda em 2018 o trabalho de adequação de nossos processos, especialmente no que se refere à necessidade de, em até 12 anos, alienar o estoque de imóveis e terrenos pertencentes à sua carteira própria. Isso quer dizer que, até 2030, a Funcorsan deverá dar encaminhamento a este segmento de seu portfólio de investimentos, efetuando a venda dos imóveis existentes ou constituindo fundo imobiliário.

Fatos positivos também demonstram o grande esforço da gestão e dos empregados da Funcorsan em manter sólida nossa Instituição: a crescente inscrição de novos participantes que, somente em 2018 alcançou mais de 300 novas adesões; o terceiro ano consecutivo de atingimento da Meta Atuarial, mesmo em um contexto econômico desafiador; os resultados excelentes dos investimentos, dentre tantas outras ações que evidenciam a aposta em uma gestão qualificada, fundamentada na boa técnica, na transparência, na ética e no respeito aos nossos clientes. Tais decisões estão alinhadas em uma gestão dos investimentos focada nos resultados de longo prazo, através da mitigação de riscos, tornando a administração dos recursos ainda mais confiável e proporcionando às próximas gerações, condições equivalentes ou melhores.

A evolução da rentabilidade da carteira de investimentos da Funcorsan em comparação à meta atuarial do plano vem apresentando resultados positivos, em patamar acima de qualquer expectativa, superando, ao longo dos últimos 5 anos, em 5,79%. No ano de 2018, o resultado dos investimentos excedeu em 0,91 p.p a Meta Atuarial.

A Funcorsan não pertence a nenhum grupo específico. Ela pertence a seus mais de 9 mil participantes. Certamente, ainda há muito a ser feito e, por isso, a gestão deve ser alicerçada em pilares sólidos de confiança, dedicação e muito comprometimento. E isso é o reflexo do que fazemos: nos empenhamos ao máximo para fornecer segurança e tranquilidade para as famílias de todos os participantes e assistidos, no presente e no futuro.

Por fim, nosso agradecimento especial à Patrocinadora Corsan pelo apoio e confiança na gestão da Funcorsan. Somos gratos também aos membros da governança, empregados da Funcorsan, Participantes e demais partes interessadas pela confiança que depositaram no nosso trabalho.

DESTAQUES

1



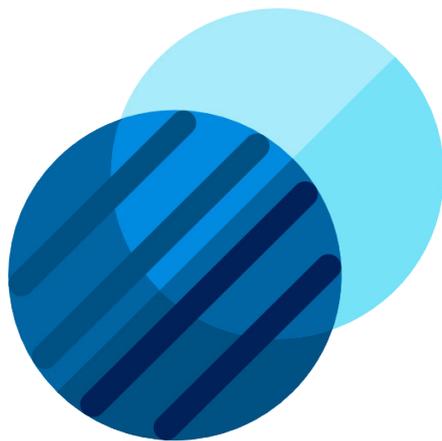
1.1 Transparência

Com o objetivo de dar transparência e clareza nas ações desencadeadas pela Funcorsan, apresentamos a seguir as principais ações de Comunicação realizadas pela Entidade durante o ano de 2018:

Fórum Permanente de Diálogo Funcorsan: No início de 2017, com a aprovação pelo Conselho Deliberativo, foi instituído o Fórum Permanente de Diálogo Funcorsan. O fórum oportuniza a interação com todos os Participantes do Plano de Benefícios, Patrocinadora Corsan, Associações e Sindicatos cujos associados mantenham vínculo com a Funcorsan, proporcionando a estes a oportunidade de sugerir melhorias para o Plano de Benefícios e para a gestão da Funcorsan, além de conhecer mais detalhadamente o universo da Previdência Complementar Fechada.

As reuniões são realizadas bimensalmente, na terceira segunda-feira dos meses de janeiro, março, maio, julho, setembro e novembro, das 14h às 17h na sede da Funcorsan e, pelo menos uma vez ao ano, no interior, preferencialmente nas sedes das Superintendências Regionais da Patrocinadora Corsan.

Com esta iniciativa, a Funcorsan pretende engajar as partes interessadas do Plano de Benefícios administrado pela Entidade, contribuindo coletivamente para a consolidação de uma Fundação sólida, competitiva e respeitada na administração de benefícios previdenciários, focada em prover soluções de previdência complementar.



Para saber mais sobre o fórum, acesse: bit.ly/forumdialogofuncorsan

Não fique de fora, participe!

Em 2018, 193 pessoas participaram das quatro edições do Fórum Permanente de Diálogo Funcorsan. Confira, a seguir, um breve detalhamento:

Edições do Fórum Permanente de Diálogo realizadas em 2018

EDIÇÃO	DATA	LOCAL	PAUTA	AValiação*
V	15/01/2018	Auditório da Funcorsan	<ul style="list-style-type: none"> Planejamento Estratégico 2018 – 2019; Fiscalizações Funcorsan; Política de Investimentos 2018-2021; Resultados dos Investimentos 2017; Resultados Seguridade 2017; Estudo de aderência das premissas atuariais para o exercício de 2017. 	100%
VI	19/03/2018	Auditório da Funcorsan	<ul style="list-style-type: none"> Status Planejamento Estratégico 2018-2019: Planos de Ação 2. Plano BD e 4. Comunicação; Prévia dos principais resultados gerenciais – Plano BD e PGA; Benefícios de Risco (aspectos sobre a concessão de benefícios para participantes já aposentados pelo INSS); Recomposição das Reservas Matemáticas decorrentes de Ações Judiciais; TAC – Cobrança dos valores de responsabilidade da Patrocinadora Corsan; TAC – Casos Omissos. 	85,71%
VII	21/05/2018	Surmis	<ul style="list-style-type: none"> Funcionamento do Fórum; Dados Institucionais Funcorsan – base Março/2018; Diferença entre as modalidades de Plano BD e CD - Por que os Planos de BD são fechados? Contribuições Extraordinárias; Casos Omissos; Recomposição das Reservas Matemáticas em razão de Benefícios Judiciais; Demais assuntos que os participantes tenham dúvidas. 	100%
VIII	16/07/2018	Auditório da Funcorsan	<ul style="list-style-type: none"> Estrutura Organizacional da Funcorsan Resultados dos Investimentos - Posição Maio/2018 Equilíbrio Técnico do Plano de Benefícios Evolução das Contribuições do Plano de Benefícios Status dos Casos Omissos. 	100%
IX	17/09/2018	Surlit	<ul style="list-style-type: none"> Funcionamento do Fórum; Dados Institucionais Funcorsan; Resultados do Plano de Benefícios (Relatório Gerencial), base Julho/2018; Recomposição das Reservas Matemáticas em razão de Benefícios Judiciais; Nova Marca Funcorsan; Demais assuntos. 	100%
x	19/11/2018	Auditório da Funcorsan	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação Aniversário Funcorsan: 39 anos fazendo seu futuro mais presente. Lançamento da Nova Marca Funcorsan; Comemoração dos 39 anos da Entidade. 	98%

* Avaliação do evento em geral considerando a soma dos percentuais resultantes: Bom, Muito Bom e Excelente.

Programas de Interiorização e Integrar: A Funcorsan realizou, em 2018, as tradicionais palestras de interiorização, promovidas pela entidade em Unidades de Saneamento de todo o estado, versando sobre aspectos da Previdência Social, esclarecendo dúvidas sobre as contribuições e benefícios pagos pelo plano da Funcorsan. Ainda, participou do Programa Integrar, da Patrocinadora Corsan, onde a Funcorsan oportunizou aos novos empregados conhecer o Plano de Benefícios. A Funcorsan, representada pelo seu Diretor de Seguridade, realizou 38 palestras, abrangendo 648 participantes e potenciais participantes do Plano de Benefícios da Funcorsan. (só interiorização, esperar a Unicorsan informar o Integrar e somar com estes números)

Ficou interessado em receber as palestras de interiorização? Participe em sua região!

As palestras de Interiorização são direcionadas a todos participantes ativos e assistidos da Fundação. Todos podem solicitar as palestras nas suas regiões, bastando, para isso, contatar a Funcorsan pelo telefone (51) 3216.6000 - Opção 2 – Diretoria Executiva e Conselhos, ou por e-mail funcorsan@funcorsan.com.br

Coluna Entenda o Regulamento do seu Plano de Benefícios: Desde outubro de 2017 o a Funcorsan iniciou uma série de reportagens sobre os principais artigos do Regulamento do Plano de Benefícios, abordados de forma didática, em um espaço fixo no Informativo Fonte, a fim de esclarecer sua abrangência e significado.

Confira, a seguir, os assuntos publicados no ano de 2018:

Coluna Entenda o Regulamento do seu Plano de Benefícios Informativo Jornal Fonte

Edição	Data	Matéria	Artigos do Regulamento
66	Abril de 2018	Recomposição da Reserva Matemática	5º, 26 e 44
67	Julho de 2018	Institutos	12,13,14,15 e 17
68	Outubro de 2018	Atualização Cadastral Assistidos (Prova de Vida)	40
69	Dezembro de 2018	Salário Real de Benefício	11

Seu Plano 5

Entenda seu Plano de Benefícios

Salário Real de Benefício - SRB

Conteúdo sempre presente no **Fonte**, os principais artigos do Regulamento do Plano de Benefícios são abordados de forma simples para que você compreenda os principais pontos e tire eventuais dúvidas sobre o seu Plano. Nesta edição trataremos sobre Salário Real de Benefício - SRB.

O que diz o Regulamento?

Artigo 11. O Salário Real de Benefício - SRB dos Participantes que ingressarem no Plano até o data de aprovação deste Regulamento pelo Órgão Fiscalizador será obtido pela média aritmética simples dos Salários de Participação, referente ao período abrangido pelos 120 últimos meses anteriores ao da concessão do Benefício, corrigidos até o mês de concessão do Benefício pelo indexador atuarial do Plano, definido no Artigo 29 deste Regulamento. Para os Participantes que ingressarem no Plano após a data de aprovação deste Regulamento, o SRB será obtido pela média aritmética simples da totalidade dos Salários de Participação, corrigidos até o mês de concessão do Benefício pelo indexador atuarial do Plano, definido no Artigo 29 deste Regulamento.

§1º. No caso dos Benefícios de Risco, se o Participante não tiver ainda o número de meses de contribuição ao Plano definidos no caput, a média aritmética simples será calculada com base no número de meses de contribuição ao Plano.

§2º. O 13º salário não será considerado para efeito de cálculo da média a que se refere o caput.

O que quer dizer?

O Salário Real de Benefício - SRB é o valor utilizado para calcular os benefícios do plano. Ele é composto pela média aritmética simples atualizada dos salários de participação (que são os seus salários utilizados na base de cálculo da sua contribuição).

A média aritmética simples nada mais é do que a soma de todos os salários (corrigidos), dividido-se este resultado pelo número de meses utilizados.

“
É preciso estar atento, visto que a data de inscrição no plano define as regras no cálculo do SRB.

Exemplo nº 1 - Participante que ingressou no plano antes de 31/03/2017

Benefício	Aposentadoria por Tempo de Contribuição
Data de Inscrição no Plano	1º/06/1988
Data de Início do Benefício	17/02/2018
Período utilizado no cálculo do SRB	De dezembro de 2008 a novembro de 2018 (120 salários)

Exemplo nº 2 - Participante que ingressou no plano depois de 31/03/2017

Benefício	Aposentadoria por Tempo de Contribuição
Data de Inscrição no Plano	1º/02/2017
Data de Início do Benefício	1º/03/2021
Período utilizado no cálculo do SRB	De março de 2017 a fevereiro de 2021 (50 salários)

Exemplo nº 3 - Participante que requer Benefício de Risco

Benefício	Auxílio Doença
Data de Inscrição no Plano	1º/03/2017
Data de Início do Benefício	1º/03/2021
Período utilizado no cálculo do SRB	De março de 2017 a fevereiro de 2021 (48 salários)

Você pode acessar o Regulamento no site da Funcorsan: www.funcorsan.com.br na aba **Plano de Benefícios** > **Regulamento Plano de Benefícios nº 001**

Funcorsan 2018

Edição 69 do Fonte. Pág. 5

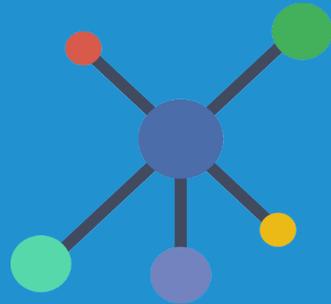
Para saber mais, acesse: www.funcorsan.com.br selecionando na barra superior a opção Informativos e, no menu à esquerda, o item Jornal Fonte.

1.2 Eventos- GCOM

Encontros Abrapp, Tchê Previdência e Funcorsan: A Abrapp - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, em parceria com a Tchê Previdência realizou no dia 5 de fevereiro no auditório da Funcorsan, o treinamento **Relatório de Controles Internos Semestrais e Parecer das Demonstrações Contábeis**. A capacitação foi voltada para Conselheiros Fiscais e Deliberativos, Diretores e Técnicos das EFPC alocados nas diversas áreas envolvidas no fornecimento de informações que subsidiam a elaboração dos Relatórios. Esta edição contou com mais de 20 profissionais inscritos de diversas associadas da Tchê Previdência.

A Tchê Previdência promoveu no dia 27 de setembro a palestra “Desafios de investimentos frente ao cenário político e econômico atual”, em parceria com a Funcorsan e a Sul América Investimentos. O encontro, realizado no auditório da Fundação, teve a presença de profissionais do segmento de Previdência Complementar, associadas da Tchê Previdência e de suas patrocinadoras.





Reuniões Funcorsan e Patrocinadora Corsan: Com o objetivo de reafirmar a parceria entre a Funcorsan e a Patrocinadora, a Fundação realizou durante o exercício, reuniões com a Companhia, promovendo a aproximação entre as Entidades, buscando a transparência e o fortalecimento da relação institucional.

Em 28 de março a Funcorsan, representada por sua Diretoria Executiva e por membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, participou de reunião técnica com a Diretoria da Corsan, realizada no gabinete da presidência. O encontro teve como objetivo a apresentação dos resultados da Fundação referentes ao exercício de 2017. Entre as principais informações apresentadas pelo grupo, destacam-se os pontos mais significativos da gestão institucional, resultados do Balanço da Fundação e detalhes sobre o Plano de Custeio do Plano de Benefícios para o exercício de 2018.

Já em 30 de julho a Diretoria Executiva da Fundação esteve reunida com o diretor-presidente da Corsan, Jorge Luiz Costa Melo. O objetivo do encontro foi realizar uma visita de cortesia e também apresentar as propostas dos projetos de Comunicação e de estudos sobre o Plano de Benefícios da Funcorsan, previstos no Planejamento Estratégico da Entidade, buscando o alinhamento destes projetos com a Patrocinadora.

Na tarde do dia 21 de dezembro, aconteceu na sede da Patrocinadora Corsan, assinatura, pelo Diretor Presidente da Corsan, Jorge Luiz Costa Melo, do termo de anuência do Manual de Governança da Funcorsan. Participaram da reunião a Diretoria Executiva e membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Entidade, bem como representantes da Comissão de Previdência da Corsan. O Manual consolida os princípios básicos da governança corporativa idealizados pela Funcorsan, os quais são traduzidos na legislação, estatuto social, estrutura organizacional, diretrizes, políticas, processos, procedimentos e práticas adotados na administração da Entidade. O documento foi lançado no dia 21 de janeiro de 2019, na XI Edição do Fórum Permanente de Diálogo Funcorsan.

Saiba mais, aqui “[2.4.1. Manual de Governança Corporativa](#)”



Campanha “No Meu Dinheiro Mando Eu”: A Funcorsan aderiu a campanha *No meu dinheiro mando eu*, lançada pela Abrapp durante a edição da Semana Nacional de Educação Financeira, realizada entre os dias 14 e 20 de maio. Contribuir para desmistificar aparentes vantagens apresentadas em situações de consumo que, na verdade, podem se transformar em potenciais “inimigas” de uma prosperidade sustentável é um dos objetivos da campanha. Através da análise de situações reais de consumo, o movimento pretende provocar uma reflexão sobre as atitudes de compra a partir de experiências cotidianas. Com a adesão a campanha, a Fundação promove uma iniciativa de Educação Financeira, apresentando detalhes sobre situações que são verdadeiras armadilhas ao consumo consciente, para que participantes e interessados defendam melhor seu dinheiro nas diversas situações comerciais.

Funcorsan nas Redes Sociais: Desde junho a Entidade passa a divulgar suas ações, informações sobre o plano, notícias de interesse dos participantes, dentre outros assuntos, através de publicações em suas redes sociais oficiais. A novidade cumpre uma das etapas do novo plano de comunicação da Funcorsan para 2018, que tem como objetivo principal incrementar a aproximação com os participantes, mantendo todos sempre muito bem informados sobre o que acontece envolvendo a Entidade em todas as suas plataformas. Os perfis oficiais da Funcorsan estão no [facebook.com/funcorsan](https://www.facebook.com/funcorsan), no [instagram.com/funcorsan](https://www.instagram.com/funcorsan) e no [youtube.com/Funcorsan](https://www.youtube.com/Funcorsan). Confira e acompanhe!



[/funcorsan](https://www.facebook.com/funcorsan)



35ª e 36ª Edições do Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA) Corsan/Funcorsan: No ano de 2018 cerca de 100 pessoas, entre servidores e seus acompanhantes de diversas regiões do Estado, participaram das duas edições do PPA, que aconteceram entre os dias 12 a 15 de junho e 23 a 26 de outubro de 2018, no auditório da entidade. Os eventos vêm sendo realizados pela Superintendência de Recursos Humanos (SURH), organizados pelo Departamento de Gestão da Saúde e Qualidade de Vida – DESAG da Corsan em parceria com a Funcorsan. Realizado desde 1995, o PPA possui caráter informativo e objetiva estimular a reflexão sobre as mudanças interpessoais, físicas, mentais, sociais e econômicas do novo papel a ser desempenhado junto à família e a sociedade, como aposentado. Incentiva, ainda, auxiliar na elaboração de um novo projeto de vida.



Palestra Seu Futuro Mais Presente: Na tarde do dia 9 de outubro, no auditório da Corsan, a Fundação realizou a palestra “Seu Futuro Mais Presente”. O evento é uma iniciativa que busca trazer até os participantes da sede um pouco do conteúdo apresentado no Programa de Interiorização, a gestão da Entidade e assuntos de interesse dos participantes em relação ao plano de benefícios.

Comemoração dos 39 anos da Funcorsan: no dia 19 de novembro de 2018, uma edição muito especial do Fórum Permanente de Diálogo Funcorsan reuniu cerca de 60 pessoas no auditório da entidade. O evento foi preparado especialmente para celebrar o aniversário de 39 anos da Fundação e também o momento em que sua nova marca, escolhida através de pesquisa online, foi revelada (veja no item a seguir). O evento foi pautado pela biografia institucional da Funcorsan, apresentando balanços tanto financeiros quanto previdenciários e de gestão, com destaque para a evolução da entidade ao longo dos últimos 10 anos.





Assim, dentre as ações para conduzir a Fundação a este futuro idealizado em sua visão, entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018 a Funcorsan fez uma pesquisa entre os seus públicos de interesse. O objetivo foi identificar o que pensam e como se sentem com relação à entidade participantes ativos e assistidos, representantes da Fundação e da patrocinadora, funcionários e até não-participantes. Após, em março do mesmo ano, a Funcorsan realizou um workshop reunindo todas as suas lideranças, buscando identificar e alinhar valores e crenças em relação à essência da entidade.

Deste workshop, foi extraída a essência do principal propósito institucional: Comprometimento com a sustentabilidade do plano para propiciar segurança, qualidade de vida e tranquilidade ao participante e seus familiares, no presente e no futuro.

Com a realização destes dois eventos (pesquisa e workshop) identificou-se a necessidade de um reposicionamento institucional, alinhando-o à uma representação tangível da instituição, ao seu novo momento e forma de se comunicar com seus públicos, materializando a emoção e os sentimentos da equipe ao realizar o seu trabalho, que representam o que a Funcorsan tem de melhor: cuidar do futuro dos seus participantes. Ainda, a necessidade de dialogar com as novas gerações, dentro de um amplo processo de transformação da comunicação da Entidade e pelas ações apontadas no planejamento estratégico que, entre outras práticas, revelaram a necessidade de uma mudança da identidade visual em busca de uma maior aproximação com seus participantes e não-participantes.



Nova Marca Funcorsan: No processo de planejamento estratégico da Funcorsan, foram definidos os pilares estratégicos e os rumos desejados, tendo como visão de futuro: Até 2019 alcançar 90% de adesão dos empregados das patrocinadoras, sendo percebida como instituição de previdência complementar sólida, competitiva e respeitada na administração de planos de benefícios previdenciários, focada em prover soluções em previdência complementar.

Com os resultados decorrentes destes dois eventos (pesquisa e workshop), a Funcorsan vem realizando um forte trabalho de aprimoramento da comunicação institucional junto aos seus participantes, desenvolvendo um novo posicionamento: Seu futuro mais presente. Este novo conceito tem o propósito de aproximar e envolver os participantes e traz, na sua essência transparência, comprometimento, segurança e o cuidado que a Fundação tem para com seus participantes.

Em preparação aos 40 anos da Entidade, que serão comemorados em 2019, a Funcorsan buscou com profissionais especializados no mercado o desenvolvimento de três modelos de novas marcas que traduzem a razão de existir da Fundação.

Entre os dias 10 de outubro e 9 de novembro de 2018, a Entidade disponibilizou uma campanha de votação para escolha da nova marca, visando a participação das partes interessadas na definição do símbolo que, na percepção dos mesmos, representa a Funcorsan.

A escolha da marca vencedora foi divulgada no dia 19 de novembro durante a X Edição do Fórum Permanente de Diálogo, e também a comemoração do aniversário de 39 anos da Entidade. A nova marca foi apresentada logo após um vídeo institucional produzido exclusivamente para detalhar o reposicionamento de imagem.





Priscila Kuhn entregando diploma de homenagem a Paulo Rogério Toporoff Lima. Abrapp/2019.

Concurso – Homenagem ao Aposentado: Em 2018 a Entidade realizou a 7ª edição do concurso “Sorteio para Homenagem ao Aposentado da Abrapp”. Todos os aposentados da Fundação Corsan já estavam automaticamente inscritos para concorrer ao recebimento da tradicional homenagem que a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) presta todo o mês de janeiro aos indicados por suas afiliadas.

Para definir o participante aposentado que representou a Funcorsan em 2019, foi realizado um sorteio, no dia 30 de novembro, através da ferramenta digital on-line Embaralhador por arquivo, que definiu como vencedor do concurso o aposentado Paulo Rogério Toporoff Lima, de Cachoeirinha. Participaram, como verificadores do sorteio, ao lado da Diretoria Executiva da Funcorsan, o presidente da Associação dos Aposentados da Funcorsan (AAFCorsan), Pedro Antônio Dall’Acqua e o diretor Antônio Francisco de Mattos. Claudio Canatta representou a Associação dos Funcionários da Corsan (Ascorsan).

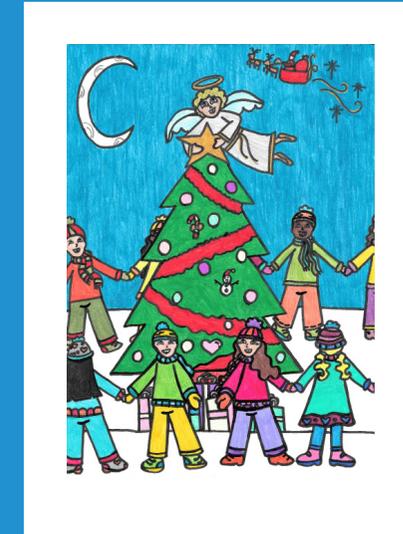
No evento, o aposentado recebeu o diploma alusivo das mãos do patrono, a funcionária da Gerência Financeira e Administrativa da Funcorsan, Priscila Kuhn, que também foi escolhida por meio de um sorteio realizado internamente em dezembro. A solenidade contou com a entrega de diplomas para 64 homenageados indicados pelas entidades associadas.

O Dia Nacional do Aposentado, comemorado no dia 24 de janeiro, foi instituído pela Lei nº 6.926, de 30 de Julho de 1981. A data foi escolhida em homenagem à aprovação da “Lei Eloy Chaves”, em 24 de janeiro de 1923. Esse dispositivo legal é considerado o marco histórico que oficializou a criação da Previdência Social brasileira, que paga hoje pouco mais de 20 milhões de aposentadorias.

Concurso – Cartão de Natal Funcorsan: Em 2018 a entidade realizou mais uma edição do concurso “Cartão de Natal Funcorsan”. O concurso que visa a criação de um desenho com temas natalinos produzidos por filhos, enteados ou netos de participantes interessados em participar do concurso, ilustrou o cartão de natal institucional, que foi impresso e encartado na edição do Informativo Jornal Fonte nº 69, de dezembro de 2018 e remetido via e-mail a todos os participantes.

A vencedora do concurso foi a menina Érica Isadora Corrêa Kuyumtzief. Filha da participante Solange Corrêa, de Gravataí, Érica teve seu trabalho selecionado entre os demais inscritos nesta edição do Concurso Cartão de Natal Funcorsan, atendendo plenamente aos critérios de criatividade e adequação ao tema. A desenhista, já estampou sua arte natalina nos cartões de natal de 2016 e 2017 e esse é seu último ano como concorrente, pois já tem 12 anos completos.

Agradecemos os pais que incentivaram e às crianças que participaram do concurso, estão todos de parabéns.



Desenho de Érica Isadora Corrêa Kuyumtzief. Cartão de Natal 2018.

X Seminário de Previdência Corsan/Funcorsan: Durante o exercício de 2018 a Funcorsan organizou a 10ª edição do Seminário de Previdência Corsan/Funcorsan. O encontro, realizado em dois dias distintos, trouxe aproximadamente 100 representantes de todas as regiões do Estado à capital, contando com uma programação rica em palestras esclarecedoras dos principais processos e procedimentos tanto da Fundação, como também da Patrocinadora.



Turma dia 27/11/2018



Turma dia 28/11/2018

Organizado pela área de Seguridade, o X Seminário ocorreu nos dias 27 e 28 de novembro, no auditório da Entidade, tendo como objetivo promover a atualização dos representantes com relação à Previdência e ao Plano de Benefícios. Alinhar estratégias para incrementar a comunicação com participantes, e especialmente não-participantes, e esclarecer pontos importantes do plano de benefícios foram os principais objetivos desta edição, marcada ainda por homenagens, palestras inovadoras além da divulgação da nova marca da Fundação.

No evento, a Funcorsan realizou a apresentação Compromisso com o futuro, hoje, a qual visou, além de esclarecer pontos específicos relacionados a Previdência Social, sensibilizar os representantes acerca da importância da opção à Previdência Complementar e, conseqüentemente a adesão ao plano de benefícios da Funcorsan. Tal conscientização foi motivada para que os representantes pudessem obter subsídios para esclarecer e atuar como multiplicadores da Entidade perante os empregados da Companhia que não fazem parte do plano. Na ocasião, além da palestra foram entregues aos representantes kits contendo folder explicativo, cartaz informativo, carta da presidência da Patrocinadora, salientando a importância da Funcorsan como política de RH da Corsan, bem como simulações de contribuição, termos de joia e adesão. Estas iniciativas convergem com a Visão Institucional, de até 2019 alcançar 90% de adesão dos empregados das patrocinadoras, sendo percebida como instituição de previdência complementar sólida, competitiva e respeitada na administração de planos de benefícios previdenciários, focada em prover soluções em previdência complementar.

No encerramento dos encontros, quatro representantes foram homenageados pela longa parceria em tantos anos de trabalho como representante voluntário da Fundação, demonstrando dedicação e boa vontade aos seus colegas de Corsan. Na terça-feira, Nori Menzel, da US de Venâncio Aires, representante desde 1990, e José Armino Corvalão, da US de Santa Bárbara do Sul, representante desde 1979 foram reconhecidos. Na quarta, Roberto Carlos Teixeira de Oliveira, da US de São Sepé, representante desde 1990 e Valmor Antônio Friedrich da US de Agudo, representante desde 1993 receberam a homenagem. Esta ação de reconhecimento do trabalho voluntário prestado pelos nossos representantes converge com o reposicionamento da nova comunicação institucional, voltada à aproximação da entidade com seus stakeholders, através de um posicionamento institucional mais próximo, afetivo, evoluindo a forma de se relacionar, contudo mantendo a essência de comprometimento e cuidado, no presente e no futuro.



Gerência de Comunicação incorpora Central de Atendimento ao Participante: Dentre as ações contempladas no Planejamento Estratégico da Funcorsan, do projeto “Comunicação” emergiu, para o realinhamento da Comunicação Institucional, a proposta de alteração estrutural em setores fundamentais da Entidade. Assim, a Central de Atendimento ao Participante, desde dezembro de 2018, está vinculada diretamente à Diretoria de Superintendência, através da Gerência de Comunicação da Entidade. Setores importantes da Funcorsan, a Central e a Comunicação, passam a trabalhar em conjunto para melhor atender as necessidades dos participantes.

As mudanças foram também físicas. A Central de Atendimento continua no 5º andar da sede da Fundação, porém, está mais acessível aos visitantes, localizada logo em frente a porta de acesso ao andar.

Ligação direta entre os Participantes e a Entidade, o Atendimento tem um papel fundamental para a gestão. Todas as demandas passam pelo setor, desde a solução de pequenas dúvidas, até a concessão de empréstimos e pedidos de benefícios. Já a Comunicação zela pela imagem institucional e mantém os participantes a par de tudo o que acontece com o plano de benefícios. A junção dessas duas áreas evidencia a preocupação da Funcorsan em atender cada vez melhor seus participantes e estar mais perto em todas as situações.

1.3 Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico da Funcorsan, concebido no exercício de 2015 para o quadriênio 2016-2019, foi submetido à sua última revisão no exercício de 2017, para adequar suas diretrizes aos ambientes externo e interno.

Confira, a seguir, as orientações estratégicas da Funcorsan:



Assim, no exercício de 2018 deu-se continuidade na implementação de projetos, os quais são relacionados aos objetivos estratégicos definidos em quatro macro perspectivas: Financeira, Mercado e Clientes, Processos e Aprendizado e Crescimento, as quais se encontram representadas no Mapa Estratégico:



No exercício de 2018, foram concluídos 2 projetos relacionados aos objetivos estratégicos da perspectiva Financeira, “1.1. Primar pelo constante equilíbrio econômico-financeiro dos planos” e “1.2. Otimizar os custos administrativos”.

O projeto idealizado pela Gerência de Investimentos, denominado “Gestão dos Ativos” visou fortalecer os mecanismos de governança da gestão dos investimentos, por meio da internalização do conhecimento de estudos relevantes relacionados à gestão de ativos, tais como o ALM (Asset Liability Management), o Acompanhamento da Regra de Solvência e a Política de Investimentos.

O segundo deles, idealizado pela Gerência de Contabilidade, denominado “Gestão dos Custos Administrativos” objetivou, por meio do conhecimento do custo administrativo da Entidade e do aprimoramento das ferramentas de gestão orçamentária, obter a otimização dos custos administrativos.

Estes projetos, após a conclusão de suas entregas, permanecem em execução como processos de gestão da Entidade.

Destaca-se, ainda, que trimestralmente, foram realizadas reuniões de avaliação do Planejamento Estratégico com a participação do Grupo de Gestão e Diretoria Executiva, e semestralmente, estas contaram com a participação dos membros dos Conselhos Deliberativo, Fiscal e do Comitê de Investimentos.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

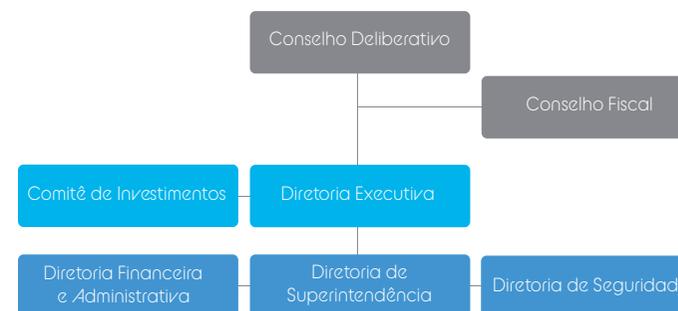
2



2.1 Estrutura de Governança

As Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC's regidas pela Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, devem possuir estrutura organizacional constituída de, no mínimo, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

A Funcorsan apresenta sua estrutura de Governança composta da seguinte forma:



2.1.1 Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura de governança da Funcorsan, responsável pela definição das diretrizes gerais de administração da entidade e de seus Planos de benefícios previdenciários.

O Conselho é composto por seis membros titulares e seis suplentes, de forma paritária entre representantes dos Participantes e Assistidos e da Patrocinadora, sendo seu Presidente escolhido dentre os indicados pela Patrocinadora.

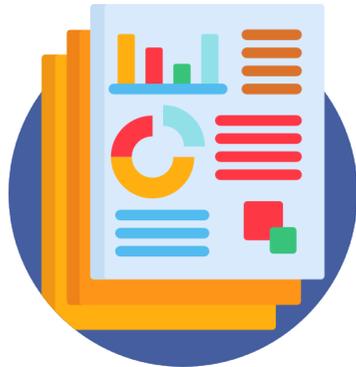
Em 2018 o Conselho Deliberativo realizou 13 reuniões, dentre as decisões do Colegiado durante o exercício, destacamos as principais:

- Estudo de Aderência das Hipóteses Biométricas, Demográficas, Econômicas e Financeiras;
- Avaliação e Parecer Atuarial 2017;
- Política de Investimentos - PI 2019 – 2023;
- Regulamento de Empréstimos;
- Seleção de Gestores de Renda Variável;
- Plano de Cargos, Carreira e Salários da Funcorsan;
- Políticas da Funcorsan;
- Balanço Funcorsan 2017;
- Orçamento da Funcorsan 2019;
- Regulamento do Plano de Gestão Administrativa 2019;
- Planejamento Estratégico;
- Relatório Anual de Informações 2017, dentre outros assuntos.

2.1.2 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno da Funcorsan. É composto por 4 membros titulares e 4 suplentes, de forma paritária entre representantes dos Participantes e Assistidos e da Patrocinadora. O Presidente do Conselho Fiscal é o mais votado entre os representantes eleitos pelos Participantes e Assistidos.

O Conselho Fiscal realizou 16 reuniões em 2018. Destacamos a seguir as principais matérias apreciadas e/ou atestadas pelo Colegiado durante o exercício:



- Relatórios Gerenciais da Funcorsan;
- Estudo de Aderência das Hipóteses Biométricas, Demográficas, Econômicas e Financeiras;
- Avaliação e Parecer Atuarial 2017;
- Cenário macroeconômico e de mercado;
- Acompanhamento dos Investimentos BD e PGA;
- Relatórios Circunstanciados de Auditoria do exercício de 2018;
- Balanço Funcorsan 2017;
- Relatório de Controles Internos relativos aos 2º semestre de 2017 e 1º semestre de 2018;
- Relatório Anual de Informações 2017, dentre outros assuntos.

2.1.3 Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva da Funcorsan é o órgão de administração geral da entidade, tendo como principal atribuição de executar as diretrizes fundamentais e cumprir as normas gerais baixadas pelo Conselho Deliberativo, dentro dos objetivos por ele estabelecidos. O Colegiado é composto por 3 membros: Diretor Superintendente (DSU), Diretor Financeiro e Administrativo (DFA) e Diretor de Seguridade (DSE). Os dois primeiros são indicados pela Patrocinadora Corsan. Já o Diretor de Seguridade é indicado pela Patrocinadora a partir do resultado das eleições organizadas por força de Acordo Coletivo de Trabalho do Sindicato Majoritário da Categoria de Trabalhadores da Patrocinadora Corsan. Foram realizadas 44 reuniões da Diretoria Executiva em 2018. Dentre as matérias apreciadas/aprovadas pela Diretoria durante o exercício, destacamos as principais:

- Orçamento Funcorsan 2019;
- Planejamento Estratégico;
- Estudo de Aderência das Hipóteses Biométricas, Demográficas, Econômicas e Financeiras;
- Avaliação Atuarial 2017;
- Balanço Funcorsan 2017;
- Relatório Anual de Informações 2017;
- Política de Investimentos - PI 2019 – 2023;
- Normas, Processos, e Políticas;
- Estudo técnico para verificação da Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros Atuarial do Plano de Benefícios;
- Processo de Seleção de Gestores de Renda Variável;
- ALM – Assets Liabilities Management – Estudo de gestão de investimentos orientada pelo passivo;
- Regulamento de Empréstimos, dentre outros assuntos.



2.1.4 Comitê de Investimentos

O Comitê de Investimentos é um órgão de caráter consultivo que acompanha a gestão dos recursos garantidores e propõe alternativas de investimentos à Diretoria Executiva da Funcorsan.

Conta com a participação de 5 membros, representantes da Patrocinadora, dos Participantes Ativos e Assistidos. Ainda, compõe o Comitê de Investimentos da Funcorsan, como membro com direito a voto, o Gerente de Investimentos e o Diretor Financeiro e Administrativo - AETQ da Funcorsan, sendo este último o Coordenador do Colegiado.

O Comitê de Investimentos realizou 13 reuniões durante o ano de 2018 e apreciou, dentre outros temas, as seguintes matérias:



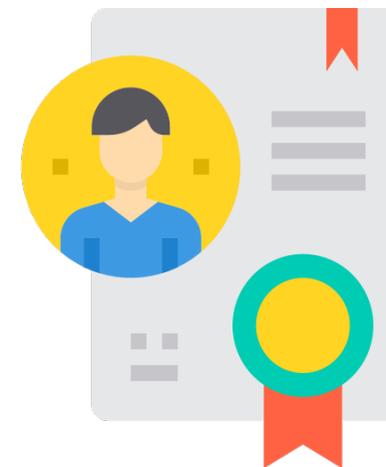
- Relatório Gerencial de Investimentos e Gerencial de Imóveis;
- Desempenho dos Fundos de Investimentos;
- Política de Investimentos - PI 2019 – 2023;
- Análise Macroeconômica e de Mercado;
- Due Diligences – Processo de seleção de gestores de Renda Variável;
- Estudo técnico para verificação da Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros Atuarial do Plano de Benefícios;
- Análise do Relatório de Estabilidade da Previdência Complementar - Previc;
- Análise de Alocação de Renda Fixa, Renda Variável, Multimercado e Multimercados Estruturados;
- ALM – Asset Liability Management - Estudo de Gestão de Investimentos orientada pelo passivo, dentre outros assuntos.

Maiores informações sobre as atribuições dos órgãos estatutários da Funcorsan poderão ser verificadas no Estatuto da Entidade, em www.funcorsan.com.br, barra superior > A Fundação, menu lateral esquerdo, Estatuto, ou nos regimentos internos dos Colegiados.

2.2 Certificação e Habilitação de Dirigentes

A Resolução CNPC nº 19, de 30 de março de 2015, dispõe sobre os processos de certificação, habilitação e qualificação no âmbito das entidades fechadas de previdência complementar.

Habilitação: é o processo realizado pela Previc para confirmação do atendimento aos requisitos obrigatórios para o exercício em determinado cargo ou função. Ou seja, é uma confirmação de que a pessoa tem capacidade para exercer aquela função. Um aval do órgão fiscalizador, que emite o Atestado de Habilitação de Dirigente de EFPC, dizendo que “está tudo ok”. Para conseguir esse “aval” da Previc, os candidatos precisam ter experiência profissional comprovada de, no mínimo, três anos, em atividades nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização ou de auditoria; Também não podem ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social, inclusive da previdência complementar ou como servidor público; Não podem ter sofrido condenação criminal transitada em julgado (já com sentença final); E devem ter reputação ilibada. Além disso, devem apresentar, nos prazos estabelecidos na legislação aplicável, certificação emitida por entidade autônoma. Para os membros da Diretoria Executiva, também é exigida formação de nível superior.



A Previc exige o envio prévio à posse da documentação para emissão do Atestado de Habilitação para os membros da Diretoria Executiva. Já o processo de Habilitação dos Conselheiros das Fundações não consideradas entidades sistemicamente importantes - ESI (que é o caso da Funcorsan), a partir de 2017, seguem os mesmos ritos exigidos para a Habilitação dos Diretores, porém, não se faz necessário o envio da documentação à Previc para assunção ao cargo, cabendo ao Dirigente máximo da Entidade garantir o permanente e fiel cumprimento dos requisitos aplicáveis para habilitação e a guarda destes documentos, para eventuais consultas por parte da Autarquia.

Certificação: A certificação é a forma do profissional comprovar que possui qualificação e conhecimento técnico necessários, em relação ao que é exigido para exercer determinado cargo ou função nas Fundações. É preciso ser certificado para ser membro da Diretoria Executiva, membro titular ou suplente dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, e também para compor o Comitê de Investimentos. Ainda, para os empregados diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos na área dos investimentos, é exigida certificação.

O AETQ – Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado pela gestão de recursos da Entidade e os empregados diretamente responsáveis pela aplicação de recursos na área dos investimentos necessitam ser certificados previamente ao exercício do cargo e função.

Ainda, a modalidade de certificação emitida deve estar associada ao exercício da respectiva atividade, ou seja, o AETQ, Diretor de Investimentos, membros dos comitês assessoramento que atuam diretamente com investimentos e demais empregados responsáveis pela aplicação de recursos, devem possuir certificado específico, emitido por instituição autônoma certificadora devidamente reconhecida pela Previc.

A certificação, além de ser uma obrigação legal, é um importante instrumento de validação da qualificação dos profissionais que atuam nas entidades fechadas de previdência complementar.

Na Funcorsan, a Secretaria é a responsável por conduzir os processos de habilitação e certificação de dirigentes e conselheiros, observando as legislações e diretrizes inerentes ao tema.

2.2.1 Status Certificações e Habilitações de Dirigentes - 2018

Apresentamos a seguir, as informações relativas ao status dos Conselheiros, Dirigentes, membros do Comitê de Investimentos e funcionários da Funcorsan, em 31 de dezembro de 2018:

Conselho Deliberativo		
Membro	Cargo	Validade da certificação
Marcelo Santos da Rocha	Presidente	02/06/2021
Keyla Azzolin Marini	Conselheira Titular	11/03/2019
Alessandra Cristina Fagundes dos Santos	Conselheira Titular	08/03/2019
Delso Francisco Zwirtes	Conselheiro Titular	15/10/2019
Sady Xavier da Cruz	Conselheiro Titular	06/04/2019
Sidnei Lima da Silva	Conselheiro Titular	07/11/2020
Tiago Simon de Souza	Conselheiro Suplente	05/05/2019
Everton Pires de Oliveira	Conselheiro Suplente	02/06/2019
Thiago de Hermann Prestes	Conselheiro Suplente	10/05/2019
Alízia Mello Pistója	Conselheiro Suplente	31/12/2021
Sullivan Pedro Dejoss Bordinhão	Conselheiro Suplente	17/01/2021
Carlos Augusto Gonçalves Leite	Conselheiro Suplente	*Não possui

*Possui um ano, a contar da posse para se certificar, conforme legislação vigente.

Conselho Fiscal

Membro	Cargo	Validade da certificação
Arilson Wunsch	Presidente	17/01/2021
Alberto Domingos Pagliarini	Conselheiro Titular	19/07/2020
Ronaldo Souza da Silva	Conselheiro Titular	15/10/2019
Ivan Ediênio de Andrade	Conselheiro Titular	14/12/2021
Laer Von Saltiel	Conselheiro Suplente	20/05/2019
Marcelo da Rosa	Conselheiro Suplente	*Não possui
Maria Anélia Danda Gomes	Conselheiro Suplente	*Não possui
José Luis Marques da Silva	Conselheiro Suplente	*Não possui

*Possui um ano, a contar da posse para se certificar, conforme legislação vigente.

Diretoria Executiva

Membro	Diretoria	Ênfase da certificação	Validade da certificação	Validade da habilitação
Elena Hahn Raupp	Superintendência	Administração	14/12/2020	31/05/2019
Adimilson Luiz Stodulski	Financeira e Administrativa	Administração	26/06/2021	31/05/2019
		Investimentos	11/02/2020	
Gilmar Antônio Arnt	Seguridade	Administração	11/08/2020	13/03/2021



Comitê de Investimentos

Membro	Validade da certificação
Adimilson Luiz Stodulski	11/02/2020
Rafael Rocha Luzardo	02/05/2019
Humberto Cabrera Pinheiro	31/08/2021
Adriana Yamasaki	13/07/2021
Sávio Fernando Scherer	02/09/2019

Empregados da Funcorsan

Membro	Cargo	Validade da certificação
Rafael Rocha Luzardo	Gerente de Investimentos	01/05/2019
Baiard Silva Ozório	Gerente de Contabilidade	26/03/2019
Elisa Henning	Analista Gerencia de Investimentos	12/04/2021
Sheila de Lima Avila	Analista Gerencia de Investimentos	25/07/2021
Rubens das Neves Neto	Analista Gerencia de Investimentos	11/04/2021

2.3 Estrutura Organizacional

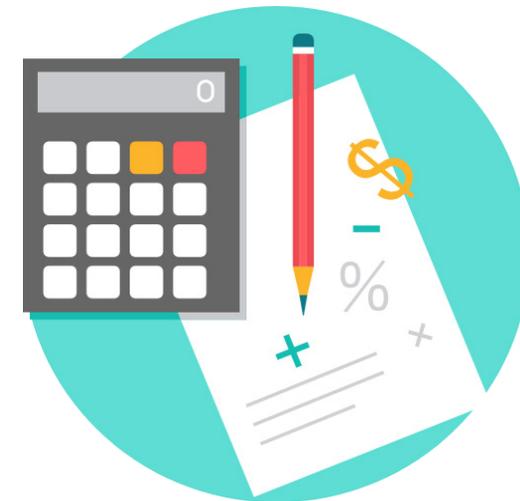
2.3.1 Reestruturação Organizacional

A entrada em vigor do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) da Funcorsan em julho de 2018 trouxe consigo, além de diversos ganhos no âmbito da gestão de pessoas, a elevação de algumas áreas para o nível de gerência. Desta forma, fica evidenciada a importância destes setores dentro da estrutura da empresa, oferecendo-se também aos profissionais salários e um plano de carreira mais adequado com o mercado, possibilitando a captação e retenção de talentos.

Dentre as áreas que receberam esta elevação, destacamos:

Gerência Atuarial: A área atuarial, foi alçada a classe de Gerência, atendendo uma demanda recorrente da gestão da Entidade e à necessidade apresentada no Planejamento Estratégico, quadriênio 2016-2019. A nova gerência conta atualmente com uma gestora com formação em Ciências Atuariais e em processo de pós-graduação, e uma analista júnior, cursando Ciência Atuariais.

A Gerência Atuarial é a responsável pelo estudo, análise e quantificação dos riscos atuariais no plano de benefícios administrados pela Entidade, desenvolvendo modelos matemáticos e estatísticos para avaliar a implicação financeira de eventos futuros e incertos relacionados aos planos. Os profissionais que atuam na área verificam o cálculo das reservas matemáticas e do custo do plano, onde é determinando o fluxo de recursos necessários para a garantia de sua liquidez, equilíbrio e solvência.





Gerência de Comunicação: A área, que antes realizava a gestão e operacionalização das atividades relacionadas à Comunicação Institucional e gestão administrativa da Secretaria Geral, recebeu o status de Gerência, permitindo direcionar o foco dos profissionais no principal patrimônio da Funcorsan: seus Participantes. Foi estruturado um novo espaço físico, mais amplo e privilegiando a informação no seu volume, forma e velocidade adequada. Diante desta nova perspectiva, a Gerência de Comunicação incorporou a Central de Atendimento ao Participante, buscando o alinhamento do discurso institucional e o aprimoramento dos seus processos. Em continuidade ao processo de reestruturação da área, a Funcorsan hoje conta com uma profissional de jornalismo que desde setembro de 2018 realiza as atividades de redação, editoração e criação gráfica dos informativos e redes sociais, aperfeiçoando o material institucional, proporcionando agilidade e aproximando a Funcorsan dos seus públicos.

Atualmente a gestão da área é realizada por uma profissional com mais 20 anos de experiência na Entidade e a equipe é composta por uma profissional formada em Comunicação Social – Jornalismo e quatro profissionais que compartilham as atividades de atendimento em todos os canais disponíveis (presencial, telefônico e eletrônico – Portal e e-mail).

A Gerência de Comunicação é responsável pela formação da identidade e imagem positiva da Funcorsan, ressaltando perspectivas relacionadas com a missão e a ideologia da Entidade. Está intrinsecamente ligada a aparência corporativa que evidencia o lado público da Fundação, formando sua personalidade organizacional. É prerrogativa desse processo conhecer e compartilhar as características da Entidade, sobretudo seus valores, buscando, de forma contínua preservar e consolidar sua imagem com seus participantes e demais públicos de interesse. Ainda, gerenciar eventuais crises de imagem que possam afetar a Funcorsan, buscando manter a imagem de respeito intacta junto aos públicos de interesse.

2.4. Mecanismos de Governança

Governança Corporativa é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo o relacionamento entre as diversas partes interessadas.

A aplicação de boas práticas de governança corporativa adotadas nas atividades, negócios e gestão da Funcorsan possui a finalidade de assegurar o cumprimento da missão da Entidade, contribuindo para sua reputação e perenidade.

2.4.1. Manual de Governança Corporativa

Em janeiro de 2019, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da Funcorsan, o primeiro Manual de Governança Corporativa da Entidade. O instrumento consolida os princípios básicos de governança corporativa idealizados pela Entidade, as práticas que norteiam a forma que a Fundação cumpre sua missão, compreendendo os relacionamentos entre seus participantes, patrocinadores, órgãos estatutários e demais agentes de governança.

O Manual de Governança foi idealizado no projeto relacionado ao objetivo estratégico “Fortalecer o sistema de governança”, vinculado ao Planejamento Estratégico, na perspectiva de processos.

Ainda, em dezembro de 2018, a Patrocinadora Corsan representada pelo seu Diretor-Presidente, Jorge Luiz Costa Melo, formalizou por meio da assinatura do Termo de Anuência, a expressa concordância quanto aos preceitos dispostos no Capítulo 5.1. Dos Compromissos das Patrocinadoras / Funcorsan e 5.2. Compromissos Funcorsan / Patrocinadoras do Manual de Governança da Entidade.

O documento se encontra disponível no Portal Funcorsan. Acesse em bit.ly/ManualGovernancaCorporativa

2.4.2. Conformidade Legal

Em 2018, a Funcorsan não registrou penalidades, sanções ou autuações relativas às suas atividades advindas da Previc, Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS) ou qualquer outro Órgão Público.

Objetivando a conformidade legal, a Funcorsan possui processos instituídos relacionados ao monitoramento do ambiente legal e regulatório, bem como os consequentes desdobramentos e adequações de seus processos formais visando o adequado atendimento das obrigações legais inerentes à Entidade.

Além disso, a Entidade adota sistemática relacionada ao monitoramento do cumprimento das obrigações legais, idealizado pela gerência de planejamento, riscos e controles, o qual apoia a avaliação do sistema de controles internos pelos Órgãos Estatutários da Entidade, no tocante à conformidade legal.

2.4.3. Gestão de Riscos

Em linha com as melhores práticas do mercado e com as recomendações da supervisão baseada em risco da Previc, a Funcorsan realiza o monitoramento dos riscos inerentes às suas atividades.

O processo de gestão de riscos, na prática, conta com autoavaliações de riscos, realizadas periodicamente, para identificar, classificar e mensurar riscos e analisar os controles existentes para mitigação da ocorrência destes riscos.

No exercício de 2018 foi realizado ciclo de autoavaliação dos riscos operacionais e controles internos, baseado na metodologia Risk Control Self Assessment – RCSA, a qual tem por base o conhecimento que cada responsável possui dos processos sob sua responsabilidade em relação aos riscos inerentes e controles existentes.

Em síntese, o processo contemplou a consecução das seguintes etapas:

- Revisão dos parâmetros de avaliação (dicionários para classificar os riscos e tabelas de impacto e frequência utilizadas para mensuração dos riscos inerentes);
- Revisão das atividades, subprocessos e processos que foram objetos de avaliação;
- Capacitação das equipes, dirigentes e conselheiros na metodologia e na atualização dos parâmetros de avaliação;
- Identificação e mensuração dos riscos com os gestores dos processos (elaboração da matriz de risco original);
- Associação dos controles aos riscos para identificar a existência e apurar o risco residual;
- Análises dos resultados (por área, riscos, subprocessos, controles);
- Posicionamento da gestão sobre os resultados, com estabelecimento dos planos de ação para mitigação dos riscos;
- Monitoramento dos planos (em execução).

A partir da análise dos resultados alcançados no ciclo de autoavaliação, foram desenvolvidos planos de ação aprovados pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, os quais se encontram em fase de implementação nos diversos níveis, sendo realizado o monitoramento da execução dos planos pela gerência de planejamento, riscos e controles, a qual é responsável pela condução do processo, com reportes sistemáticos para acompanhamento pelo Conselho Fiscal.

No ciclo de 2018, o dicionário de riscos contemplou 37 tipos de riscos, segmentados nas seguintes categorias:

Riscos estratégicos: Possibilidade de perda devido a resultados inadequados de decisões estratégicas ou aplicação inadequada por parte dos gestores, ou ainda falta de capacidade de resposta em relação ao ambiente interno e/ou externo.

Riscos de Imagem: Possibilidade de perda de credibilidade da entidade junto ao público externo, interno, ao mercado e/ou aos órgãos reguladores e fiscalizadores.

Riscos Atuariais: Possibilidade de perdas decorrentes da inadequação ou especificação deficiente dos planos e seus reflexos nas reservas matemáticas exigidas.

Riscos de Mercado: Possibilidade de perda ocasionada por um movimento adverso nos valores dos ativos e passivos, causada por mudanças nas taxas de câmbio, de juros e em outros indicadores, individualmente ou em conjunto.

Riscos de Crédito: Possibilidade de perda decorrente da contraparte de uma operação não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros.

Risco de Liquidez: Possibilidade de perda pela incapacidade da Entidade em saldar seus compromissos nas datas previstas ou pelo sacrifício ocasionado na transformação forçada de um ativo em caixa para quitar uma obrigação.

Riscos Operacionais: Possibilidade de perda decorrente da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos da Funcorsan, bem como de eventos externos que causem prejuízos às atividades da entidade ou danos aos ativos físicos nelas empregados.

Riscos Legais: Possibilidade de perdas decorrentes da inobservância de aspectos legais e regulamentares que envolvam os contratos firmados e as obrigações legais, fiscais, trabalhistas e societárias.

Riscos de Terceirização: Possibilidade de perda decorrente dos terceiros/fornecedores não honrarem, total ou parcialmente, seus compromissos contratuais e obrigações acordadas.

Da análise comparativa dos resultados dos dois últimos ciclos de autoavaliação de riscos na Funcorsan (Anos de 2018 vs. 2016), a Entidade apresentou, na média global, na exposição ao risco residual (grau de risco após a avaliação dos controles internos) uma redução de 5,10 pontos, e olhando pela ótica dos controles, uma redução de ausência de controle de 18,82 pontos.

Descrição	Risco Original	Déficit de Controle	Risco Residual
Média Global 2018	19,66	9,76	1,92
Média Global 2016	24,58	28,58	7,02

***Risco Original:** risco bruto ou inerente aos processos de uma entidade, ou seja, sem considerar os efeitos dos controles existentes ou já praticados nos processos;

****Déficit de Controle:** quanto de controle é inexistente ou falta para a mitigação/minimização dos riscos originais, de acordo com o escopo aplicado, dos processos de uma entidade;

*****Risco Residual:** é o resultado final após a avaliação dos controles, ou seja, o quanto uma entidade permanece exposta considerando os efeitos dos controles existentes e praticados para a mitigação/minimização dos riscos inerentes.

O gerenciamento de riscos na Funcorsan é responsabilidade de todos os membros integrantes da Estrutura Organizacional, permeando todos os nossos processos, visando aumentar a probabilidade de que os objetivos traçados sejam alcançados, fornecendo uma base sólida para tomada de decisão e planejamento, aprimorando a eficácia na alocação dos recursos, e aperfeiçoamento da eficiência operacional, conformidade com os requisitos legais e normativos, fortalecendo o sistema de governança corporativa da Entidade.

2.5. Supervisão e Fiscalização Externa

2.5.1 Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), criada por meio da Lei 12.154/2009, é uma autarquia de natureza especial, dotada de autonomia administrativa e financeira e patrimônio e está vinculada ao Ministério da Fazenda. Atua como órgão de fiscalização e de supervisão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

É competência da Previc fiscalizar as atividades das EFPC; apurar e julgar infrações, além de aplicar penalidades; expedir instruções e procedimentos para aplicação de normas pelas EFPC; autorizar a constituição e funcionamento de EFPC; e operações de fusão/cisão/incorporação; entre outras.

No exercício de 2018, a Funcorsan não foi submetida à ação de fiscalização direta pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.

Destaca-se que além das ações de fiscalização in loco realizadas pela Autarquia, a Previc atua por meio da sistemática de monitoramento permanente das EFPC através da captação de dados, tratamento e análise das informações atuariais, contábeis e de investimentos dos planos administrados, inclusive as obtidas por convênios de intercâmbio de informações com outros órgãos governamentais, entidades públicas ou privadas.

Apresentamos no quadro a seguir, as informações sobre os últimos 5 processos de fiscalização in loco realizados pela Previc na Funcorsan, bem como o status dos mesmos.

Ano	Relatório de Fiscalização	Status da ação fiscal da Previc
2013	RF N° 020/2013/ERRS/PREVIC, recebido em 23/12/2013.	Encerrada: Em 28/01/2015, por meio do Ofício n° 009/2015/ERRS/PREVIC.
2014	RF N° 019/2014/ERRS/PREVIC, recebido em 11/12/2014.	Encerrada: Em 26/12/2017, por meio do Ofício n° 126/2017/ERRS/DIFIS/PREVIC.
2015	RF N° 005/2015/ERRS/PREVIC, recebido em 18/06/2015.	Encerrada: Em 26/10/2015, por meio do Ofício n° 132/2015/ERRS/PREVIC.
2016	Ação Fiscal Permanente - Comunicada pelo Ofício n° 037/2016/ERRS/PREVIC, de 01/04/2016.	Encerrada: Em 07/03/2017, por meio do Ofício n° 37/2017/ERRS/DIFIS/PREVIC. Comunica que a EFPC não foi selecionada, segundo os critérios adotados pela PREVIC, para ser objeto de supervisão permanente em 2017.
2017	RF N° 79/2017/PREVIC, recebido em 22/12/2017.	Encerrada: Ofício n° 9/2018/ERRS/DIFIS/PREVIC, recebido em 27/03/2018.

2.5.2 Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE/RS

A Funcorsan vem sendo submetida a processos de “Auditoria de Regularidade - Contas de Gestão” do Tribunal de Contas – RS, regularmente, desde o ano de 2005.

A seguir, demonstramos a síntese das informações dos processos em andamento relacionados à Funcorsan, sobre os quais ainda não foi proferida decisão pela Corte de Contas.

Nº. PROCESSO	TIPO	EXERCÍCIO	DATA DE ABERTURA	DECISÃO	STATUS DO ÚLTIMO ANDAMENTO TCE/RS
010888-0200/15-6	Contas de Gestão		2015 09/12/2015	Não	Parecer Jurídico
012762-0200/17-9	Contas de Gestão		2016 14/08/2017	Não	Processo Incluído em Pauta
000381-0200/17-6	Contas de Gestão		2017 27/01/2017	Não	Parecer Jurídico
002730-0200/18-0	Contas de Gestão		2018 05/01/2018	Não	Aguardando Auditoria/PCGF

Destaca-se que, a exemplo do processo já consolidado de compliance ao Órgão de Supervisão das EFPC, a PREVIC, a Funcorsan possui também sistematizado o processo de atendimento e acompanhamento dos processos junto ao TCE-RS, de modo a garantir o pleno atendimento tempestivo às determinações do Órgão, bem como a Entidade efetua remessas de informações atinentes às suas operações, periodicamente, em atenção às exigências do Tribunal.



2.5.3 Auditoria da Patrocinadora Corsan

No exercício de 2018, a Funcorsan foi submetida à ação de auditoria realizada por empresa especializada em serviços de Auditoria contratada pela Patrocinadora Corsan.

Os trabalhos, realizados in loco, foram iniciados no mês de abril de 2018 e se estenderam ao longo de todo o ano, avaliaram as informações do exercício de 2017, com o exame do seguinte escopo:

Escopo auditado	Status
Estrutura e as práticas de governança, gestão e controles internos	Relatório final
Estudo de Aderência das Premissas Atuariais e Estudo de Convergência da Taxa de Juros - Estudo das hipóteses utilizadas nas avaliações atuariais dos planos	Minuta - aguarda relatório final
Avaliação Atuarial	Minuta - aguarda relatório final
Demonstração Atuarial	Minuta - aguarda relatório final
Nota Técnica Atuarial	Minuta - aguarda relatório final
Relatório de Controles Internos do Conselho Fiscal	Minuta - aguarda relatório final
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas	Minuta - aguarda relatório final
Política de Investimentos	Minuta - aguarda relatório final
Relatório de Divergência Não planejada - DNP	Minuta - aguarda relatório final
Relatório de Justificativa Técnica	Minuta - aguarda relatório final
Relatórios de Auditoria Independente	Minuta - aguarda relatório final
Relatórios de Fiscalização	Minuta - aguarda relatório final

Das conclusões apresentadas nos relatórios de auditoria (minuta e relatório final) sobre os exames realizados, não foram apresentados apontamentos indicando qualquer desconformidade à legislação aplicável, contudo, apresentam alguns pontos de recomendação de aprimoramento em práticas e controles internos, os quais, oportunamente, tem sido endereçados internamente pela Entidade, com vistas ao aprimoramento da gestão da Funcorsan e do plano de benefícios.

GESTÃO DO PLANO 3



O Plano de Gestão Administrativa – PGA – e seu regulamento tem por objetivo controlar as receitas e despesas administrativas inerentes à manutenção das atividades da Entidade.

Os recursos destinados ao custeio administrativo são estabelecidos anualmente, sendo que no exercício de 2018 foram utilizadas como fontes de custeio: a taxa de administração dos empréstimos concedidos aos participantes; percentual das contribuições vertidas ao Plano de Benefícios; a rentabilidade dos ativos do fundo administrativo; a transferência da rentabilidade dos investimentos em parcela equivalente à despesa apurada correspondente a esta gestão e, quando necessário, reversão do fundo administrativo.

As despesas administrativas são classificadas em despesas da administração previdencial e despesas da administração dos investimentos. Após a apuração das despesas administrativas do PGA para o período, elas foram classificadas entre comuns ou específicas em relação às duas gestões. Para distribuição das despesas de natureza comum foi desenvolvido um estudo técnico de rateio, o qual foi aprovado pelo Conselho Deliberativo, sendo que as despesas específicas são cobertas pelo custeio específico da gestão que lhe deu origem.

Da diferença apurada entre as fontes de custeio e as despesas administrativas, é constituído ou revertido o fundo administrativo do PGA.

A seguir apresentamos o detalhamento da execução das despesas de cada uma das gestões (Previdencial e de Investimentos) e consolidadas no exercício de 2018.



3.1 Custeio do Plano de Gestão Administrativa

De acordo com a Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC) nº 29/2009, as Entidades estão sujeitas ao limite de transferência de recursos dos planos de benefícios ao PGA de 1% sobre o montante dos recursos garantidores (Taxa de Administração) ou 9% sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos planos (Taxa de Carregamento) no último dia do exercício a que se referir.

Em atendimento à Resolução do CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, o Conselho Deliberativo estabeleceu como limitador para transferência de recursos para o Plano de Gestão Administrativa – PGA em 2018 a Taxa de Carregamento, limitada em 4,50% , observamos 4,50 pontos percentuais abaixo da taxa permitida pela legislação, de 9%.

Neste exercício, o total dos recursos destinados ao Plano de Gestão Administrativa da Funcorsan foram na ordem de R\$ 10.831.081,53, variando 2,04% a menor que no exercício anterior, realizando a Taxa de Carregamento Anual de 3,53%, variando 10,41% a menor que o exercício anterior, conforme composição da tabela abaixo:

Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
Recursos Destinados ao PGA (a)	<u>10.831.081,53</u>	<u>11.056.559,14</u>	<u>(2,04)</u>
Previdencial (Plano)	6.711.329,84	6.900.266,41	(2,74)
Investimentos (Plano)	4.119.751,69	4.156.292,73	(0,88)
Fluxo Previdenciário (contribuições + benefícios) (b)	<u>306.802.613,54</u>	<u>280.492.035,63</u>	<u>9,38</u>
Taxa de Carregamento (a / b). (9% Limite Legal)	<u>3,53</u>	<u>3,94</u>	<u>(10,41)</u>

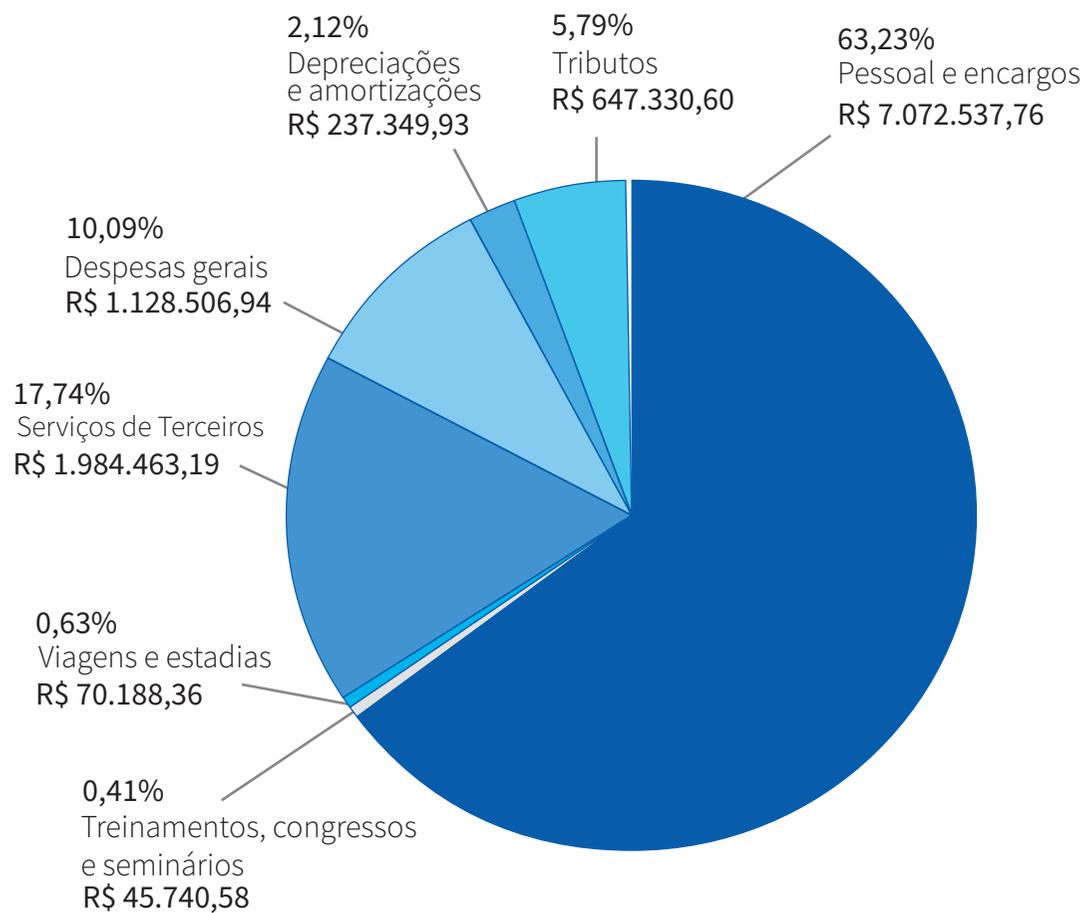
¹Para o cálculo do referido limitador, não são consideradas as seguintes fontes de custeio: fundo administrativo, dotação inicial e doações.

Em 2018, o total das Despesas Administrativas Consolidadas da Funcorsan realizadas foram na ordem de R\$ 11.186.117,63 (R\$ 11.206.535,32 em 2017) variando 0,18% a menor que o exercício anterior.

Descrição	2018	2017	Variação %
<u>Despesas Administrativas</u>	<u>11.186.117,63</u>	<u>11.206.535,32</u>	<u>(0,18)</u>
Pessoal e Encargos	7.072.537,76	7.009.822,52	0,89
Treinamento/congressos e seminários	45.740,85	66.842,47	(31,57)
Viagens e estadias	70.188,36	69.906,12	0,40
Serviços de terceiros	1.984.463,19	2.127.239,36	(6,71)
Despesas gerais	1.128.506,94	1.077.462,57	4,74
Depreciações e amortizações	237.349,93	199.030,44	19,25
Tributos	647.330,60	656.231,84	(1,36)

A composição do gráfico apresenta as realizações das despesas administrativas consolidadas (totais), por grupo de despesas e sua representação sobre o total das despesas em 2018:

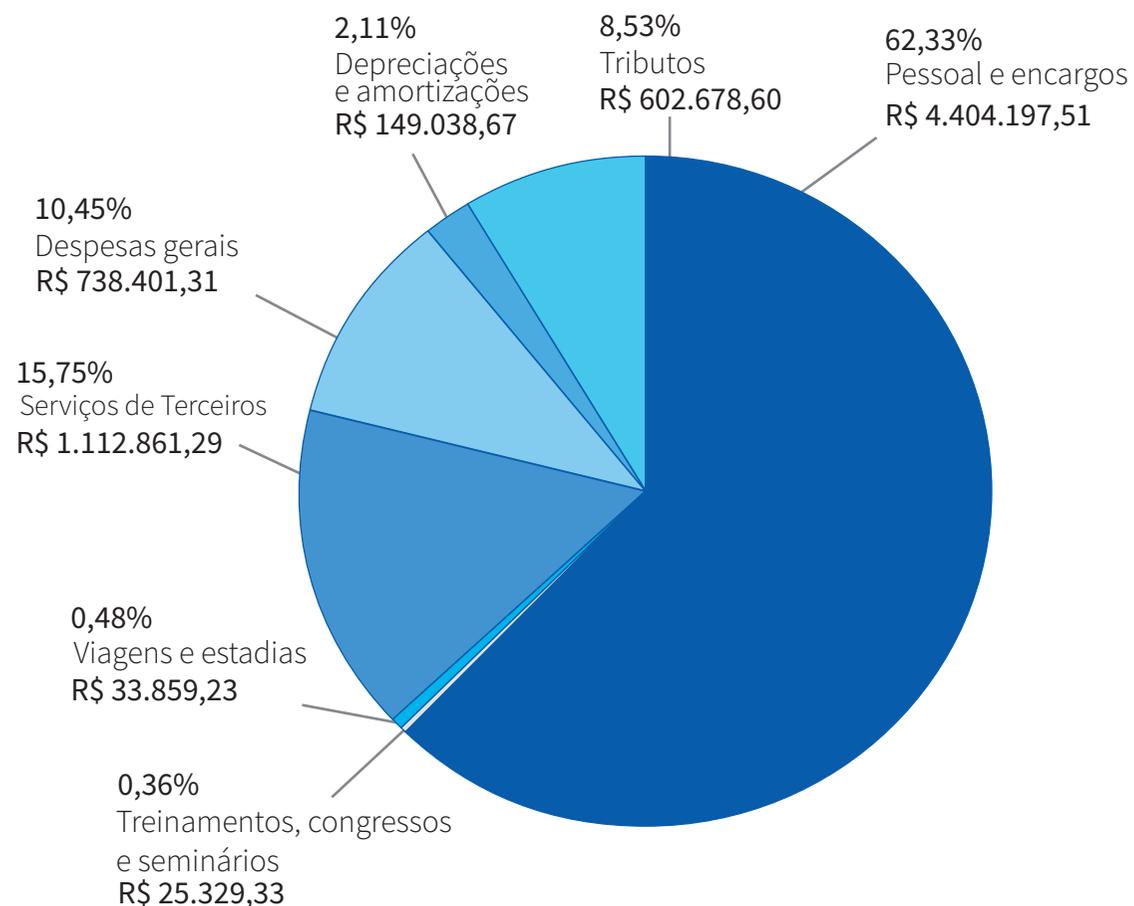
PGA - Despesas Administrativas Consolidadas 2018



3.2 Administração do Plano (Previdencial)

As despesas de administração do Plano de Benefícios no exercício de 2018 totalizaram R\$ 7.066.365,94 (R\$ 7.050.242,59 em 2017), variando 0,23% a maior o exercício anterior. O custeio da gestão administrativa previdencial é coberto por percentual sobre as contribuições dos Participantes ativos e, paritariamente, pelas Patrocinadoras. A base da taxa administrativa nas contribuições no exercício de 2018 foram realizadas na ordem de 8% sobre a base de contribuições do Plano de Benefícios, aprovada pelo Conselho Deliberativo e utilizada pelo atuário responsável pelo Plano de Benefícios no cálculo das Provisões Matemáticas, especificadas no Demonstrativo Atuarial. A seguir, apresentamos gráfico as despesas administrativas da gestão do Plano de Benefícios e sua representação sobre o total das despesas previdenciais em 2018:

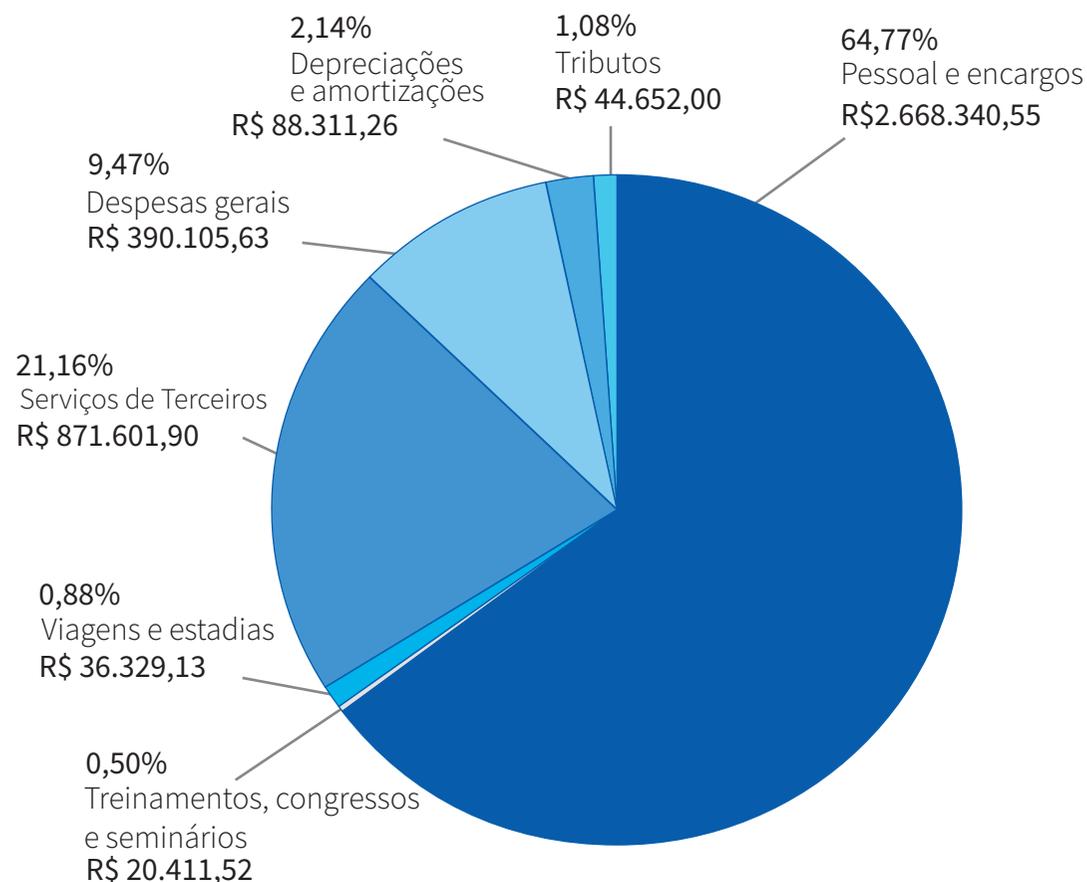
Despesas Previdenciais 2018



3.3 Administração dos Recursos Aplicados (Investimentos)

As despesas da administração dos recursos aplicados no exercício de 2018 foram executadas na ordem de R\$ 4.119.751,69 (R\$ 4.156.292,73 em 2017) variando 0,88% a menor que o exercício anterior. As despesas da gestão administrativa dos investimentos são cobertas via reembolso das despesas administrativas realizadas, é custeada pela taxa de administração dos empréstimos e pelo reconhecimento da despesa administrativa no fluxo de investimentos. A rentabilidade apresentada nos ativos do Plano de Benefícios da Funcorsan reconhecem as despesas da gestão administrativa dos investimentos. No gráfico abaixo, apresentamos o total despesas administrativas da gestão dos investimentos e sua representação segregada por grupo de despesas no exercício de 2018.

Despesas com Investimentos 2018



3.4 Custos de Administração por grupo de contas

Na tabela abaixo são detalhadas as despesas segregadas de cada um dos grupos, com seus respectivos valores e variações, em referência ao exercício anterior:

Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
Despesas	11.186.117,63	11.206.535,32	(0,18)
Administração Previdencial	7.066.365,94	7.050.242,59	0,23
Despesas Comuns	6.176.523,32	6.103.337,74	1,20
Pessoal e Encargos	4.404.197,51	4.346.604,30	1,33
Conselheiros	274.799,98	270.918,83	1,43
Dirigentes	765.750,70	727.706,38	5,23
Pessoal Próprio	3.359.427,34	3.347.979,09	0,34
Estagiários	4.219,49	0,00	-
Treinamentos/Congressos/Seminários	25.329,33	40.628,34	(37,66)
Viagens e Estadias	33.859,23	34.233,18	(1,09)
Serviços de Terceiros	897.047,94	906.349,67	(1,03)
Pessoa Jurídica	897.047,94	906.349,67	(1,03)
Consultoria Jurídica	310.227,55	308.979,85	0,40
Recursos Humanos	21.106,92	44.134,81	(52,18)
Informática	335.115,20	384.724,43	(12,89)
Gestão/Planejamento Estratégico	120.629,03	50.456,47	139,08
Auditoria Contábil	41.871,00	40.806,18	2,61
Outras	68.098,24	77.247,93	(11,84)
Despesas Gerais	591.702,64	576.255,85	2,68
Depreciações e Amortizações	149.038,67	124.314,40	19,89
Tributos	75.348,00	74.952,00	0,53
Despesas Específicas	889.842,62	946.904,85	(6,03)
Pessoal e Encargos	0,00	11.600,94	(100,00)

Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
Dirigentes	0,00	11.600,94	(100,00)
Serviços de Terceiros	215.813,35	290.537,48	(25,72)
Pessoa Jurídica	215.813,35	290.537,48	(25,72)
Consultoria Atuarial	215.813,35	290.537,48	(25,72)
Despesas Gerais	146.698,67	108.534,59	35,16
Tributos	527.330,60	536.231,84	(1,66)
Administração dos Investimentos	4.119.751,69	4.156.292,73	(0,88)
Despesas Comuns	3.659.390,97	3.668.256,38	(0,24)
Pessoal e Encargos	2.609.257,41	2.612.416,40	(0,12)
Conselheiros	162.848,30	162.828,91	0,01
Dirigentes	453.719,15	437.369,50	3,74
Pessoal Próprio	1.990.192,67	2.012.217,99	(1,09)
Estagiários	2.497,29	0	-
Treinamentos/Congressos/Seminários	15.003,02	24.418,63	(38,56)
Viagens e Estadias	20.052,49	20.574,97	(2,54)
Serviços de Terceiros	531.441,37	544.738,40	(2,44)
Pessoa Jurídica	531.441,37	544.738,40	(2,44)
Consultoria Jurídica	183.836,99	185.704,50	(1,01)
Recursos Humanos ¹	12.500,96	26.526,10	(52,87)
Informática	198.552,45	231.228,90	(14,13)
Gestão/Planejamento Estratégico ²	71.405,44	30.325,57	135,46
Auditoria Contábil	24.813,00	24.525,48	1,17
Outras ³	40.332,53	46.427,85	(13,13)
Despesas Gerais	350.673,42	346.343,94	1,25
Depreciações e Amortizações	88.311,26	74.716,04	18,20
Tributos ⁴	44.652,00	45.048,00	(0,88)
Despesas Específicas	460.360,72	488.036,35	(5,67)
Pessoal e Encargos	59.082,84	39.200,88	50,72
Pessoal Próprio	59.082,84	39.200,88	50,72
Treinamentos/Congressos/Seminários	5.408,50	1.795,50	201,23
Viagens e Estadias	16.276,64	15.097,97	7,81
Serviços de Terceiros	340.160,53	385.613,81	(11,79)
Pessoa Jurídica	340.160,53	385.613,81	(11,79)
Consultoria dos Investimentos ⁵	209.166,60	281.597,15	(25,72)
Consultoria Jurídica	930,24	2.870,36	(67,59)
Consultoria Contábil	25.200,00	0	-
Informática ⁶	104.863,69	101.146,30	3,68
Despesas Gerais	39.432,21	46.328,19	(14,89)

1 – A rubrica Recursos Humanos apresenta as despesas comuns advindas de rateio: ginástica laboral, serviço de recrutamento e seleção, suporte do sistema Sênior, mensalidade PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), Mensalidade SOS – Emergência, vacinas, dentre outras.

2 – A rubrica Gestão/Planejamento Estratégico apresenta as despesas comuns da área previdencial advindas de rateio, tais como: Interiorização Fundação, Encontro de Representantes e Novos Participantes.

3 – A rubrica Outras contempla as despesas de consultoria de comunicação, consultoria e sistema de risco operacional da Funcorsan.

4 – A rubrica tributos refere-se a apropriação do PIS/COFINS.

5 – A rubrica compreende os gastos com Consultoria de Investimento.

6 – A rubrica Informática inclui as despesas de licença de uso do sistema de risco de mercado RoSys, perfazendo a quantia anual de R\$ 62.392,20; do Sistema QUANTUM – Informações Financeiras no valor anual de R\$ 39.241,20; do Sistema de Consultas de Crédito – SERASA, no valor anual de R\$ 795,49; do Serviço Zenvia Mobile de envio de SMS, na quantia anual de R\$ 1.920,00, bem como as despesas decorrentes dos sistemas operacionais da Funcorsan.

Em 2018, a quantia de despesa de taxa de custódia paga no ano ao custodiante foi de R\$ 266.846,72, segregadas entre as despesas de carteira própria no valor de R\$ 34.356,47 e R\$ 232.490,25 nos fundos exclusivos.

3.5 Indicadores de Gestão 2018

As metas estabelecidas no PGA – Plano de Gestão Administrativa de 2018, foram definidas pelo Conselho Deliberativo na Aprovação do Orçamento do exercício. Apresentaram os seguintes resultados:

- a) Taxa de Carregamento – Representa o limite da fonte de custeio da Entidade relativamente Limite ao Limitador legal de 9% - Limite do Conselho Deliberativo - 4,5% - Meta: 4%. Resultado: 3,53%.
- b) Taxa de Administração – Representa o limite da fonte de custeio da Funcorsan em relação ao limite legal de 1% dos Recursos Garantidores – Meta: 0,80% dos Recursos Garantidores. Resultado: 0,67%.
- c) Custo Administrativo em Relação ao Patrimônio – Representa o valor das despesas administrativas em relação ao patrimônio total da Entidade – Meta: 0,70%. Resultado: 0,66%.
- d) Despesas de Administração Previdencial X Fonte de Custeio Previdencial – Representa o valor anual das despesas de administração previdencial relativamente à fonte de custeio previdencial de 8% sobre a base de contribuição definida pelo atuário do Plano – Meta: 8% sobre a base de contribuição. Resultado: 8,42. Observamos que, em relação ao exercício anterior, no item 3.1 Custeio do PGA, está evidenciada a redução dos recursos destinados ao PGA em 2,74%, devido ao reflexo da diminuição das bases de cálculo da taxa de administração, diretamente relacionada ao custeio das contribuições do Plano de Benefícios.
- e) Previsão do Custo por Participante: indicador que realiza o acompanhamento dos valores executados nos últimos três anos, expurgada a incidência da inflação – Meta: R\$ 1.214,75. Resultado: R\$ 1.228,03.

3.6 Fundo Administrativo de 2018

O Fundo Administrativo é constituído pelo resultado líquido do custeio administrativo adicionado ao rendimento dos investimentos da gestão administrativa, que objetiva cobrir as despesas administrativas a serem realizadas pela Fundação na administração dos planos de benefícios previdenciais, considerando-se o limite mínimo relativo ao saldo do ativo permanente. Sua utilização é regulamentada conforme a Resolução CNPC nº 29, 31/04/2018, determina que, (Art.28) o Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios - ARPB da EFPC deverá manter atualizado o controle dos valores utilizados/destinados do Fundo Administrativo e prestar informações periódicas ao Conselho Fiscal, a quem caberá, além do acompanhamento, registrar em seu relatório semestral de controles internos a conformidade em relação às normas. Para atendimento do dispositivo legal o Conselho Fiscal acompanha mensalmente as realizações do Fundo Administrativo via Relatório Gerencial Funcorsan, e semestralmente através de Relatório de controle do Fundo Administrativo encaminhado pelo ARPB. E conforme o Regulamento do PGA - O Conselho Deliberativo, em consonância ao disposto na legislação vigente, deverá acompanhar e aprovar todas as medidas e regras de transferência do Fundo Administrativo. Na tabela a seguir, apresentamos o resultado do PGA e a formação do Fundo Administrativo para o exercício de 2018, em comparação com exercício anterior e suas variações.

Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	4.437.358,64	4.240.552,81	4,64
1. Custeio da Gestão Administrativa	11.340.442,89	11.531.866,81	(1,66)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	6.711.329,84	6.900.266,41	(2,74)
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.574.415,78	3.520.292,22	1,54
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	545.335,91	636.000,51	(14,26)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	509.361,36	474.857,67	7,27
Outras Receitas	-	450,00	(100,00)
2. Despesas Administrativas	(11.186.117,63)	(11.206.535,32)	(0,18)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	42.289,95	(128.525,66)	(132,90)
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	196.615,21	196.805,83	(0,10)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo	196.615,21	196.805,83	(0,10)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	4.633.973,85	4.437.358,64	4,43

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 4



DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

Neste item, evidenciaremos as tabelas demonstrativas contábeis, referentes ao exercício de 2018. Cabe salientar que as notas explicativas integram as demonstrações contábeis a seguir.



I - BALANÇO PATRIMONIAL EM DEZEMBRO DE 2018
CONSOLIDADO
EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN
CNPJ: 89.176.911/0001-88

Valores expressos em R\$ Mil

Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017
Ativo	1.698.739	1.572.219	Passivo	1.698.739	1.572.219
Disponível	30	41	Exigível Operacional	3.416	3.215
Realizável	1.698.115	1.571.514	Gestão Previdencial	2.037	1.849
Gestão Previdencial	69.934	83.412	Gestão Administrativa	1.180	1.128
Gestão Administrativa	896	784	Investimentos	199	238
Investimentos	1.627.285	1.487.318			
Fundos de Investimentos	1.506.722	1.366.766	Exigível Contingencial	39.099	40.842
Investimentos Imobiliários	75.565	77.362	Gestão Previdencial	21.018	24.398
Empréstimos e Financiamentos	44.892	43.093	Gestão Administrativa	398	440
Depósitos Judiciais/Recursais	106	97	Investimentos	17.683	16.004
Permanentes	594	664	Patrimônio Social	1.656.224	1.528.162
Imobilizado	594	664	Patrimônio de Cobertura do Plano	1.651.192	1.523.393
			Provisões Matemáticas	1.858.703	1.674.757
			Benefícios Concedidos	1.441.522	1.315.182
			Benefícios a conceder	696.960	683.766
			(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(279.779)	(324.191)
			Equilíbrio Técnico	(207.511)	(151.364)
			Resultados Realizados	(207.511)	(151.364)
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(207.511)	(151.364)
			Fundos	5.032	4.769
			Fundos Administrativos	4.634	4.437
			Fundos de Investimentos	398	332

Elena Hahn Raupp
Diretora Superintendente
CPF: 177.314.700-59

Adimilson Luiz Stodulski
Diretor Financeiro e Administrativo
CPF: 560.601.140-91

Gilmar Antonio Arnt
Diretora de Seguridade
CPF: 407.143.810-04

Baiard Silva Ozorio
Contador
CPF: 653.122.870-91

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL -
DMPS EM DEZEMBRO DE 2018
CONSOLIDADO
EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN
CNPJ: 89.176.911/0001-88

Valores expressos em R\$ Mil

Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	1.528.162	1.408.657	8,48
1. Adições	320.627	288.609	11,09
Contribuições Previdenciais	144.261	129.577	11,33
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	161.725	147.268	9,82
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	3.062	-	-
Receitas Administrativas	10.831	11.057	(2,04)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	509	475	7,27
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	52	95	(45,82)
Constituição de Fundos de Investimentos	187	137	36,33
2. Destinações	(192.565)	(169.104)	13,87
Benefícios	(170.638)	(154.365)	10,54
Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(10.592)	-	-
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(18)	(2.960)	(99,38)
Despesas Administrativas	(11.186)	(11.207)	(0,19)
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(9)	(224)	(95,89)
Reversão de Fundos de Investimentos	(122)	(348)	(64,95)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	128.062	119.505	7,16
Provisões Matemáticas	183.946	126.158	45,81
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(56.147)	(6.638)	745,78
Fundos Administrativos	197	197	-
Fundos dos Investimentos	66	(212)	(130,13)
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	1.656.224	1.528.162	8,38

Elena Hahn Raupp
Diretora Superintendente
CPF: 177.314.700-59

Admilson Luiz Stodulski
Diretor Financeiro e Administrativo
CPF: 560.601.140-91

Gilmar Antonio Arnt
Diretora de Seguridade
CPF: 407.143.810-04

Baiard Silva Ozorio
Contador
CPF: 653.122.870-91

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS
- DMALPB - EM DEZEMBRO DE 2018
CÓDIGO PREVIC: 19790.038-74
EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN
CNPJ: 89.176.911/0001-88

Valores expressos em R\$ Mil

Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	1.523.393	1.403.873	8,51
1. Adições	305.149	283.745	7,54
Contribuições	150.973	136.477	10,62
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	151.133	147.268	2,62
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	3.043	-	100,00
2. Destinações	(177.349)	(164.225)	7,99
Benefícios	(170.638)	(154.365)	10,54
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(2.960)	(100,00)
Custeio Administrativo	(6.711)	(6.900)	(2,74)
3. Acréscimo / Décrécimo no Ativo Líquido (1+2)	127.800	119.520	6,93
Provisões Matemáticas	160.036	126.158	26,85
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(32.236)	(6.638)	385,60
B) Ativo Líquido - final do Exercício (A+3)	1.651.193	1.523.393	8,39
C) Fundos não previdenciais	263	(15)	(1.899,80)
Fundos Administrativos	197	197	-
Fundos dos Investimentos	66	(212)	(131,13)

Elena Hahn Raupp
Diretora Superintendente
CPF: 177.314.700-59

Admilson Luiz Stodulski
Diretor Financeiro e Administrativo
CPF: 560.601.140-91

Gilmar Antonio Arnt
Diretora de Seguridade
CPF: 407.143.810-04

Baiard Silva Ozorio
Contador
CPF: 653.122.870-91

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS
- DALPB EM DEZEMBRO DE 2018
CÓDIGO PREVIC: 19790.038-74
EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN
CNPJ: 89176.911/0001-88

Valores expressos em R\$ Mil

Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
1. Ativos	1.697.160	1.570.651	8,05
Disponível	28	24	18,20
Recebível	74.567	87.850	(15,12)
Investimentos	1.622.565	1.482.777	9,43
Fundos de Investimentos	1.502.002	1.362.225	10,26
Investimentos Imobiliários	75.565	77.362	(2,32)
Empréstimos e Financiamentos	44.892	43.093	4,17
Depósitos Judiciais/Recursais	106	97	9,69
2. Obrigações	40.936	42.489	(3,65)
Operacional	2.235	2.087	7,12
Contingencial	38.701	40.402	(4,21)
3. Fundos não Previdenciais	5.032	4.769	5,49
Fundos Administrativos	4.634	4.437	4,43
Fundos dos Investimentos	398	332	19,69
4. Ativo Líquido (1-2-3)	1.651.192	1.523.393	8,39
Provisões Matemáticas	1.858.703	1.674.757	10,98
Superávit/Déficit Técnico	(207.511)	(151.364)	37,09
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(207.511)	(151.364)	37,09
b) (+/-) Ajuste de Precificação	102.628	101.715	(0,90)
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(104.883)	(49.649)	111,25

Elena Hahn Raupp
Diretora Superintendente
CPF: 177.314.700-59

Adimilson Luiz Stodulski
Diretor Financeiro e Administrativo
CPF: 560.601.140-91

Gilmar Antonio Arnt
Diretora de Seguridade
CPF: 407.143.810-04

Baiard Silva Ozorio
Contador
CPF: 653.122.870-91

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - DPGA
EM DEZEMBRO DE 2018
CONSOLIDADO
EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN
CNPJ: 89176.911/0001-88

Valores expressos em R\$ Mil

Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	4.437	4.240	4,66
1. Custeio da Gestão Administrativa	11.340	11.532	(1,66)
1.1 Receitas	11.340	11.532	(1,66)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	6.711	6.900	(2,74)
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.575	3.520	1,56
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	545	636	(14,31)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	509	476	6,93
2. Despesas Administrativas	(11.185)	(11.206)	(0,19)
2.1 Administração Previdencial	(7.066)	(7.050)	0,22
Pessoal e Encargos	(4.404)	(4.358)	1,06
Treinamentos / Congressos e Seminários	(25)	(41)	(39,02)
Viagens e Estádias	(34)	(34)	-
Serviços de Terceiros	(1.113)	(1.197)	(7,02)
Despesas Gerais	(738)	(685)	7,83
Depreciações e Amortizações	(149)	(124)	19,89
Tributos	(603)	(611)	(1,39)
2.2 Administração dos Investimentos	(4.119)	(4.156)	(0,87)
Pessoal e Encargos	(2.668)	(2.652)	0,63
Treinamentos / Congressos e Seminários	(20)	(26)	(23,71)
Viagens e Estádias	(36)	(36)	1,84
Serviços de Terceiros	(872)	(930)	(6,31)
Despesas Gerais	(390)	(392)	(0,48)
Depreciações e Amortizações	(88)	(75)	18,20
Tributos	(45)	(45)	-
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	42	(129)	(132,90)
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	197	197	-
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	197	197	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	4.634	4.437	4,43

Elena Hahn Raupp
Diretora Superintendente
CPF: 177.314.700-59

Adimilson Luiz Stodulski
Diretor Financeiro e Administrativo
CPF: 560.601.140-91

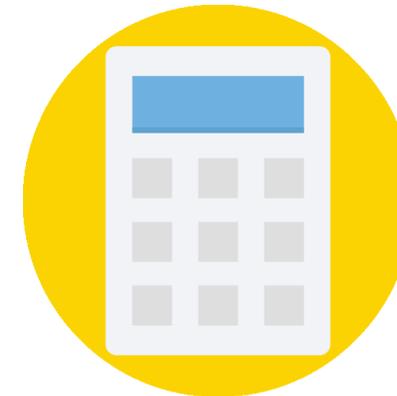
Gilmar Antonio Arnt
Diretora de Seguridade
CPF: 407.143.810-04

Baiard Silva Ozorio
Contador
CPF: 653.122.870-91

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS
- DPTP EM DEZEMBRO 2018
CÓDIGO PREVIC: 19790.038-74
EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN
CNPJ: 89.176.911/0001-88

Valores expressos em R\$ Mil

Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	1.692.527	1.566.214	8,06
1. Provisões Matemáticas	1.858.703	1.674.757	10,98
1.1. Benefícios Concedidos	1.441.522	1.315.182	9,61
Benefício Definido	1.441.522	1.315.182	9,61
1.2. Benefícios a conceder	696.960	683.766	1,93
Benefício Definido	696.960	683.766	1,93
1.3 (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(279.779)	(324.191)	(13,70)
(-) Déficit Equacionado	(279.779)	(295.252)	(5,24)
(-) Patrocinadora (s)	(135.698)	(143.119)	(5,19)
(-) Participantes	(135.608)	(143.037)	(5,19)
(-) Assistidos	(8.473)	(9.096)	(6,86)
(+/-) Por ajustes das contribuições extraordinárias	-	(28.939)	(100,00)
(+/-) Patrocinadora(s)	-	(28.939)	(100,00)
2. Equilíbrio Técnico	(207.511)	(151.364)	37,09
2.1. Resultados Realizados	(207.511)	(151.364)	37,09
(-) Déficit Técnico Acumulado	(207.511)	(151.364)	37,09
3. Fundos	398	332	19,80
3.2. Fundos dos Investimentos – Gestão Previdencial	398	332	19,80
4. Exigível Operacional	2.236	2.087	7,14
4.1. Gestão Previdencial	2.037	1.849	10,15
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	199	238	(16,23)
5. Exigível Contingencial	38.701	40.402	(4,21)
5.1 Gestão Previdencial	21.018	24.398	(13,85)
5.2 Investimentos – Gestão Previdencial	17.683	16.004	10,49



Elena Hahn Raupp
Diretora Superintendente
CPF: 177.314.700-59

Adimilson Luiz Stodulski
Diretor Financeiro e Administrativo
CPF: 560.601.140-91

Gilmar Antonio Arnt
Diretora de Seguridade
CPF: 407.143.810-04

Baiard Silva Ozorio
Contador
CPF: 653.122.870-91

FUNDAÇÃO CORSAN – DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN
CNPJ: 89.176.911/0001-88

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO 2018 (EM MILHARES DE REAIS)**

As notas explicativas auxiliam a compreensão e a interpretação da situação patrimonial e das transações da Entidade, subsidiam a avaliação do desempenho da gestão e detalham outros fatos considerados relevantes.

As notas explicativas a seguir são apresentadas em forma de texto, gráficos, quadros de detalhamento ou ainda outras demonstrações contábeis, considerando informações de natureza financeira, econômica e atuarial, entre outras.

1. A FUNDAÇÃO CORSAN E SUAS ATIVIDADES

1.1. Estrutura jurídica e objetivos

A Funcorsan fundamenta-se como uma sociedade civil sem fins lucrativos com caracterização jurídica de Entidade Fechada de Previdência Complementar Multipatrocinada, constituída sob a forma de fundação pela Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan e autorizada a funcionar pelo Ministério da Previdência e Assistência Social em 26 de novembro de 1979, iniciando suas atividades em 1º de junho de 1980.

Estatutariamente, seus objetivos consistem em administrar e executar planos de benefícios de natureza previdenciária.

Para seu funcionamento deve observar as disposições estabelecidas nas Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, bem como outros normativos expedidos pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, autarquia de natureza especial com autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Previdência Social (MPS), criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009 – a qual atua como entidade de fiscalização e de supervisão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

1.2. Plano de Benefícios

A Funcorsan administra o Plano de Benefícios Definido BD nº 001, registrado no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios da Previc sob o nº 19.790.038-74. O Regulamento do Plano de Benefícios da Funcorsan foi aprovado através da Portaria Previc nº 106, de 07 de fevereiro de 2017.

1.3. Fontes de recursos

Para a consecução dos seus objetivos, a Funcorsan obtém recursos decorrentes de:

- Contribuição de participantes ativos e assistidos;
- Contribuição mensal das patrocinadoras, principalmente da Patrocinadora Corsan, mediante o recolhimento de percentuais de suas folhas de remuneração;
- Receitas de aplicações do patrimônio.

1.4. Destinação dos recursos

Os benefícios, com base no Regulamento do Plano, são calculados pelo atuário responsável, que assina as respectivas Notas Técnicas Atuariais, ao qual também competem os cálculos e estudos atuariais, perante a massa de participantes, aos órgãos públicos e a própria Funcorsan. O Plano de Benefícios congrega 9.109 (8.961 em 2017) participantes ativos e assistidos, dos quais 3.735 (3.573 em 2017) com benefícios já concedidos.

1.5. Plano de Gestão Administrativa (PGA)

O registro contábil dos recursos destinados ao PGA, pelo Plano de Benefícios administrado pela Funcorsan foi realizado de acordo com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa e Orçamento Anual, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

As operações administrativas são registradas conforme Resoluções CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, reconhecidas no PGA, que possui patrimônio segregado do Plano de Benefícios Previdenciais. Os anexos A - “Planificação Contábil Padrão” e B - “Modelos e Instruções de preenchimento das Demonstrações Contábeis” da Resolução CNPC nº 08/2011 continuam vigentes até 31 de dezembro de 2018.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdencial, investimentos e diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

A parcela equivalente à participação do Plano de Benefício Previdenciário no Fundo Administrativo – PGA foi registrada nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, no respectivo Plano de Benefício.

1.6. Custeio Administrativo

São os recursos destinados à cobertura das despesas administrativas da Funcorsan, cujas fontes de custeio podem ser: contribuição dos participantes e assistidos; contribuição dos patrocinadores; reembolso dos patrocinadores; resultado dos investimentos; receitas administrativas; fundo administrativo; dotação inicial e doações.

A definição das fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas é de competência do Conselho Deliberativo, observados os regulamentos dos Planos de Benefícios e PGA, e deverão estar expressamente previstas no plano de custeio e no orçamento anual.

O limite anual de destinação de recursos dos planos de benefícios ao PGA, estabelecido na Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, a ser deliberado pelo Conselho Deliberativo da Entidade é um entre os seguintes: Taxa de Administração de até 1% dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios – RGPB ou Taxa de Carregamento de até 9% sobre a soma das contribuições e dos benefícios.

O Conselho Deliberativo da Funcorsan estabeleceu como limite para o exercício de 2018, o 2º limitador - Taxa de Carregamento, fixando em 4,50% sobre a soma das contribuições e dos benefícios.



2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Apresentação

A forma de apresentação das Demonstrações Contábeis e as normas para registro das operações da Funcorsan são determinadas pelas seguintes legislações:

- Lei Complementar nº 109, de 21 de maio de 2001 (Art. 23);
- Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril 2018, disciplinada pela Instrução Normativa - IN nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações.
- Instrução MTPS/Previc nº 25, de 17 de dezembro de 2015;
- Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 e alterações posteriores.
- Pronunciamentos Técnicos, Instruções e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC - quando aplicável.

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações:

I. Balanço Patrimonial (BP): Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciários administrados pela Funcorsan, mantidos pelos seus montantes originais, ao final de cada exercício.

II. Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – DMPS: Esse demonstrativo é apresentado de acordo com a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução MTPS/PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015, que altera a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. A Demonstração da Mutações do Patrimônio Social (DMPS) é uma demonstração consolidada e destina-se a evidenciar as mutações dos componentes do Patrimônio Social, no exercício a que se referir e discriminam os recursos, adições e deduções, que contribuiram para o seu aumento e diminuição, e saldos dos grupos de contas do Patrimônio Social. Na apresentação das adições e destinações foi adotado o regime de competência para as receitas e despesas administrativas e previdenciais efetivamente auferidas ou incorridas.

III. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMALPB: Esse demonstrativo apresenta a muta o do Plano de Benefício da Funcorsan, sem a participa o do Plano de Gestão Administrativa – PGA. O ativo líquido apresentado no início e no final do exercício representa o valor do patrimônio de cobertura do plano apresentado no Balanço. O DMALPB destina-se a evidenciar a composi o dos elementos que provocaram as altera es ocorridas no ativo líquido do plano de benefícios, bem como possibilita avaliar a evolu o desses elementos e do próprio ativo líquido.

IV. Demonstr o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DALPB: Esse demonstrativo apresenta a destina o do patrimônio social do ativo, demonstrando a composi o do ativo líquido após o abatimento das obriga es. O ativo líquido de um plano de benefícios   o valor resultante da subtra o do ativo total menos o passivo e fundos não previdenciais. Sua apura o tem como objetivo possibilitar a avalia o do grau de cobertura dos compromissos atuariais do plano, representados pelas provisões (reservas) matemáticas e fundos previdenciais, pelo ativo líquido. As informa es complementares correspondem ao ajuste de precifica o positivo ou negativo, entre o valor dos títulos públicos federais atrelados ao  ndice de preços classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real utilizada na respectiva avalia o atuarial, e o valor contábil desses títulos, observada a legisla o vigente. O valor apresentado como Equilíbrio Técnico Ajustado,   o valor de referência para análise do grau de solvência e parâmetro para defini o da necessidade e valor de possível equacionamento, nos termos da Instru o Previc n  19, de 04 de fevereiro de 2015.

V. Demonstr o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA: Este demonstrativo   elaborado em conformidade a Resolu o CNPC n  8, de 31 de outubro de 2011 e Instru o MTPS/PREVIC n  25, de 17 de dezembro de 2015, que altera a Instru o MPS/SPC n  34, de 24 de setembro de 2009. O Demonstrativo do Plano de Gestão Administrativa – DPGA apresenta consolidada, através das contas de resultado, toda a moviment o da gestão administrativa da Entidade. Nele verificam-se as origens dos recursos e a composi o dos gastos administrativos, demonstrando a sobra ou insuficiência do mesmo e a avalia o das altera es ocorridas no Fundo Administrativo do Programa de Gestão Administrativa.

VI. Demonstr o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPTP: O demonstrativo representa a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pela Funcorsan, conforme determina a Resolu o CNPC n  12, de 19 de agosto de 2013 e a Instru o MTPS/PREVIC n  25, de 17 de dezembro de 2015, que altera a Instru o MPS/SPC n  34, de 24 de setembro de 2009.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A estrutura da planificação padrão contábil das EFPC's reflete o ciclo operacional de longo prazo de sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos observa as gestões previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, de tal maneira que proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade ao item 63 da NBC TG 26.

A escrituração contábil dos Planos de Benefícios é inteiramente segregada, permitindo a apuração de resultados por Planos de Benefícios. As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em milhares de reais de forma consolidada, por Planos de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa - PGA.

Os principais valores ativos e passivos estão demonstrados como segue:

3.1. Apuração do Resultado:

As adições e deduções da Gestão Previdencial, receitas e despesas da Gestão Administrativa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do Fluxo de Investimentos, bem como as variações patrimoniais são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

3.2. Ativo disponível:

Representado pelos valores de realização. Destina-se ao registro das disponibilidades existentes em caixa e bancos.

3.3. Ativo realizável:

Composto pelas seguintes gestões:

a) Gestão Previdencial: composta pelas contribuições do mês e pelos contratos firmados com a Patrocinadora Corsan. Representados pelos valores de realização, incluindo, quando for o caso, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, diminuídos de provisão para perdas. Adicionalmente registra os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências da Gestão Previdencial.

b) Gestão Administrativa: a gestão administrativa registra as receitas e despesas inerentes às atividades administrativas da Entidade. Reconhece contabilmente os recursos a receber referentes às contribuições para o custeio administrativo previsto na avaliação atuarial, outros direitos a receber e provisões da gestão administrativa.

A apuração da participação do plano de benefício no Fundo Administrativo prevista no Regulamento do PGA é feita da seguinte forma:

- i. A rentabilidade obtida pela aplicação dos recursos do Fundo Administrativo será proporcional à participação no Fluxo de Investimentos mensais do Plano de Benefício BD nº 001 da Funcorsan;
- ii. Os recursos arrecadados para o custeio do PGA, oriundos das contribuições dos participantes e patrocinadores, serão creditados ao Fundo Administrativo.
- iii. A totalidade das despesas comuns serão rateadas entre as Gestões Previdenciais e de Investimentos proporcionalmente, conforme o critério de rateio aprovado para o exercício, deduzidas as receitas administrativas. O resultado mensal será debitado/creditado no Fundo Administrativo;
- iv. As despesas administrativas específicas da gestão administrativa serão integralmente deduzidas da participação do Fundo Administrativo;
- v. As despesas administrativas específicas da gestão de investimentos serão suportadas pelo custeio administrativo dos investimentos.

c) **Investimentos:** composta pelas seguintes modalidades de investimentos:

I. Fundos de Investimentos: Os montantes relativos aos fundos de investimentos são apresentados pelo valor das cotas do fundo na data do Balanço, demonstrados pelo seu valor de mercado, diminuído de provisão para perdas conhecidas.

II. Investimentos Imobiliários: avaliados pelo custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e depreciados pelo método linear à taxa de 2% ao ano - exceto para terrenos - e ajustados por reavaliações procedidas. Integram ainda os “Investimentos Imobiliários”, em conformidade com a legislação específica, os créditos decorrentes de vendas a prazo de imóveis da Funcorsan, registrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e diminuídas das provisões para perdas na realização, até o valor de mercado para imóveis em discussão judicial, e pelos valores em inadimplência para os créditos que não se encontram em discussão judicial. A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos imobiliários é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias em atraso, atendendo o disposto no item 11, Anexo “A” da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

III. Operações com participantes: registrados pelo valor principal acrescido dos encargos contratuais incorridos até a data do encerramento das demonstrações contábeis, e líquidos de provisão para fazer frente a possíveis perdas na realização dos créditos que se encontram em discussão judicial e parcelas vencidas em atraso.

IV. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD: A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido e vincendo, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto nos critérios estabelecidos na Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, bem como avaliações da administração quanto ao risco de perda dos ativos. Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- a) 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- b) 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- c) 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- d) 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

3.4. Ativo Permanente:

Registra o valor de bens e direitos imobilizados, além de recursos em despesas que contribuirão para formação do resultado de mais de um exercício. Os itens do ativo permanente estão contabilizados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações ou amortizações. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais apresentadas a seguir:

Valores expressos em R\$ Mil

Permanente	Taxa Anual Depreciação	Custo Inicial	Aquisições	Baixas	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Saldo Final 2018	Saldo Final 2017
Instalações	10%	181	17	(28)	170	(99)	71	66
Móveis e Utensílios	10%	182	14	(7)	189	(155)	34	34
Máquinas e Equipamentos	10%	226	4	(22)	208	(121)	87	106
Computadores e Periféricos	20%	403	97	(28)	472	(347)	125	83
Software	20%	1.301	63	(39)	1.325	(1.048)	277	375
Total Imobilizado		2.293	195	(124)	2.364	(1.770)	594	664
Total Permanente		2.293	195	(124)	2.364	(1.770)	594	664

3.5. Passivo exigível operacional:

Representa as obrigações incorridas e contratadas, assim como as provisões para cobertura de riscos.

Valores expressos em R\$ Mil

Descrição	2018	2017
GESTÃO PREVIDENCIAL	(2.037)	(1.849)
Benefícios a pagar	-	(17)
Retenções a recolher	(1.421)	(1.251)
Outras exigibilidades	(616)	(581)
GESTÃO ADMINISTRATIVA	1.180	1.128
Contas a pagar	(828)	(866)
Retenções a recolher	(162)	(159)
Tributos a recolher	(49)	(58)
Outras exigibilidades	(141)	(45)

3.5.1. Outras exigibilidades:

Composição dos registros contábeis relativos aos saldos das rubricas com a denominação “Outros (as)”, que ultrapassaram, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas:

Valores expressos em R\$ Mil

Gestão Previdencial - Exigível	2018	2017
<u>Outras Exigibilidades</u>	<u>616</u>	<u>581</u>
Transitória (Taxa Administrativa Previdenciária para o PGA)	615	547
Créditos a devolver	1	34

Valores expressos em R\$ Mil

Gestão Administrativa - Exigível	2018	2017
<u>Outras Exigibilidades</u>	<u>141</u>	<u>45</u>
Farmácia	1	-
Plano de Saúde/Assistência Médica e Ocupacional	45	42
INSS a recolher de terceiros	1	3
Ressarcimento Salário Diretores	94	-

3.6. Exigível contingencial:

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas relativas a questões de origem Previdencial, Administrativa e de Investimentos mantidas contra a Funcorsan, podendo vir a gerar ou não desembolso pela Entidade. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos, Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15 de setembro de 2009. É atualizado com base nas informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados responsáveis dos processos.

3.7. Patrimônio de Cobertura do Plano:

Constituído com base em Nota Técnica Atuarial, incluindo benefícios concedidos e a conceder e o Equilíbrio Técnico, com base no Plano de Benefícios da Entidade.

3.8. Fundos:

Registram os resultados acumulados obtidos pela Entidade nos Fundos Administrativos e de Investimentos.

3.9. Recursos do Plano de Gestão Administrativa – PGA:

Os recursos da gestão administrativa, relativos à sobrecarga administrativa, são contabilizados na Gestão Previdencial e transferidos desta para a Gestão Administrativa para cobertura das despesas administrativas.

4. REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Pode ser demonstrado da seguinte forma:

Valores expressos em R\$ Mil

ATIVO	2018	2017
Realizável - Gestão Previdencial	69.933	83.412
Contribuições do mês	7.227	6.821
Contribuições em atraso	4.307	14
Contribuições sobre o 13º salário	60	48
Contribuições contratadas com Patrocinadora	40.107	56.058
Outros realizáveis	63	54
Depósitos Judiciais	18.169	20.417



4.1. Contribuições em atraso

Os montantes registrados na conta provêm relevantemente da realização da cobrança dos recursos necessários à Recomposição das Reservas Matemáticas de participantes que obtiveram a revisão judicial de seus benefícios, ou a inscrição de novos Beneficiários após o Participante ter entrado em gozo de Aposentadoria, conforme previsto no Regulamento do Plano de Benefícios BD nº 001 da Funcorsan.

Registramos ainda, em decorrência do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado com a Previc em 10 de junho de 2014, o valor de R\$ 37.867 mil referente à cobrança da Patrocinadora Corsan, relativo ao equacionamento de déficit originado em 31 de dezembro de 2008, conforme disposto na Ata nº 519/2014 do Conselho Deliberativo, Encaminhamento Padrão Previc nº 100/2014 e Parecer da Mirador Atuarial nº 315/2015. Ainda, efetuamos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa em setembro de 2016, conforme registrado na Ata nº 680/2016 da Diretoria Executiva, a qual se encontrasse em cobrança da dívida via judicial. O total do valor ajuizado encontra-se em 100% (cem por cento) provisionado.

4.2. Contribuições contratadas com a Patrocinadora

A composição dos saldos dos contratos é a que segue:

Valores expressos em R\$ Mil

Descrição	a - Ampliação plano de benefícios		b - Reservas a amortizar		c - Cobertura suplementar	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Saldo no Inicial	<u>1.259</u>	<u>4.473</u>	<u>54.799</u>	<u>69.508</u>	<u>28.938</u>	<u>30.041</u>
Parcela do Período¹	(1.273)	(3.454)	(20.475)	(19.644)	(28.938)	(12.812)
Atualização²	14	240	5.783	4.935	-	11.709
Valores a receber³	-	-	-	-	-	-
Saldo no Final	-	<u>1.259</u>	<u>40.107</u>	<u>54.799</u>	-	<u>28.938</u>

¹Somas das parcelas recebidas no ano;

²Soma das correções monetárias no período;

³Valores a receber no período seguinte.

As contribuições contratadas com a Patrocinadora Corsan, que estão sendo regularmente adimplidas, são a seguir compostas:

a) Instrumento Particular de Cobertura da Ampliação do Plano de Benefícios: contempla as contribuições a receber junto à Patrocinadora Corsan para ampliação do Plano de Benefícios, conforme Instrumento Particular firmado em 30 de novembro de 1998. O contrato foi quitado em 02/04/2018, através do pagamento da parcela nº 232.

b) Instrumento Particular de Contratação da Reserva a Amortizar: firmado em 28 de dezembro de 2001, contempla o valor equivalente a Reserva a Amortizar de responsabilidade da Patrocinadora Corsan referente ao tempo de serviço passado daqueles empregados que aderiram inicialmente ao Plano de Benefícios da Funcorsan, sendo o valor contratado aquele registrado pela entidade em 31 de dezembro de 2001. A quitação está sendo efetuada em 228 prestações mensais, desde 5 de janeiro de 2002.

c) Financiamento da Cobertura Suplementar do Plano de Benefício Definido nº 001 da Funcorsan: corresponde à necessidade de cobertura da parcela da Reserva de Benefícios Concedidos relativa à Cobertura Suplementar, pago com base no correspondente Regulamento do Plano de Benefícios Definido da Funcorsan. Esse contrato foi transferido para a Conta “Provisões Matemáticas a Constituir” atendendo a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. A última parcela prevista do atual contrato foi recebida em dezembro/2018. Conforme parecer técnico atuarial de nº 107/18, elaborado pela Gama Consultores Associados, a Funcorsan reconheceu a existência de provisão à constituir no valor de R\$ 49.388 mil posicionados em 31/12/2017, entretanto, a Patrocinadora Corsan tinha realizado até a mesma data o pagamento no montante de R\$ 39.127 mil, perfazendo assim um saldo a constituir pela Patrocinadora o montante de R\$ 10.261 mil, posicionados também em 31/12/2017. Um novo saldo remanescente foi apurado no valor de R\$ 10.653 mil. A partir do saldo remanescente de R\$ 10.653 mil e deduzindo os valores pagos pela Patrocinadora Corsan, o contrato foi quitado pela patrocinadora no exercício de 2018.

4.3. Garantias Contratuais

Os juros são calculados pela Tabela Price e o saldo devedor é atualizado pela variação média de diversos índices de preços (Índice Geral de Preços e Mercado – IGP-M, Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP – DI, Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC e Índice de Preços ao Consumidor – IPC da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE), exceto o instrumento particular de cobertura da ampliação do plano de benefícios, atualizado pela variação do INPC. Em garantia, para o cumprimento de todas as obrigações contratuais da Patrocinadora, foram oferecidos por essa os créditos decorrentes da cobrança das contas de água e esgoto e demais taxas de sua competência, em caução, com a interveniência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – Banrisul. Adicionalmente, no caso da Novação de Dívida do Contrato da Reserva a Amortizar firmado em 2001 e a Contratação do Financiamento do acréscimo do Valor da Reserva de Benefícios Concedidos, decorrente da Cobertura Suplementar do Plano de Benefício Definido – BD nº 001, o recebimento das prestações está sendo efetuado mediante autorização da Corsan, pelo próprio Banrisul. A eventual ausência de fundos na conta corrente da Patrocinadora implicará no vencimento antecipado das demais parcelas, podendo a Funcorsan executar a totalidade da dívida, na medida em que o referido instrumento tem força de título executivo extrajudicial.

5. REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Pode ser demonstrado da seguinte forma:

Descrição	Valores expressos em R\$ Mil	
	2018	2017
Realizável - Gestão Administrativa	897	784
Contas a receber	615	547
Despesas antecipadas	67	49
Depósitos Judiciais / Recursais	215	188



Registra os recebíveis inerentes à gestão administrativa da Entidade, tais como os decorrentes da folha de pagamento de empregados, os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências do Plano de Gestão Administrativa e a taxa de administração e carregamento, e demais direitos.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas administrativas (previdencial, investimentos e diretas), pelo resultado positivo ou negativo dos investimentos do PGA, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

5.1. Custeio Administrativo

O percentual para o custeio administrativo é determinado pelo Conselho Deliberativo, com o efetivo acompanhamento realizado pelo atuário responsável pelo Plano através do Demonstrativo Atuarial, para cobertura das despesas administrativas da Entidade.

De acordo com a Resolução nº 29, de 31 de agosto de 2009, as fontes de custeio estão determinadas no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA. As despesas comuns são rateadas mediante critério definido pela atividade de cada gestão, no evento de aprovação do orçamento anual.

No exercício de 2018 o montante de recursos destinados ao Plano de Gestão Administrativa foi de R\$ 10.831 mil (R\$ 11.057 mil em 2017). Este resultado apresentou uma Taxa de Carregamento de 3,53% (3,94% em 2017), realizando as despesas abaixo do limite legal, que corresponde ao percentual de 9%.

5.2. Resultado dos investimentos do PGA

No exercício de 2018, a Funcorsan elaborou a Política de Investimentos do PGA, onde alocou os recursos do Fundo Administrativo em 100% nos Fundos de Renda Fixa, em conjunto ao Plano de Benefícios, sendo vedada a aplicação nos segmentos de imóveis e empréstimos – na composição da carteira do PGA. As aplicações do PGA permaneceram em conjunto com as do Plano de Benefícios, sendo o controle de fechamento virtual, onde a distribuição da rentabilidade mensal para os Planos é realizada proporcionalmente ao patrimônio do mês anterior.

No exercício de 2018 o resultado dos investimentos alcançou a receita de R\$ 509 mil (R\$ 475 mil em 2017) para o Programa de Gestão Administrativa.

6. REALIZÁVEL – APLICAÇÕES DE INVESTIMENTOS

Os limites de investimentos da Entidade são estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, do Conselho Monetário Nacional, que consolida o Regulamento que disciplina a aplicação dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

6.1. Rentabilidade Global

No ano de 2018, no que se refere ao desempenho dos investimentos, a Funcorsan atingiu o resultado em 11,41%, versus a Meta Atuarial de 9,23%. Já a rentabilidade global (inclui os investimentos e os contratos firmados com a Patrocinadora) atingiu o resultado de 10,22%, versus a Meta Atuarial de 9,23%.

O fluxo dos investimentos é calculado considerando as variações positivas e negativas sofridas pelos segmentos de Renda Fixa, Multimercado, Investimento Estruturado, Imobiliário e Empréstimos ao longo do ano.

Valores expressos em R\$ Mil

Descrição	2018	2017
Fluxo de Investimentos	(151.642)	(147.743)
Rendas/Variações Positivas	(191.306)	(179.418)
Deduções/Variações Negativas	33.752	27.920
Contingências Judiciais	1.727	(190)
Despesas Administrativas	4.120	4.156
Fundos de Investimentos	65	(211)

A distribuição dos investimentos é a seguinte:

Valores expressos em R\$ Mil

Descrição	2018	2017
Companhias Fechadas	-	2.862
Debêntures Não Conversíveis	2.862	(2.862)
(-) Provisão para perdas	(2.862)	1.366.766
Fundos de Investimentos	1.506.722	1.091.629
Renda Fixa	1.147.335	86.976
Ações	108.978	183.763
Multimercado	246.473	4.398
Empresas Emergentes	3.936	-
Derivativos	-	2.277
Bolsa de Mercadoria & Futuros	2.277	(2.277)
(-) Provisão para perdas	(2.277)	

6.2. Companhias Fechadas

Trata-se da aquisição de 800 debêntures emitidas em 1991, pela SDV-Administradora de Shopping Center S/A, com garantia da DHB – Indústria e Comércio S/A. Com o descumprimento dos resgates, em 2002 foi realizado o provisionamento para perdas em 100% do ativo, o que motivou o ingresso de ação judicial de cobrança.

No processo nº 001/1.05.0181672-4 movido pela Funcorsan contra SDV Administradora de Shopping Center S/A e DHB Indústria e Comércio (cujo valor da causa atualizado é R\$ 29.565.051,13 (posição em 10/04/2017 - prognóstico perda possível) encontra-se aguardando o retorno de Carta Precatória de Avaliação que tramita na Comarca de Novo Hamburgo.

Ainda, a Funcorsan, considerando que qualquer transação posterior à demanda executória envolvendo os bens da parte devedora anteriormente penhorados, não têm repercussão no feito, providenciou apresentação nos autos das matrículas (nº 54.727 - loja nº 16; nº 54.728 - loja nº 20; nº 54.729 - loja nº 24; nº 54.778 - loja nº 75; nº 73.041 - depósito; e nº 16.733 - terreno, todas inscritas no Registro de Imóveis da Comarca de Novo Hamburgo/RS) dos imóveis anteriormente penhorados, com os devidos registros dos gravames, requereu a realização da avaliação dos imóveis, bem como posterior designação de praças para leilão.

No processo nº 001/1.05.0181038-6, a única questão pendente é a execução da verba honorária fixada em favor dos egressos patronos da Entidade, sendo que o feito se encontra atualmente suspenso, na forma do art. 921, III, CPC.

6.3. Fundos de Investimentos

Em dezembro de 2018, a carteira dos Fundos de Investimentos da Funcorsan é composta da seguinte maneira: um Fundo de Renda Fixa, um Fundo Multimercado, seis Fundos de Renda Variável e cinco Fundos de Investimentos Estruturados.

6.3.1 Renda Fixa: O Fundo Quaraí – Fundo Exclusivo de Investimentos em Renda Fixa, representa aproximadamente 71,29% do Fundo Garantidor da Entidade. O fundo é composto em sua totalidade por Notas do Tesouro Nacional de séries B e C, grande parte precificada como ativos de característica “mantidos até o vencimento” (curva), de acordo com a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, pressupondo a manutenção em carteira até o vencimento final dos títulos. A manutenção destes títulos até o vencimento está consubstanciada na capacidade financeira da Funcorsan de cumprir seus compromissos financeiros sem dispor dos referidos valores até a data de vencimento dos papéis.

6.3.2 Multimercado: O Fundo de Investimento em Multimercado - Fundo Safra Piratini – é um fundo exclusivo que possui em sua carteira tanto ativo de renda fixa, quanto ativos de renda variável, podendo adotar a melhor estratégia de acordo com o cenário econômico. Os investimentos neste segmento representam cerca de 8,68% do Fundo Garantidor.

6.3.3 Renda Variável: Os Fundos de Investimento em Renda Variável - Fundos Bahia AM Valuation FIC FIA, Ibiuna Equities 30 FIC FIA, Oceana Selection FIA, Oceana Valor FIC FIA, Santander Seleção 30 FIC FIA e Bradesco Selection FIA - são fundos não-exclusivos, compostos por ativos expostos à variação de preços de ações de emissão de Companhias Abertas, que visam a diversificação da estratégia de investimento da Funcorsan. Representam cerca de 6,77% do Fundo Garantidor.

6.2.4 Investimentos Estruturados: os Fundos classificados como Multimercados Estruturados - Fundos Bahia AM Marau FIC FIM, Adam Macro Strategy II FIC FIM, SPX Nimitz Estruturado FIC FIM e Kapitalo Kappa FIN FIC FIM - têm como característica possuir investimentos que envolvam estratégias globais, principalmente, nos mercados de juros, índices de preços, taxas de câmbio, commodities, ações e derivativos. Estes fundos representam 6,64% do Fundo Garantidor da Entidade. Também está classificado neste segmento de Estruturados, o Empreendedor Brasil Multiestratégia Fundo de Investimento em Participações – FIP, representando 0,24% do Fundo Garantidor da Entidade.

6.4. Derivativos

Refere-se ao processo de execução da Nota Promissória no valor de R\$ 2.277 mil (Nota Promissória vencida em 26/11/2001) contra Confidelitty Asset Management Ltda., o qual foi oposto embargos à execução por parte da Massa Falida, ocasionando, naquela oportunidade, o provisionamento em 100%. A fase de conhecimento do processo já se encontra com trânsito em julgado. Os embargos à execução opostos pela parte contrária foram sentenciados improcedentes. No entanto, em sede de recurso de apelação, a parte adversa reverteu a decisão de 1ª instância, tendo, os embargos à execução, sido julgados procedentes para extinguir a execução. Em sede de recursos especiais, interpostos por ambas as partes, tendo a Fundação recorrido a restaurar a eficácia da Nota Promissória e, a parte adversa, postulado majoração de honorários advocatícios, houve negativo juízo provisório de admissibilidade. Interpostos agravos em recursos especiais pelas partes, restou desprovido o recurso da Fundação e provido o da parte adversa para fixar honorários advocatícios de R\$ 50 mil; decisão que foi objeto de agravo interno pela Massa Falida, recurso que foi devidamente impugnado pela Entidade e não foi conhecido. Retornados os autos à origem, os patronos da Massa Falida promoveram o cumprimento de sentença da verba sucumbencial devida pela Fundação, o que foi integralmente pago pela Entidade (R\$ 56 mil, em 19/11/2018), restando tão somente a verificação de eventuais custas judiciais remanescentes.

Quanto a discussão que envolve os autos da ação revocatória (proc. nº 001/1.06.0242593-3) movida pela Massa Falida contra a Entidade, cujo valor da causa corresponde a R\$ 8.454 mil (posição em 23/11/2006), houve o deferimento do requerimento da parte adversa à suspensão do feito pelo prazo de sessenta dias, em 28/11/2018, a efeito de realização de cálculo pela credora, visando apresentação de cumprimento provisório de sentença, tendo em vista que a ação revocatória restou julgada procedente, para declarar "...INEFICAZES, em relação à Massa Falida, os seguintes atos: (a) a transferência dos valores de R\$ 2.360 mil, em 31 de Maio de 2001, e R\$ 472 mil, em 06 de Junho de 2001, à ré Fundação Corsan; (b) a assunção da dívida de R\$ 2.276.625,00 junto à ré Fundação Corsan, com vencimento em 26 de Novembro de 2001, representada por nota promissória. Condeno a ré Fundação Corsan à devolução dos valores referidos no item "a" supra à Massa Falida, contando correção monetária desde a percepção dos valores nas datas de 31 de maio de 2001 e 06 de junho de 2001, bem como juros de mora desde a citação. Condeno a Fundação Corsan, ainda, ao pagamento das custas processuais e honorários aos procuradores da autora que fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa, tendo em vista o disposto no §2º do artigo 85 do Código de Processo Civil, e em atenção ao longo tempo de tramitação da demanda, o extenso trabalho dos profissionais e a complexidade da ação.". Interpostos apelos pelas partes, restou desprovido o recurso da Entidade e provido em parte o autoral para fixar a verba honorária em 12% sobre proveito econômico obtido. Interposto recurso especial pela Entidade, o mesmo foi admitido e aguarda julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça.

6.5. Ativos Por Vencimento

Em dezembro de 2018, a carteira de ativos por vencimento da Funcorsan é composta por: um Fundo de Renda Fixa, dois Fundos Multimercados, cotas de quatro Fundos de Renda Variável e cotas de um Fundo de Investimento em Empresas Emergentes. A seguir, apresentamos o detalhamento dos ativos que compõem a carteira da Funcorsan:



Valores expressos em R\$ Mil

Descrição	Mercado 2018	Mercado 2017
1) Renda Fixa	<u>1.284.796</u>	<u>1.224.675</u>
a) Aplicações em instituições financeiras:	<u>1.284.796</u>	<u>1.224.675</u>
Fundos de Investimentos - Abertos ou Exclusivos	1.284.796	1.224.675
Sem prazo	108.712	102.330
Operações compromissadas – Adelic	108.712	102.330
Até 30 dias	257	19
Contas a pagar / Receber / Tesouraria	257	19
Acima de 90 dias	1.175.827	1.122.326
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	60.152	10.229
Letras Tesouro Nacional – LTN	-	54.818
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	7.604	6.989
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	1.108.071	1.050.290
2) Renda Variável	<u>111.191</u>	<u>86.976</u>
a) Mercado à Vista	<u>111.191</u>	<u>86.976</u>
Fundos de Investimentos Abertos/Exclusivos	108.978	86.976
Fundos de Investimentos Exclusivos	2.213	-
3) Investimentos Estruturados	<u>110.735</u>	<u>55.115</u>
a) Fundos de Investimentos	<u>110.735</u>	<u>55.115</u>
Fundos de Investimentos em Empresas Emergentes	110.735	55.115
Total dos Fundos de Investimentos	<u>1.506.722</u>	<u>1.366.766</u>

Relativa à Renda Variável, a maior parte dos investimentos está alocada nos seguintes setores: bancos, exploração e/ou refino, serviços financeiros, energia elétrica e minerais metálicos.

Valores expressos em R\$ Mil

Modalidade	Mercado 2018	Mercado 2017
RENDA VARIÁVEL - Total	108.978	86.976
Ação		
AES TIETE E UNT N2	-	350
ALIANSCA ON NM	1.053	-
ALLIAR ON NM	58	134
ALPARGATAS PN N1	456	-
ALUPAR UNT N2	207	-
AMBEV S/A ON	1.207	984
ANIMA ON NM	-	1.300
AREZZO CO ON NM	309	-
AZUL PN N2	809	591
B2W DIGITAL ON NM	-	552
B3 ON NM	2.711	-
BANRISUL PNB N1	1.113	1.246
BBSEGURIDADE ON NM	691	1.722
BK BRASIL ON NM	-	175
BMFBOVESPA ON NM	-	3.107
BR BROKERS ON NM	92	53
BR MALLS PAR ON NM	1.493	451
BR PROPERT ON NM	130	-
BRADESCO ON	482	154
BRADESCO PN N1	9.774	8.240
BRADESPAR PN N1	653	1.094
BRASIL ON NM	5.527	4.221
BRASKEM PNA N1	202	-
BRF SA ON NM	907	2.390
CAIXA / DISPONIBILIDADES	6.801	6.373
CAMIL ON NM	357	723
CARREFOUR BR ON NM	227	134
CCR S/A ON	289	528
CEMIG PN N1	1.453	90
CESP PNB	788	-
CIA HERING ON NM	1.217	484
CIELO ON NM	-	333
COPASA ON NM	-	-
COSAN ON NM	1.656	1.189
CPFL ENERGIA ON NM	135	-
CVC BRASIL ON NM	1.845	438
CYRELA REALT ON NM	-	801

Parte 1

Valores expressos em R\$ Mil

Modalidade	Mercado 2018	Mercado 2017
DIRECIONAL ON NM	-	89
DURATEX ON NM	-	2
ELETROBRAS ON N1	-	659
ELETROBRAS PNB N1	-	602
EMBRAER ON NM	503	590
ENERGISA	1.900	-
ENERGISA UNT N2	-	1.119
EQUATORIAL ON NM	2.779	3.270
ESTACIO PART ON NM	290	526
EUCATEX PN N1	57	48
EVEN ON NM	-	211
EZTEC ON NM	608	-
FIBRIA ON NM	872	455
FLEURY ON NM	989	501
GERDAU MET PN N1	-	1.226
GERDAU PN	1.813	1.612
GOL PN N2	73	539
HAPVIDA ON NM	14	-
HYPERMARCAS ON NM	1.222	1.332
IGUATEMI ON NM	1.629	426
IHPARDINI ON NM	517	315
INTERMEDICA ON NM	389	-
IOCHP-MAXION	158	174
IRBBRASIL RE ON NM	1.598	-
ISHARES BOVA CI	-	531
ITAUSA PN N1	2.472	2.782
ITAUNIBANCO ON N1	161	210
ITAUNIBANCO PN N1	7.334	1.971
JBS ON NM	-	298
KLABIN S/A UNT N2	553	-
KROTON ON NM	383	-
LIGHT S/A ON NM	79	961
LINX ON NM	403	387
LOCALIZA ON NM	1.202	99
LOCAMERICA ON NM	699	-
LOG COM PROPON NM	2	-
LOJAS AMERICANAS ON	-	48
LOJAS AMERICPN	1.389	1.662
LOJAS RENNER ON NM	1.641	-

Parte 2

Valores expressos em R\$ Mil

Modalidade	Mercado 2018	Mercado 2017
M.DIASBRANCO ON NM	-	184
MAGAZ LUIZA ON NM	595	930
METAL LEVE ON NM	-	47
MINERVA ON NM	129	-
MRV ON	238	353
MULTIPLAN ON N2	1.678	1.006
NATURA ON NM	799	-
OI ON N1	-	28
OMEGA GER ON NM	590	560
P.ACUCAR-CBD PN N1	2.359	1.645
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A ON NM	376	427
PETROBRAS ON	1.345	1.150
PETROBRAS PN	7.481	4.693
QUALICORP ON NM	1.063	75
RANDON PART PN N1	226	-
RUMO S.A. ON NM	1.454	629
SABESP ON NM	687	490
SANEPAR UNIT N2	678	322
SANTOS BRP ON NM	-	149
SAO MARTINHO ON NM	-	981
SER EDUCA ON NM	1.460	2.590
SMILES ON NM	1.057	761
SUL AMERICA UNT N2	525	-
SUZANO PAPEL ON NM	839	704
TAESA UNT N2	548	233
TELEF BRASIL PN	-	345
TENDA ON	172	812
TIM PART S/A ON NM	-	123
TRAN PAULIST PN N1	615	1.302
TUPY ON NM	-	92
ULTRAPAR ON NM	368	741
USIMINAS PNA N1	1.287	485
VALE ON N1	7.851	1.835
VIAVAREJO ON N2	97	-
VIAVAREJO UNT N2	-	553
VULCABRAS ON NM	-	51
WIZ S.A. ON NM	90	534

Parte 3

7. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

A seguir apresentamos o demonstrativo dos investimentos em imóveis da Funcorsan:

Valores expressos em R\$ Mil

	2018	2017
Investimentos Imobiliários	75.565	77.362
Terrenos	2.239	3.075
Aluguéis e Renda uso próprio	5.598	5.689
Aluguéis e Renda locados a patrocinador	880	1.882
Aluguéis e Renda locados a terceiros	66.848	66.683
Direitos em Aliações de Investimentos	0	33



7.1. Terrenos

O valor reconhecido refere-se à retomada judicial de três terrenos situados a Rua Francisco Petuco, ocorrido em dezembro de 2008, finalizando o contrato alienado em julho de 1998. Obtivemos a posse dos imóveis, mediante homologação judicial em 7 de novembro de 2012.

7.2. Reavaliação de imóveis

Os imóveis devem ser reavaliados pelo menos a cada três anos ou anualmente de acordo com o item 19, letras “h” e “k” do Anexo “A” da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e item 21 da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011. O resultado da reavaliação, positivo ou negativo, deverá ser contabilizado uma única vez em conta do respectivo ativo, em contrapartida da conta de “Rendas – Variações Positivas” ou “Deduções – Variações Negativas”, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir.

Demonstramos, no quadro a seguir, as reavaliações reconhecidas no exercício de 2018:

Valores expressos em R\$ Mil

LOCADOS A PATROCINADORA						
Descrição	Status operação	Custo/Março 2018	Reavaliação Abril/2018	Variação	Valor Contábil Dezembro 2018	Empresa Avaliação
Albion, 120 l - lote 24,25 e 26	Locado	1.062	1.114	4,90%	805	Sociedade Gaúcha de Avaliações
LOCADOS A TERCEIROS						
Descrição	Status operação	Custo/Julho 2018	Reavaliação Abril/2018	Variação	Valor Contábil Dezembro 2018	Empresa Avaliação
Avenida Liberdade, 347	Desocupado	1.102	1.066	-3,27%	1.063	Sociedade Gaúcha de Avaliações
LOCADOS A TERCEIROS - ALIENAÇÃO						
Descrição	Status operação	Reavaliação Setembro/2018	Variação	Valor Contábil Dezembro 2018	Empresa Avaliação	
Annes Dias, 112 CJ. 43	Retomada Judicial	221	0,00%	220	Sociedade Gaúcha de Avaliações	
TERRENO						
Descrição	Status operação	Custo/Octubro 2018	Reavaliação Novembro/2018	Variação	Valor Contábil Dezembro 2018	Empresa Avaliação
Av. Francisco Petuco, 252	Desocupado	1.409	1.015	-27,95%	1.015	Sociedade Gaúcha de Avaliações
Av. Francisco Petuco, 260	Desocupado	180	130	-27,78%	130	Sociedade Gaúcha de Avaliações
Av. Francisco Petuco, 270	Desocupado	1.486	1.094	-26,37%	1.094	Sociedade Gaúcha de Avaliações

7.3. Aluguéis e Renda de Uso próprio

Correspondem aos investimentos em imóveis destinados para uso próprio. Os saldos representam os valores de mercado dos imóveis, atualizados através de reavaliações periódicas, e/ou na ocorrência de propostas de compra. Esses imóveis são rentabilizados através de aluguel pelo Plano de Gestão Administrativa - PGA, conforme orientações da legislação aplicável em vigor. No exercício de 2018, o aluguel foi corrigido conforme critério alinhado ao mercado imobiliário com previsões anuais de correção monetária, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

Valores expressos em R\$ Mil

Receita Média - Locados p/ uso próprio				
Situação	2018		2017	
	Quantidade	ValorQ	Quantidade	Valor
Locado	7	275	7	270
Desocupado	0	-	0	-
Total	7	275	7	270

74. Aluguéis e Renda para Locados a Patrocinadora

Correspondem aos investimentos em imóveis destinados à locação para a Patrocinadora. Os saldos representam os valores de mercado dos imóveis, conforme reavaliações realizadas periodicamente e/ou na ocorrência de propostas de compra, consoante às normas aplicáveis.

No exercício de 2018 o valor dos aluguéis se mantiveram, Viamão R\$ 9 mil e, o de Alvorada, R\$ 8 mil, com base nos valores de dezembro de 2017. O imóvel de Viamão foi desocupado pela Corsan em julho de 2018. Atualmente, apenas com o imóvel de Alvorada está locado para a Patrocinadora. Para apuração destes valores, foram considerados os critérios alinhados ao mercado imobiliário, decorrentes de reavaliações realizadas nos imóveis e, também, com receitas de aluguéis até maio de 2018. Após esse período, a Patrocinadora está pendente com os pagamentos de aluguéis.

Valores expressos em R\$ Mil

Receita Média - Locados p/ Patrocinadora				
Situação	2018		2017	
	Quantidade	ValorQ	Quantidade	Valor
Locado	2	84	2	136
Desocupado	0	-	0	-
Total	2	84	2	136

7.5. Aluguéis e Renda para Locados a Terceiros

Correspondem aos investimentos em imóveis destinados à locação para terceiros. Os saldos representam os valores de mercado dos imóveis, conforme reavaliações realizadas periodicamente e/ou na ocorrência de propostas de compra, consoante normas aplicáveis ou, no caso dos imóveis retomados, quando da efetivação do distrato com os compradores. No exercício de 2018, ofertamos os imóveis desocupados em diversas imobiliárias do mercado. O ano de 2018 foi um ano de alta disponibilidade de imóveis em oferta e mercado locador reprimido.

Em setembro de 2018 foi registrado, contabilmente, a retomada do imóvel sito à Rua Annes Dias, nº 112 conjuntos 43 no valor de R\$ 221 mil, conforme avaliação mercadológica realizada na retomada do imóvel.

Valores expressos em R\$ Mil

Receita Média - Locados para Terceiros				
Situação	2018		2017	
	Quantidade	ValorQ	Quantidade	Valor
Locado	17	3.789	18	4.938
Desocupado	15	-	13	-
Total	32	3.789	31	4.938

7.6. Direitos em Alienações de Investimentos

Correspondem às parcelas a receber relativas à venda de imóveis. Os contratos possuem prazos e condições variadas. Incidem sobre esses créditos a atualização monetária, conforme os índices de preços e juros remuneratórios, calculados com base em taxas reais anuais. Parte dos imóveis alienados encontra-se em discussão judicial, os quais ocasionam provisões. A composição da carteira de alienados em 31 de dezembro dos exercícios de 2018 e 2017 é a seguinte:

Valores expressos em R\$ Mil

Descrição	2018	2017
Direitos em Alienação de Investimentos	0	33
Contratos em processo judicial	8.667	15.265
Depósitos judiciais	-	-
(-) Provisão para perdas imóveis alienados	-8.667	-15.265
Valores a receber	0	33

A variação evidenciada nas provisões de 2018 corresponde à atualização dos controles da carteira de imóveis quanto aos provisionamentos de juros e correção monetária dos contratos em inadimplência.

7.6.1. Valores a receber

A conta “Valores a Receber”, é composta pelas pedras do Mineral Berilo, variedade Esmeralda. Conforme consulta ao órgão regulador Previc, o qual orientou a Funcorsan através do Ofício nº 5.461/2011/CGMC/DIACE/PREVIC ao processo de registro do Mineral Berilo, variedade Esmeralda – Ativo, recebido em 28 de junho de 2007, através do termo de entrega do processo nº 001/1.05.0083382-0 pela execução de sentença.

Em 26 de maio de 2017 a empresa Irmãos Pulla Avaliação de Joias Ltda., emitiu o laudo de avaliação, o qual totaliza o valor dos dois lotes em R\$ 33 mil, que foi reconhecido na contabilidade no mês de julho de 2017.

Em 13 de setembro de 2018, realizamos a baixa do bem patrimonial composto por dois lotes de Esmeraldas, com 10kg cada, devido a alienação no valor de R\$ 2.000,00, conforme Atas nº 604 e 605/2018. A operação foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da Funcorsan em concordância com a Diretoria Executiva.

8. EMPRÉSTIMOS À PARTICIPANTES

Os empréstimos à participantes são registrados de acordo com os contratos. Os juros e correções são reconhecidos pela competência. Os valores provisionados referem-se aos contratos que estão em cobrança judicial e prestações em atraso.

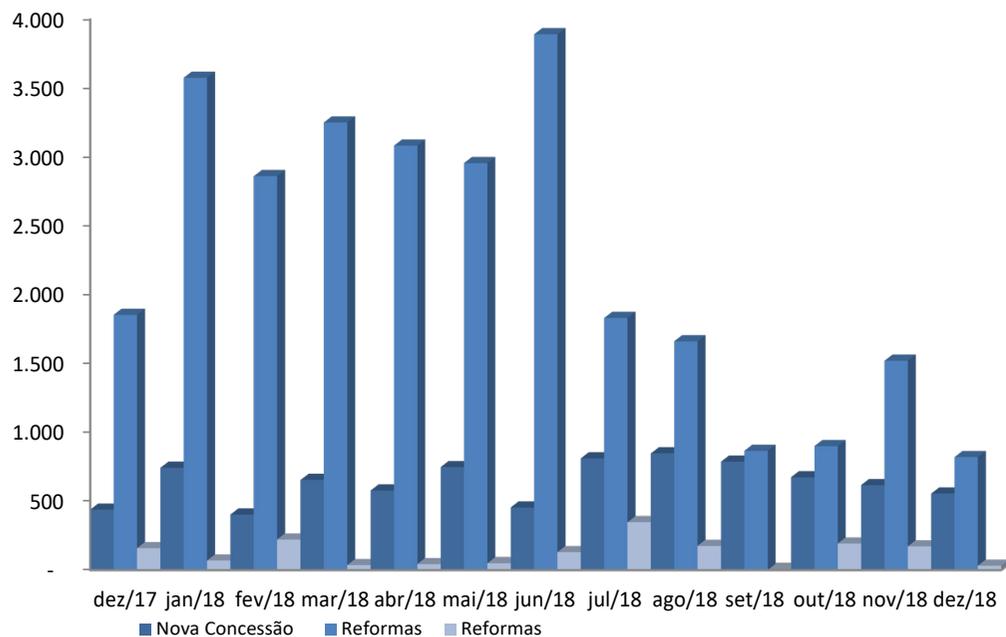
Descrição	Valores expressos em R\$ Mil	
	2018	2017
Empréstimos e Financiamentos	44.892	43.093
Empréstimos a receber	47.197	45.334
Inadimplência	548	560
(-) Provisão Devedores Judiciais *	(1.695)	(1.546)
(-) Provisão perdas de Empréstimos a participantes **	(1.158)	(1.255)

*Corresponde aos contratos sob cobrança judicial.

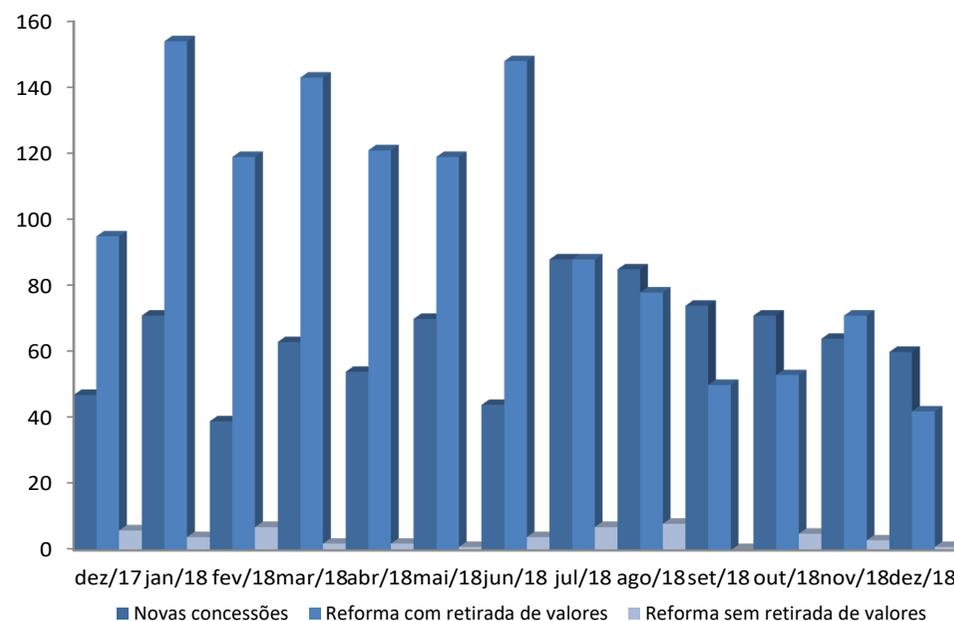
**Corresponde à observância aos critérios estabelecidos na Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 pertinentes ao provisionamento das parcelas vencidas e vincendas

Em julho de 2018 houve alteração do Regulamento de Empréstimo, com regras mais restritivas principalmente em relação as renovações, que podem ser evidenciadas através dos gráficos de acompanhamento abaixo. Ainda, durante o ano de 2018, a modalidade “Reforma com retirada de valores” foi a mais concedida nas operações de empréstimo realizadas, seguido por “Novas concessões” e “Reforma sem retirada de valores”.

CONCESSÕES DE EMPRÉSTIMO (em R\$ mil)



QUANTIDADE DE CONCESSÕES



INVESTIMENTOS - DEPÓSITOS JUDICIAIS

Registra os depósitos Judiciais/Recursais relativos às contingências dos investimentos.

Valores expressos em R\$ Mil

Descrição	2018	2017
<u>Depósitos Judiciais/Recursais</u>	<u>106</u>	<u>97</u>
Depósitos Judiciais/Recursais – Imóveis	70	64
Depósitos Judiciais/Recursais – Empréstimos	36	33

9. CONTINGÊNCIAS

9.1. Passivo Contingencial

O Passivo Contingencial é demonstrado segundo rege a Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 – Item 30 e em conformidade à norma contábil NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

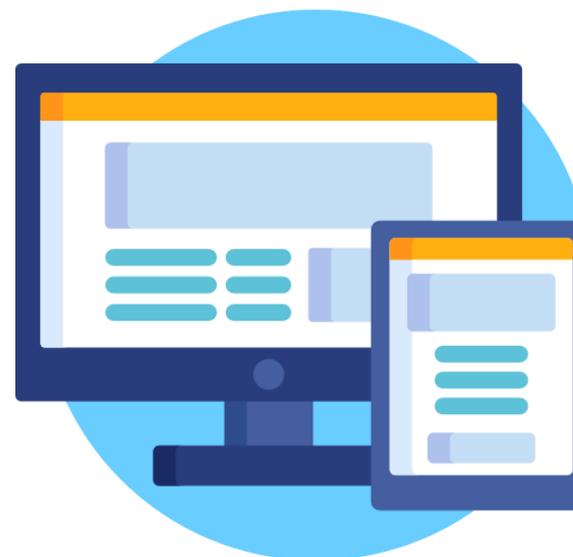
Os Passivos Contingentes são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente; ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. Assim, a Funcorsan contingencia conforme as probabilidades de perda identificadas:

Provável	Possível	Remota
Há obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos.	Há obrigação possível ou obrigação presente que pode requerer, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos.	Há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota.
A provisão é reconhecida contabilmente.	Nenhuma provisão é reconhecida contabilmente.	Nenhuma provisão é reconhecida contabilmente.
Divulgação é exigida para a provisão.	Divulgação é exigida para o passivo contingente.	Nenhuma divulgação é exigida.

As provisões com a classificação de risco de perda “provável” reconheceram os seguintes montantes:

Valores expressos em R\$ Mil

Área de atuação	Objeto da Ação	2018		2017	
		R\$	Quantidade	R\$	Quantidade
Direito Cível	Benefícios	7.413	25	6.985	27
Direito do Trabalho	Benefícios	13.605	163	17.413	243
Total Gestão Previdencial		21.018	188	24.398	270
Direito Cível	Investimentos	17.401	1	15.863	1
Direito Cível	Imóveis Alienados	72	2	64	1
Direito Cível	Empréstimos	210	20	77	6
Total Investimentos		17.683	23	16.004	8
Direito do Trabalho	Reclamação	398	3	440	4
Total Gestão Administrativa		398	3	440	4
Total Exigível Contingencial		39.099	214	40.842	282



9.2. Processos Judiciais – Perdas Possíveis

De natureza cível, trabalhistas e relacionadas ao Plano de Benefícios. Existem diversos processos trabalhistas e relacionados ao Plano nos quais a Funcorsan é parte no polo passivo, para os quais os assessores jurídicos classificam como provável. Estão contabilizados os valores em litígio com a possibilidade de desembolso, e considera os desembolsos incorridos de depósitos judiciais dos processos com classificação de provável perda. Existem ainda processos na esfera cível, vinculados a transações imobiliárias, para os quais a administração da Entidade não mantém expectativa de perdas adicionais àquelas já reconhecidas através das provisões constituídas, conforme legislação vigente. Existem no sistema de controle da área jurídica 275 processos judiciais totalizando o montante atualizado de R\$ 47.638 mil (R\$ 59.784 mil em 2017) com a classificação de risco de perda “possível”, os quais apresentamos classificados por objeto:

Demonstrativo de Quantitativo de Processos Judiciais - Perdas Possíveis

Natureza	2018	2017
Direto Trabalho	10	12
Direito Cível	265	269
Total	275	281

9.3. Ativo Contingencial

A Funcorsan é parte de ação ordinária ajuizada pela ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar) em face do FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento, do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento) e da União Federal, que objetiva o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos, adotando para tal fim o IPC (Índice de Preços ao Consumidor), ao invés do BTN (Bônus do Tesouro Nacional), correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991.

Em que pese o “trânsito em julgado” do mérito em 28 de setembro de 2008, não foi reconhecido em resultado por não existirem evidências quanto à data e valor de liquidação (processo ainda em fase de execução), à luz da Resolução CFC nº 1.180, de 24 de julho de 2009, em que a Entidade deve apenas mencionar a existência de um ativo contingente quando for provável a entrada de benefícios econômicos.

A liquidação de sentença por artigo – processo nº 0145871-67.2015.4.02.5101 que tramita na 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro, teve deferida recentemente a expedição de ofício ao Banco Central do Brasil, na qualidade de operador do Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), a fim de que este informe, a quantidade de Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND titularizadas pelas instituições representadas pela Abrapp e Funcorsan no período de abril de 1990 a fevereiro de 1991. Ainda, deverá informar se houve eventual transferência dos títulos referidos em qualquer momento posterior ao período em comento. Por fim, deverá esclarecer a quantidade de OFND's adquiridas compulsoriamente pela Entidade, por força do artigo 7º do Decreto Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986 (dentro do percentual de 30% das respectivas reservas técnicas).

10. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

10.1. Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas são constituídas sobre as bases atuariais do mês de outubro de 2018, calculadas com referência em dezembro de 2018. As informações foram apuradas pela empresa Mercer Gama - Consultores Associados, responsável pelo plano atuarial praticado pela Entidade e documentadas no DA - Demonstrativo Atuarial. As Provisões Matemáticas são compostas da seguinte forma:

a) Benefícios concedidos

- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização: O valor atual dos benefícios a serem pagos pela Entidade aos participantes e beneficiários em gozo de benefício de prestação continuada, conforme o Plano de Benefício Definido.
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados: Refere-se a Benefícios de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial e Idade.
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados: Refere-se a benefícios cuja concessão é em função de riscos aleatórios como Morte e Invalidez.

b) Benefícios a conceder

- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado: Refere-se ao valor atual dos futuros Benefícios de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial e Idade.
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização não Programado: Refere-se ao valor atual dos futuros Benefícios de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial e Idade; cuja concessão é em função de riscos aleatórios como Morte e Invalidez.

c) (-) Provisões Matemáticas a Constituir

Conforme Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, no exercício de 2010 os contratos com as patrocinadoras que possuíam cláusulas contratuais de reajuste atuarial, foram transferidos para o passivo. A Funcorsan, no exercício de 2018, reconheceu a quitação do contrato de Financiamento da Cobertura Suplementar do Plano de Benefícios Definido nº 001.

Assim, o passivo atuarial, constituído através das Provisões Matemáticas, é composto da seguinte forma:

Valores expressos em R\$ Mil

Descrição	2018	2017
Provisões Matemáticas	<u>1.858.703</u>	<u>1.674.757</u>
Benefícios concedidos	<u>1.441.522</u>	<u>1.315.182</u>
Benefícios definido estruturado em regime de capitalização	<u>1.441.522</u>	<u>1.315.182</u>
• Valor atual dos benefícios futuros programados	1.136.410	1.016.335
• Valor atual dos benefícios futuros não programados	305.112	298.847
Benefícios a conceder	<u>696.960</u>	<u>683.766</u>
Benefícios definido estruturado em regime de capitalização programado	<u>652.674</u>	<u>641.254</u>
• Valor atual dos benefícios futuros programados	909.149	881.465
• (-) Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	(124.769)	(115.999)
• (-) Valor atual das contribuições futuras dos participantes	(131.706)	(124.212)
Benefício Definido estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	<u>44.286</u>	<u>42.512</u>
• Valor atual dos benefícios futuros não programados	70.480	67.038
• (-) Valor atual das contribuições futuras dos participantes	(13.097)	(12.263)
• (-) Valor atual das contribuições futuras dos participantes	(13.097)	(12.263)
(-) Provisões matemáticas a constituir	<u>(279.779)</u>	<u>(324.191)</u>
Déficit Equacionado	<u>(279.779)</u>	<u>(295.252)</u>
• (-) Patrocinadores (a)	(135.697)	(143.119)
• (-) Participantes (b)	(135.608)	(143.037)
• (-) Assistidos	(8.474)	(9.096)
Por ajuste das Contribuições Extraordinárias	-	<u>(28.939)</u>
• (-) Patrocinadores (a)	-	(28.939)

TI. EQUILÍBRIO TÉCNICO

Demonstra o resultado acumulado obtido pelo Plano de Benefício. A rubrica Equilíbrio Técnico apresenta os valores referentes ao superávit/déficit técnico acumulado e a reserva especial para revisão de plano.

No encerramento do exercício de 2018 o Plano BD nº 001 apresenta o Déficit Técnico de R\$ 207.511 mil (R\$ 151.364 mil em 2017), representando 11,16% (9,04% em 2017) em referência as Provisões Matemáticas Constituídas, sem considerar equilíbrio técnico ajustado pela precificação dos Ativos.

Valores expressos em R\$ Mil

Formação do Resultado do Exercício	2018	2017	Variação (%)
Saldo Anterior Superávit/Déficit Acumulado (a)	(151.364)	(144.725)	4,59
Contribuições Patrocinadora e Participantes	145.176	131.303	10,57
Reajustes dos Contratos c/Patrocinadora	5.796	5.174	12,02
Resultado dos Investimentos	151.133	147.268	2,62
Despesas Previdenciais	(164.641)	(151.998)	8,32
Provisão/Reversão de Contribuições	(5.997)	(2.368)	153,21
Contingência Previdencial	3.043	(2.960)	(202,80)
Provisões Matemáticas	(183.946)	(126.158)	45,81
Custeio Previdencial - Cobertura de Despesas Administrativas	(6.711)	(6.900)	(2,74)
Total da Variação no Exercício (b)	(56.147)	(6.639)	745,71
Saldo Superávit/Déficit Acumulado (a + b)	(207.511)	(151.364)	37,09

12. FUNDOS

Os fundos são recursos econômico-financeiros com destinação específica, voltados a suprir as necessidades das atividades desenvolvidas pela Funcorsan:

a) Fundo Administrativo – é formado pelo resultado entre valores recebidos para o custeio administrativo da Funcorsan, o fluxo dos investimentos e as despesas administrativas. O resultado do Fundo Administrativo constituiu o montante de R\$ 197 mil. O montante do fundo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 4.634 mil (R\$ 4.437 mil em 2017).

b) Fundo dos Investimentos – é formado pela taxa de quitação por morte sobre os empréstimos concedidos pela Funcorsan, destinado a quitação de saldo devedor de empréstimo pela eventualidade de falecimento do mutuário. No exercício de 2018 a entidade reconheceu a formação de R\$ 66 mil de Fundo. O montante do fundo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 398 mil (R\$ 332 mil em 2017).

13. IMPACTO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL NO RESULTADO

a) Cálculo da Taxa de Juros atuarial para o exercício de 2018

A taxa de juros de 5,61% foi calculada conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014, Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015 e Portaria PREVIC nº 708, de 25 de dezembro de 2015.

A adequação e a aderência da taxa de juros constam do estudo técnico, que confirmou a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo de receitas de contribuição e de pagamento de benefícios, em entendimento à Resolução CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014 e à Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015 e consequentemente a adoção da taxa de juros 5,61% ao ano, que foi utilizada na Avaliação Atuarial de dezembro de 2018.

b) Impactos Apurados na Avaliação Atuarial

Com base em estudos econômicos e atuariais realizados durante o ano de 2018, ocorreram alterações em premissas que vinham sendo utilizadas nas Avaliações Atuariais dos exercícios anteriores.

Diante disso, apresentamos quadro que sintetiza o impacto da Avaliação Atuarial nas Provisões Matemáticas do Plano da Funcorsan:

Valores expressos em R\$ Mil

Descrição	2018	2017	Variação %
Provisões Matemáticas	1.858.703	1.674.757	10,98
Benefícios concedidos	1.441.522	1.315.182	9,61
Benefícios a conceder	696.960	683.766	1,93
(-) Provisões matemáticas a constituir	(279.779)	(324.191)	-13,70
Equilíbrio Técnico - Déficit Acumulado	(207.511)	(151.364)	37,09

As variações das Provisões Matemáticas em 2018 culminaram na elevação de 10,98% das provisões totais do Plano, comparativamente ao exercício de 2017, decorrente das seguintes causas, conforme transcrição observada Avaliação Atuarial de 2018 – Parecer Mercer nº 025/19:

- a. As variações das Provisões Matemáticas culminaram na elevação de 10,98% das Provisões Matemáticas totais do Plano, comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2017.
- b. As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos montam, em 31/12/2018, R\$ 1.441.522 mil, representando um aumento de 9,61% comparativamente ao montante de R\$ 1.315.181 mil, apurado na Avaliação Atuarial de 31/12/2017. Conforme Relatório Mercer 123 – RE 021/19, o aumento nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos é motivado pela concessão de novos benefícios, atualizações cadastrais na composição familiar real e pelo incremento de benefícios judiciais.
- c. As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder montam, em 31/12/2018, R\$ 696.961 mil, representando um acréscimo de 1,93% comparativamente ao montante de R\$ 683.766 mil, apurado na Avaliação Atuarial de 31/12/2017. O acréscimo nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder é motivado pelas novas entradas e aumento salarial superior ao esperado, bem como pelo aumento natural das provisões matemáticas de Benefícios a Conceder em face da aproximação do início do recebimento dos benefícios.
- d. As Provisões Matemáticas a Constituir montam, em 31/12/2018, R\$ 279.779 mil, representando uma variação negativa de 13,70% comparativamente ao montante de R\$ 324.191 mil, apurado na Avaliação Atuarial de 31/12/2017. A redução das Provisões Matemáticas a Constituir é decorrente do pagamento integral da parcela referente a Cobertura Suplementar durante o exercício de 2018, bem como amortizações do déficit equacionado por meio de contribuições extraordinárias durante o exercício de 2018, conforme informado pela Funcorsan.

e. O déficit técnico do Plano aumentou 37,09%, passando de R\$ 151.364 mil em 31/12/2017, para R\$ 207.511 mil, em 31/12/2018, representando um déficit técnico no exercício de R\$ 56.147 mil.

f. A mudança da hipótese de Fator de Capacidade gerou uma redução na ordem de R\$ 5.275 mil nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos. Já a alteração da hipótese de Auxílio-Doença gerou impacto apenas no custo normal do Plano, impactando diretamente nas contribuições.

g. A alteração da hipótese de Composição Familiar acarretou uma redução de R\$ 675 mil nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder.

h. Adicionalmente, o aumento das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder é justificado pelo ajuste de experiência do Plano, sendo, R\$ 48.570 mil atribuído ao aumento salarial superior ao esperado, R\$ 50.218 mil decorrente da evolução das provisões e R\$ 11.684 mil devido às alterações cadastrais e movimentações ocorridas, acrescido de R\$ 30.136 mil relativo a novas concessões de aposentadorias e pensões, além de R\$ 4.762 mil referente às adesões ocorridas durante o exercício de 2018.

i. Além das variações apresentadas anteriormente, observamos que as Provisões Matemáticas a constituir reduziram R\$ 44.412 mil, o que contribuiu para a elevação das Provisões Matemáticas Totais.

j. A rentabilidade do Plano auferida no exercício de 2018 foi de 10,22%, conforme informado pela Fundação, sendo que a meta atuarial no período, dada pela taxa de juros atuariais de 5,61% a.a. acrescida do índice do Plano (INPC-2018 de 3,43%), foi de 9,23%, o que resultou em um ganho técnico atuarial no exercício de 0,90%.

14. AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS - APURAÇÃO DE RESULTADOS E SOLVÊNCIA

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, alterada pela Resolução nº 16, de 19 de novembro de 2014, Instrução Previc nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, e Instrução Previc nº 25, de 17 de dezembro de 2015.

A Funcorsan efetuou o procedimento para apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, a partir do encerramento do exercício de 2018, o Ajuste de Precificação dos Ativos, que corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial (5,61%), e o valor contábil desses títulos.

O equilíbrio técnico ajustado passou a ser a base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização de superávit técnico ou para equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário, dependendo do caso.

A Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duration do passivo atuarial).

Apresentamos, a seguir, demonstrativo do tratamento do Déficit:

Déficit	Resolução CNPC nº 22/2015
Limite	(Duração - 4) X 1%
Gatilho	Eliminar gatilho (passa a ser automático).
Valor a ser equacionado	Se déficit > limite, equaciona o que ultrapassar o limite. Se déficit < limite, não há equacionamento.
Tratamento do Déficit	Promove a equidade no equacionamento de déficit, tendo a duração como critério de diferenciação.
Tratamento do Déficit	Limitado à Duration de 4 anos. Para valores inferiores a 4 anos, eventuais déficits são equacionados anualmente de maneira integral, com contratos firmados pelo patrocinador.
Planos de Equacionamento	Os planos de equacionamento deverão prever fluxos de contribuições lineares ou decrescentes (nunca crescentes).

Para fins de controle e acompanhamento contábil e financeiro dos títulos objeto dos ajustes de precificação no encerramento do exercício de 2018, demonstramos as informações necessárias:

Valores expressos em R\$ Mil

Cálculo de Duração do Passivo e Ajuste de Precificação - Previc			
Cálculo ajuste NTN-B e NTN-C			
Dados para cálculo			
Data da Carteira:	31/12/2018		
Taxa de Juros Real Anual	5,61		
Posição	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
Total	984.801	1.087.429	102.628
Análise das Durações	Art. 9º, inciso V, da IN Previc nº 19, de 04/02/2015		
	Requisito atendido		
Duração do passivo	13,49		
Duração dos títulos	10,91		
Análise dos VP	Art. 9º, inciso III e IV, da IN Previc nº 19, de 04/02/2015		
	Requisito atendido		

A duration do passivo do Plano BD nº 001 da Funcorsan é de 13,49 anos em 2018. Com isso, a zona de equilíbrio para o caso de déficit técnico é 9,49%.

O valor apurado (positivo) da precificação dos ativos de R\$ 102.628 mil foi destinado ao equacionamento do déficit e contribuiu para o Equilíbrio Técnico Ajustado, apresentado no item “5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado” do Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DALPB. O equilíbrio técnico ajustado acumulado do Plano BD nº 001 da Funcorsan, bem como o índice de Solvência, está a seguir demonstrado:

Valores expressos em R\$ Mil

Apuração de Resultados - Superávit / Déficit Técnico e Equilíbrio Técnico Ajustado – 2018	
A) Cálculo dos Limites	
1) Saldo Provisões Matemáticas (conta 2.3.1.1)	1.858.703
2) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado	
2.1) Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (zona de equilíbrio de déficit técnico)	9,49%
2.2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que pode permanecer ((1) *(2.1)) *-1	(176.391)
B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado	
3) Equilíbrio Técnico Contábil (conta 2.3.1.2)	(207.511)
4) Ajuste de Precificação Positivo	102.628
5) = (3) + (4) Equilíbrio Técnico Ajustado	(104.883)
6) = (5) / (1) x 100 = Índice de solvência	5,64%

Conforme observado, no demonstrativo, o Plano de Benefícios BD nº 001 encerrou o exercício de 2018 com equilíbrio técnico ajustado negativo de R\$ 104.883 mil, o que resultou em um índice de solvência de 5,64%, inferior ao limite de 9,49% da zona de equilíbrio mínima. Desta forma, no referido exercício não existe a obrigatoriedade de elaboração e aprovação de plano de equacionamento de déficit técnico.

FUNDAÇÃO CORSAN
DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
CNPJ: 89.176.911/0001-88

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (EM MILHARES DE REAIS)

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2018.



Elena Hahn Raupp
Diretora
Superintendente

CPF: 177.314.700-59



Adimilson Luiz Stodulski
Diretor Financeiro e
Administrativo

CPF: 560.601.140-91



Gilmar Antonio Arnt
Diretor de
Seguridade

CPF: 407.143.810-04



Balard Silva Ozorio
Contador
CRC/RS 57.807/O-4

CPF: 653.122.870-91

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas de

Fundação Corsan — Dos Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan

Porto Alegre — R5

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação Corsan — Dos Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC n2 8) em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano de benefícios para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Fundação Corsan — Dos Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar — CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar — CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, RS, 1º de março de 2019.



Carlos Alberto dos Santos
Contador – CRCRS nº 69.366

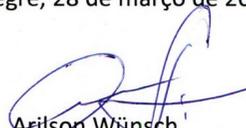


Ricardo Schmidt
Contador – CRCRS nº 45.160

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO CORSAN – DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA RIOGRAN- DENSE DE SANEAMENTO – CORSAN, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado as demonstrações contábeis, que compreendem o Balanço Patrimonial Consolidado em 31/12/2018, a Demonstração da Mutações do Patrimônio Social - DMPS, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefício - DMALPB, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefício – DALPB, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício – DPTP, as Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis, bem como o Parecer Atuarial nº 025/19, a manifestação da Diretoria Executiva em sua Ata nº 789/2018, observando o disposto no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis, são de opinião de que tais documentos merecem aprovação.

Porto Alegre, 28 de março de 2019.



Arilson Wunsch

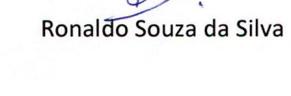
Presidente do Conselho Fiscal



Alberto Domingos Pagliarini



Ivan Edênio de Andrade

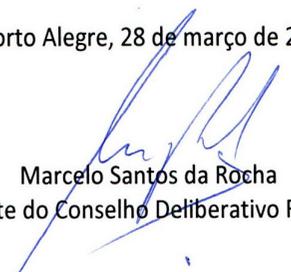


Ronaldo Souza da Silva

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da FUNDAÇÃO CORSAN - DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado as demonstrações contábeis, que compreendem o Balanço Patrimonial Consolidado em 31/12/2018, a Demonstração da Mutações do Patrimônio Social - DMPS, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefício - DMALPB, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefício - DALPB, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício - DPTP, as Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis, bem como o Parecer Atuarial nº 025/19, a manifestação da Diretoria Executiva em sua Ata nº 789/2018, observando o disposto no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações Contábeis e o Parecer do Conselho Fiscal, aprovam os documentos acima enunciados.

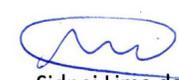
Porto Alegre, 28 de março de 2019.


Marcelo Santos da Rocha
Presidente do Conselho Deliberativo Funcorsan


Alessandra Fagundes dos Santos


Delso Francisco Zvirtes


Sady Xavier da Cruz


Sidnei Lima da Silva


Tiago Simon de Souza

PREVIDÊNCIA E ATUARIAL 5



5.1 Fatos relevantes do Plano de Benefícios

5.1.1 Estudo do Plano de Benefícios BD nº OO1

Recomposição da Reserva Matemática dos Benefícios Judiciais: Sempre que um participante assistido obtenha êxito em uma ação de revisão de benefício na justiça, ou o participante ativo obtiver elevação dos salários de participação administrativa ou judicialmente junto a Patrocinadora e isso implicar elevação do compromisso do plano com este participante, é indispensável a recomposição dos valores da Reserva Matemática, assim como as devidas contribuições, a fim de manter o equilíbrio atuarial do plano e a respectiva fonte de custeio, Esta situação está prevista no Artigo 44 do Regulamento do Plano:

Artigo 44. Sempre que houver aumento do compromisso do Plano em relação aos seus Participantes e/ou Assistidos em função de revisão administrativa ou judicial dos Benefícios concedidos ou do Salário de Participação, os Participantes e/ou Assistidos e a Patrocinadora se obrigam a repassar ao Plano, paritariamente:

- I. A contribuição incidente sobre a elevação do Salário de Participação e/ou do Benefício, de acordo com as faixas de contribuição;*
- II. O valor correspondente ao acréscimo da reserva matemática resultante da elevação salarial e/ou Benefício. (...)"*

Por determinação da Previc, após a fiscalização realizada em 2013, a cobrança da recomposição das Reservas Matemáticas foi suspensa. Para continuar com o processo de cobrança, a Funcorsan então realizou os procedimentos de alteração do Regulamento do Plano, o qual foi aprovado pela Previc em 2017. Em 2018 os procedimentos foram retomados.

Termo de Ajustamento de Conduta – TAC: Em 2006, a Resolução do então Conselho Nacional de Gestão de Previdência Complementar (CGPC) nº 18/2006 determinou que “a tábua biométrica utilizada para projeção da longevidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios será sempre aquela mais adequada à respectiva massa, não se admitindo, exceto para a condição de inválidos, tábua biométrica que gere expectativas de vida completa inferiores às resultantes da aplicação da tábua AT-83”. Fixando o prazo para seu atendimento pelas EFPC, até 31 de dezembro de 2008. Nesta época, o Plano da Funcorsan já possuía um déficit conjuntural (decorrente da crise econômica de 2008) que, somado ao impacto da implantação desta nova tábua, resultou em um déficit total de aproximadamente R\$ 71 milhões.

Foram, então, apresentadas pelo atuário responsável pelo plano, duas opções para equacionar o déficit: aumento de contribuição ou aumento da idade mínima de aposentadoria. A opção escolhida para o equacionamento do déficit em 2008 foi o aumento da idade mínima, razão pela qual o Conselho Deliberativo da Funcorsan aprovou a alteração regulamentar passando-a de 57 para 59 anos. O objetivo era atender à resolução CGPC (adequação da tábua biométrica), e também promover o reequilíbrio do plano (com o equacionamento do déficit). No ano de 2009, obteve-se aprovação da alteração regulamentar pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.

Em 2010 a Autarquia realizou uma fiscalização na Funcorsan. No Relatório de Fiscalização (007/2010/ERRS/PREVIC) foi apontado pelos fiscais que a forma de equacionamento do déficit ocorrido em 2008 se deu em desacordo com o artigo 21 da Lei Complementar nº 109/2001, pois foi atribuído integralmente aos participantes ativos a correção da insuficiência, e determinando que fossem incluídos no rateio patrocinadores, participantes e assistidos na proporção existente entre as suas contribuições normais, observando adicionalmente as exigências estabelecidas no item 11 da Resolução CGPC nº 18/2006. Em 2011 e 2012 a Funcorsan enviou pedidos de reconsideração à Previc, sem obter nenhum retorno.

Em outubro de 2013, o Conselho Deliberativo da Fundação recebeu uma nova determinação da Previc, referente à fiscalização de 2010, reiterando que o equacionamento do déficit se dera de maneira irregular e que fosse corrigida no prazo de 30 dias (sob pena de lavratura de auto de infração). Para atender à determinação, o Conselho realizou diversas reuniões e estudos técnicos que resultaram na proposta de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), o qual buscou corrigir a irregularidade mediante a implementação de procedimentos necessários ao reequacionamento do déficit na forma da lei. Em 2014 a Previc remeteu à Funcorsan o TAC assinado pela autarquia, pelos membros do Conselho Deliberativo de 2008 (que efetivamente implementaram o equacionamento) e pelos membros a época, tornando-o válido.



Após a análise de diversos estudos e reuniões realizados, o Conselho Deliberativo nas Atas nº 528/2014 e 541/2015, definiu pelas seguintes medidas para a regularização do Equilíbrio Técnico do Plano de Benefícios:

Grupo	Determinação
Aposentados*	Contribuição extraordinária futura de 2,0163% sobre o total do benefício.
Pensionistas	Sem cobrança de contribuição extraordinária.
Patrocinadora Corsan**	Valor total de R\$ 28.714.074,12.
Patrocinadora Funcorsan***	Valor total de R\$ 226.057,61.
Demais casos	Prazo de 120 dias para a Diretoria Executiva apresentar estudo e para identificar tais casos e apresentar proposta de equacionamento para tratamento de situações não alcançadas nos demais grupos.

Casos Omissos: Com a alteração regulamentar promovida em 2009, a idade mínima para obtenção do benefício de aposentadoria aumentou para 59 anos, causando impacto sobre o grupo de participantes ativos à época. No entanto, dentro do grupo de participantes ativos existiu uma parcela que não foi impactada com a alteração regulamentar, pois não teve postergada a data da aposentadoria e, portanto, não participou do equacionamento do déficit. Os participantes pertencentes a esse grupo foram enquadrados no que se denominou de Casos Omissos.

Em 2016 o Conselho Deliberativo analisou o parecer remetido pelo atuário responsável pelo plano, que estruturou a forma de cobrança das contribuições extraordinárias de responsabilidade destes Participantes. Com base nos pareceres atuariais e jurídicos, o Conselho Deliberativo decidiu pelo início da cobrança destes valores.

*Contribuição extraordinária ajustada a partir do mês de maio/2017, para conciliar o prazo máximo de cobrança de 18 anos, conforme determinação do Conselho Deliberativo (ver item Alterações na contribuição de aposentados a seguir).

**Ver Item "4.1. Contribuições em Atraso" do Balanço 2017.

*** O valor foi atualizado e liquidado no exercício de 2015 pela Patrocinadora Funcorsan.

Desdobramentos: Através de nossa Central de Atendimento, dos contatos com os representantes da Funcorsan, Conselheiros e nas palestras explicativas realizadas pela Funcorsan sobre o tema, foram apresentadas pelos participantes, bem como pelas Entidades de Classe da Corsan, sugestões e reivindicações para o aperfeiçoamento do processo e flexibilização da forma de cálculo e do pagamento.

Diante das sugestões e reivindicações realizadas, bem como do indeferimento, por parte da Patrocinadora Corsan, da solicitação da Funcorsan em efetuar o desconto das parcelas via contracheque, o Conselho Deliberativo decidiu em 2017 pela suspensão da cobrança até a conclusão de novos estudos atuariais e jurídicos que estão sendo realizados pela Funcorsan.

Em maio de 2017, na primeira Edição do Fórum Permanente de Diálogo, a Funcorsan comunicou aos presentes que, quando do término destes estudos, o órgão realizará uma nova reunião com as entidades representativas para esclarecimentos e discussões da melhor forma de cobrança destes valores, antes da efetiva implementação.

No ano de 2018 foram realizadas várias reuniões junto à Assessoria Atuarial externa para alinhamentos e definições quanto aos parâmetros de cálculo que serão utilizados.

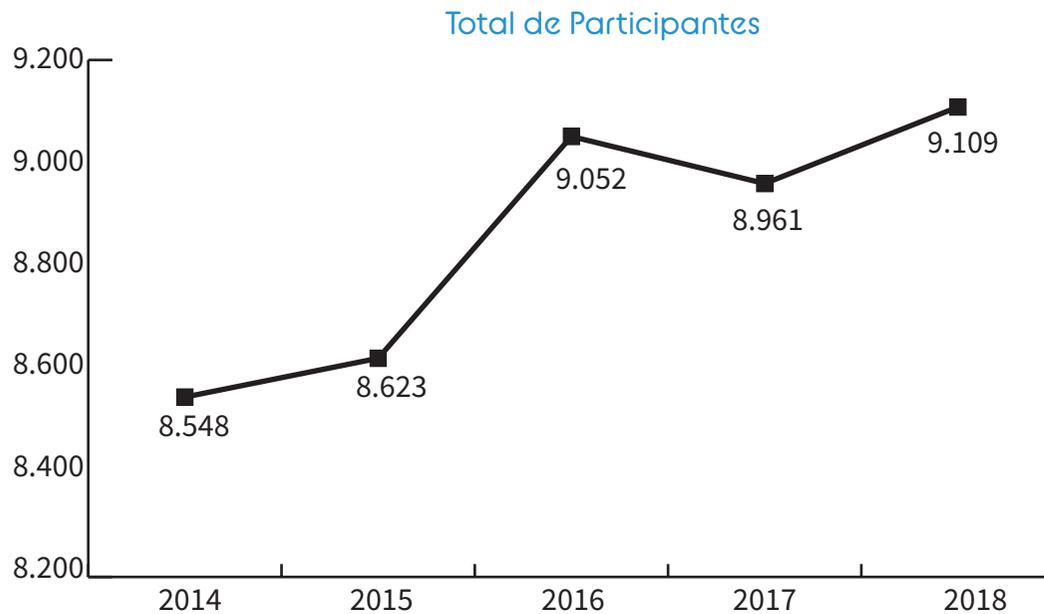
5.2 Mapa Previdenciário

Neste item, a Funcorsan apresenta os resultados previdenciais do Plano Previdenciário BD nº 001, bem como outras informações relevantes sobre as iniciativas institucionais que foram desencadeadas pela entidade no exercício.

5.2.1 Número de Participantes

Apresentamos a seguir, tabela comparativa de total de Participantes Ativos e Assistidos do Plano dos últimos quatro exercícios:

Exercício	Novas adesões	Número de Ativos	Número de Assistidos	Total de Participantes do Plano
2018	304	5.374	3.735	9.109
2017	110	5.388	3.573	8.961
2016	599	5.655	3.397	9.052
2015	177	5.395	3.228	8.623
2014	606	5.463	3.085	8.548



Durante o ano de 2018, com o ingresso de 304 novos Participantes no Plano de Benefícios da Funcorsan, totalizou-se 9.109 Participantes. Este fato é decorrente do esforço da área de Seguridade em promover a divulgação do Plano de Benefícios aos empregados da Patrocinadora Corsan, especialmente àqueles recentemente contratados

5.2.2 Atualização Cadastral de Assistidos

Com o objetivo de manter um cadastro consistente e atualizado de todos Participantes Assistidos, a partir do mês de setembro foi iniciado processo de atualização cadastral dos participantes em benefício. Dos 3.874 formulários emitidos, apenas 70 não retornaram com as informações solicitadas até a data limite de recebimento, demonstrando, assim, a eficácia (98,2%) do projeto.

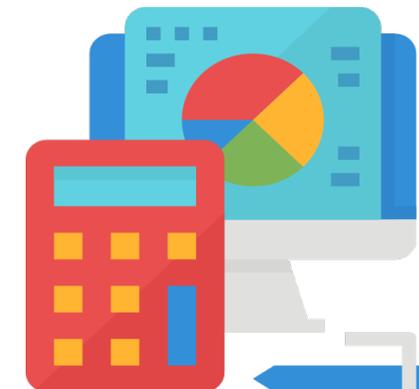
5.2.3 Benefícios concedidos

O Plano de Benefícios BD nº 001 pagou no exercício de 2018 benefícios previdenciários no valor total de R\$ 161.521.190,64.

A seguir, o quadro demonstra a estratificação do total de benefícios pagos em 2018:

Benefícios pagos aos Participantes	Quantidade mensal*	Valor anual
Aposentadoria por Invalidez	390	10.220.492,45
Aposentadoria por Idade	95	1.810.925,06
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	2.018	111.665.038,17
Aposentadoria Especial	109	5.260.119,77
Fundo Suplementar	1024	7.148.949,21
Total		136.105.524,66
Benefícios pagos de Auxílio Doença		Valor anual
Auxílio Doença		2.095.748,31
Benefícios pagos aos Beneficiários		Quantidade mensal* Valor anual
Pensão	1.122	21.207.445,08
Pecúlio	71	2.112.472,59
Total		23.319.917,67

*Posição Dezembro/2018



5.3 Parecer Atuarial do Plano de Benefícios

O texto a seguir é reprodução do Parecer Atuarial nº 025/19 emitido pela empresa de consultoria Mercer Gama e assinado pelo atuário responsável pelo Plano de Benefícios, administrado pela Funcorsan.

PARECER ATUARIAL

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e alterações posteriores, a MERCER apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios BD nº 001, também denominado neste documento de Plano, administrado e executado pela Fundação Corsan dos Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento - Funcorsan e patrocinado pela Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan e pela própria Funcorsan, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2018.

O Plano de Benefícios BD nº 001 está registrado na Previc sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 1979.0038-74, sendo que este se encontra aberto a novas adesões e possui todos os seus benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), caracterizando-se, conforme Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, como um plano de benefícios da modalidade de Benefício Definido (BD).

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2018, posicionada em 31/12/2018, conforme apresentada no Relatório Mercer 123 – RE 021/19, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano, considerando a última alteração regulamentar aprovada pela Portaria Previc nº 106, de 07 de fevereiro de 2017, assim como os dados individualizados dos Participantes e Assistidos e as informações contábeis e patrimoniais do Plano, levantados e informados pela Fundação, posicionados na data base de 31/10/2018. As Provisões Matemáticas e os resultados constantes deste Parecer foram reposicionados para 31/12/2018.

Ressalta-se que, para o Plano de Benefícios BD nº 001, observou-se a existência de um único Grupo de Custeio, sendo este denominado de “Ativos” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Em conformidade com a correspondência Mercer 123 CT 157/18 de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2018, a Funcorsan informou que foi formalizado junto à Previc, em 10/07/2014, um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC.

Conforme definições decorrentes do citado TAC, e constantes nos documentos fornecidos pela Funcorsan, foi alocado contabilmente, pela Fundação, no Ativo do Plano, na conta 1.2.1.1.02, em 31/12/2015, o valor de R\$ 34.116.996,11, relativo à parcela do déficit técnico a ser integralizado pela Patrocinadora Corsan, oriundo do déficit decorrente da Avaliação Atuarial de 2008, sendo que a última atualização do valor foi realizada em agosto de 2016, representando R\$ 37.866.802,74. A Fundação ajuizou, em 14/11/2016, Ação de Cobrança contra a Patrocinadora Corsan, processo número 001/1.16.0145282-0, distribuída à 16ª Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre, postulando o pagamento da referida quantia para fins de regularização do equacionamento do déficit de 2008. Observou-se também, no balancete de 31/12/2018, que a Fundação contabilizou uma Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa no mesmo valor. Cumpre-nos informar que a Fundação é responsável pelo controle e atualização desses valores.

A Funcorsan, em conjunto com esta Assessoria Atuarial, está realizando os procedimentos necessários para a cobrança da parcela do déficit do exercício de 2008, referente ao grupo de então participantes denominados “Casos Omissos”, visando o atendimento ao referido TAC.

Nesse sentido, em face de a Funcorsan não ter informado nenhum outro fato relevante, além dos listados acima, consideramos, no processamento da Avaliação Atuarial de 2018, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942, de 30/12/2003, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer, em relação ao plano administrado pela Fundação.

Ressaltamos ainda que a Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, e a Instrução Normativa nº 10, de 30/11/2018, entraram em vigor em 30/11/2018 e 03/12/2018, respectivamente, produzindo efeitos obrigatórios a partir de 01 de janeiro de 2019, e efeitos facultativos, desde a sua publicação. Foram revogadas, a partir de 01/01/2019, as Resoluções CGPC nº 18/2006 e CGPC nº 26/2008, bem como as Instruções Previc nº 19/2015, nº 23/2015, nº 26/2016 e nº 32/2016.

Considerando que a adoção da Resolução CNPC nº 30/2018 e da Instrução Normativa nº 10/2018 são facultativas até o fim do exercício de 2018, a Funcorsan aplicou os normativos vigentes na data base desta avaliação atuarial.

2. RESULTADOS ATUARIAIS

2.1 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO: “ATIVOS”

2.1.1 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Conforme Relatório de Avaliação Atuarial MERCER 123 – RE 021/19, o custo normal médio dos benefícios do Plano, na data da Avaliação Atuarial anual, 31/12/2018, estava mensurado em 9,743% da Folha de Salários, líquido de taxa de carregamento administrativo, apurado de acordo com os regimes financeiros e os métodos de financiamento adotados para os benefícios assegurados pelo Plano, sendo que neste custo não está inclusa a amortização relativa a deficit equacionado, equivalente a 12,673% da Folha de Salários de Participação, líquida de taxa de carregamento administrativo, além de uma parcela decorrente das contribuições de joia de participante, equivalente a 0,280% da Folha de Salários de Participação, totalizando, dessa forma, 22,696%.

Comparativamente ao exercício anterior, houve uma redução do custo total do Plano de 3,249 pontos percentuais, o qual, em 31/12/2017 registrou a alíquota de 25,945%, também líquida de taxa de carregamento. Tal variação foi influenciada principalmente pela extinção do custo relativo à Amortização - Cobertura Suplementar.

2.1.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos montam, em 31/12/2018, R\$ 1.441.522.149,00, representando um aumento de 9,61% comparativamente ao montante de R\$ 1.315.181.494,00, apurado na Avaliação Atuarial de 31/12/2017. Conforme Relatório Mercer 123 – RE 021/19, o aumento nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos é motivado pela concessão de novos benefícios, atualizações cadastrais na composição familiar real e pelo incremento de benefícios judiciais.

As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder montam, em 31/12/2018, R\$ 696.960.591,00, representando um acréscimo de 1,93% comparativamente ao montante de R\$ 683.766.304,00, apurado na Avaliação Atuarial de 31/12/2017. O acréscimo nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder é motivado pelas novas entradas e aumento salarial superior ao esperado, bem como pelo aumento natural das provisões matemáticas de Benefícios a Conceder em face da aproximação do início do recebimento dos benefícios.

As Provisões Matemáticas a Constituir montam, em 31/12/2018, R\$ 279.779.237,63, representando uma variação negativa de 13,70% comparativamente ao montante de R\$ 324.191.013,07, apurado na Avaliação Atuarial de 31/12/2017. A redução das Provisões Matemáticas a Constituir é decorrente do pagamento integral referente a Cobertura Suplementar durante o exercício de 2018, bem como amortizações do déficit equacionado por meio de contribuições extraordinárias durante o exercício de 2018, conforme informado pela Funcorsan.

2.1.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que, para o Plano de Benefícios BD nº 001, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras. As hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2018 do Plano de Benefícios BD nº 001 foram aprovadas pela Funcorsan, sendo que a Fundação estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório Mercer 123 – RE 140/18, observando os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/06, e alterações posteriores.

2.1.4 SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

O Plano de Benefícios BD nº 001 apresentou Déficit Técnico (contábil) na data da Avaliação Atuarial de 2018, no montante de R\$ 207.510.712,23, o que representa 11,16% das Provisões Matemáticas Totais do Plano.

Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade, montava R\$102.628.071,29 positivo, em 31 de dezembro de 2018, o que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado Deficitário de R\$ 104.882.640,94, correspondente a 5,64% das Provisões Matemáticas Totais.

Segundo a Resolução MPS/CNPC nº 22, de 3 de dezembro de 2015, considerando a Duração do Passivo do exercício de 2018, qual seja de 13,49 anos, o limite de déficit para Avaliação Atuarial de 2018 é de R\$ 176.390.962,37 (9,49% das Provisões Matemáticas). Sendo o déficit apurado após o ajuste de precificação, no valor de R\$ 104.882.640,94, inferior ao limite de R\$ 176.390.962,37, não haverá obrigatoriedade de equacionamento do déficit do plano no exercício de 2019.

Neste ponto, cumpre-nos esclarecer que os patamares mínimos de equacionamento definido na norma não são mandatórios. A EFPC, dentro de critérios técnicos e sempre em busca de uma gestão proativa, deve procurar entender as causas de resultados deficitários, tomando as providências para sua reversão, inclusive, se for o caso, trabalhando com equacionamentos acima dos limites mínimos legais.

2.2 EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

2.2.1 QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pela Fundação, posicionada em 31/10/2018, foi submetida a testes de consistência e, após ratificações/retificações, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação Atuarial, não sendo necessária a elaboração de hipóteses para suprir deficiências da base de dados para fins da Avaliação Atuarial anual.

Destaca-se que as informações relativas aos salários dos Participantes não foram utilizadas segregadas nas verbas que compõem a remuneração total, tendo em vista que foi informado o valor global do salário de participação.

Cumpre-nos esclarecer que a análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.2.2 REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2018, o Plano não tinha constituído Fundo Previdencial.

2.2.3 VARIAÇÃO DO RESULTADO

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das Provisões Matemáticas de R\$ 1.858.703.502,37, em 31/12/2018, com o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, na mesma data, no montante de R\$ 1.651.192.790,14, verifica-se que a situação econômico-atuarial do Plano de Benefícios BD nº 001 é deficitária em R\$ 207.510.712,23. Entretanto, considerando o ajuste de precificação, no montante de R\$ 102.628.071,29, o Equilíbrio Técnico Ajustado é deficitário em R\$ 104.882.640,94.

O déficit técnico do Plano aumentou 37,09%, passando de R\$ 151.363.539,24 em 31/12/2017, para R\$ 207.510.712,23, em 31/12/2018, representando um déficit técnico no exercício de R\$ 56.147.172,99.

As variações das Provisões Matemáticas, decorrentes das causas expostas no item 2.1.2, culminaram na elevação de 10,98% das Provisões Matemáticas totais do Plano, comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2017.

A mudança da hipótese de Fator de Capacidade gerou uma redução na ordem de R\$ 5.275.294,00 nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos. Já a alteração da hipótese de Auxílio-Doença gerou impacto apenas no custo normal do Plano, impactando diretamente nas contribuições.

A alteração da hipótese de Composição Familiar acarretou uma redução de R\$ 675.255,00 nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder.

Adicionalmente, o aumento das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder é justificado pelo ajuste de experiência do Plano, sendo, R\$ 48.685.566,50 atribuído ao aumento salarial superior ao esperado, R\$ 50.217.812,16 decorrente da evolução das provisões e R\$ 11.684.079,26 devido às alterações cadastrais e movimentações ocorridas, acrescido de R\$ 30.135.620,08 relativo a novas concessões de Aposentadorias e Pensões, além de R\$ 4.762.413,00 referente às adesões ocorridas durante o exercício de 2018.

Além das variações apresentadas anteriormente, observamos que as Provisões Matemáticas a constituir reduziram R\$ 44.411.775,44, o que contribuiu para a elevação das Provisões Matemáticas Totais.

A rentabilidade do Plano auferida no exercício de 2018 foi de 10,22%, conforme informado pela Fundação, sendo que a meta atuarial no período, dada pela taxa de juros atuariais de 5,61% a.a. acrescida do índice do Plano (INPC-2018 de 3,43%), foi de 9,23%, o que resultou em um ganho técnico atuarial no exercício de 0,91%.

2.24 NATUREZA DO RESULTADO

Na Avaliação Atuarial de 2018, observa-se que o Plano apresentou déficit técnico oriundo, sobretudo, do déficit apurado até a data da avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2017, que era de R\$ 151.363.539,24, que foi incrementado pelos efeitos da movimentação da massa dos Participantes (ativos que se aposentaram e concessões de pensões), novas adesões, concessão de benefícios judiciais, composição familiar diferente da hipótese adotada e mudança de beneficiários, sendo atenuado pela superação da meta atuarial e da alteração das hipóteses atuariais de fator de capacidade e parâmetros da composição familiar, conforme mencionado anteriormente.

O resultado possui natureza conjuntural e estrutural.

Recomendamos que se continue com a análise aprofundada da estrutura do Plano de Benefícios, para que se possa identificar as reais características do déficit técnico, em especial, possíveis situações que possam criar distorções na estrutura, tendo em vista ser o plano caracterizado na modalidade de Benefício Definido e estar em funcionamento, ou seja, com uma massa de Participantes ativa e bastante diversificada.

Tendo em vista que o Plano de Benefícios BD 001 encontra-se aberto a novas adesões, recomenda-se que a Fundação avalie questões relacionadas à Resolução CNPC Nº 24, de 24 de novembro de 2016, que dispõe sobre submassas nos Planos de benefícios, bem como os possíveis impactos e consequências, caso seja observada a necessidade de reconhecimento de submassas em razão de aspectos relativos a controle e tratamento de riscos.

2.2.5 SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT

Em conformidade com os ditames da Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, a qual alterou as Resoluções CGPC nº 26/08 e CGPC nº 18/06, deverá ser elaborado plano de equacionamento caso o déficit técnico ajustado observado no encerramento do exercício seja, no caso Plano de Benefícios BD nº 001, superior a 9,49% das Provisões Matemáticas, não sendo, portanto, necessária a adoção de qualquer medida obrigatória para equacionamento de déficit, uma vez que o equilíbrio técnico ajustado monta 5,64% das Provisões Matemáticas no encerramento do exercício de 2018.

Cumpre-nos destacar que a EFPC, dentro de critérios técnicos e sempre em busca de uma gestão proativa, deve procurar entender as causas de resultados deficitários, tomando as providências para sua reversão, inclusive, se for o caso, trabalhando com equacionamentos acima dos limites mínimos legais.

2.2.6 ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento do benefício de pecúlio por morte, o regime de financiamento de Repartição Simples; para os benefícios de Auxílio Reclusão e Auxílio Doença adota-se o Regime de Repartição de Capitais de Cobertura; e para todos os demais benefícios assegurados pelo Plano, o Regime de Capitalização conjugado com o método de financiamento Crédito Unitário Projetado.

Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/06 e alterações posteriores.

2.2.7 OUTROS FATOS RELEVANTES

1) Dentre os ativos de investimentos, conforme evidenciado nos documentos apresentados pela Fundação, uma parcela destes estava contabilizada pela curva do papel e mantida até o vencimento, sendo que, para tal, a Fundação atesta a possibilidade da manutenção desses títulos até o vencimento, sem que haja prejuízo da liquidez e solvência do Plano, conforme documento 009/2019/DIREX/FUNCORSAN;

2) Conforme observado no Balancete Contábil de 31/12/2018, verifica-se que o montante de R\$ 51.701.902,89 não se encontra integralizado no Plano, uma vez que existem recursos a receber, dentre os quais se destacam as Contribuições Contratadas de responsabilidade exclusiva das Patrocinadoras, cujo montante equivale, em 31/12/2018, a R\$ 40.380.396,18, sendo R\$ 40.106.900,35 relativos ao serviço passado contratado e R\$ 273.495,83 relativo às contribuições em atraso da recomposição da reserva matemática de assistido. Os demais recursos a receber referem-se a contribuições do mês, contribuições em atraso (recomposição da reserva matemática) e contribuições sobre 13º salário cujo montante equivale, em 31/12/2018, a R\$ 11.321.506,71;

3) No encerramento do exercício de 2018, o Plano de Benefícios BD nº 001 não possuía qualquer Fundo Previdencial constituído. Já o Fundo dos Investimentos registrou o montante de R\$ 397.645,14 e, o Fundo Administrativo, R\$ 4.633.973,85, cuja contabilização e manutenção são de responsabilidade da Funcorsan;

4) Dentre os regimes e métodos atuariais adotados na Avaliação Atuarial do exercício de 2018, comparativamente aos adotados para o exercício de 2017, não se procederam alterações;

5) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2018, comparativamente às adotadas para o exercício de 2017, procederam-se as seguintes alterações:

- Fator de capacidade: de 0,9824 para 0,9800;
- Tábua de Entrada em Auxílio Doença: alteração para a Tábua EXP. AUX. DOENÇA – FUNCORSAN 2018.

5.1) A premissa referente à Composição Familiar de Ativos não foi alterada, no entanto, em face das variações das características da base de dados, os parâmetros da premissa foram modificados conforme segue: família padrão calculada com base nos dados de dependentes posicionados na data base da avaliação atuarial (49,97% das mulheres possuem dependentes vitalícios, sendo esses 4,12 anos mais velhos e 78,38% dos homens possuem dependentes vitalícios, sendo esses 3,40 anos mais jovens e fator de reversão médio de 0,65) em substituição à hipótese de que 50,21% das mulheres possuem dependentes vitalícios, sendo esses 4,35 anos mais velhos e 79,00% dos homens possuem dependentes vitalícios, sendo esses 3,47 anos mais jovens e fator de reversão médio de 0,652.

6) Tendo em vista que o Plano de Benefícios BD nº 001 está aberto a novas adesões, recomenda-se que a Fundação avalie questões relacionadas à Resolução CNPC Nº 24, de 24 de novembro de 2016, que dispõe sobre submassas nos Planos de benefícios, bem como os possíveis impactos e consequências, caso seja observada a necessidade de reconhecimento de submassas em razão de aspectos relativos a controle e tratamento de riscos;

7) Conforme informações apresentadas pela Entidade, o valor recalculado do Fundo de Cobertura Suplementar foi integralizado no decorrer do exercício de 2018.

3. PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio para o próximo exercício, proposto para ter o início de sua vigência em 01/04/2019, deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo da Funcorsan e comunicado às Patrocinadoras antes de sua aplicação, conforme normas vigentes, sendo sua observância indispensável para o equilíbrio e solvência do Plano, cabendo à Funcorsan zelar pela sua fruição, observados os prazos e ditames regulamentares.

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, os métodos atuariais adotados e os resultados apurados em 31/12/2018, os Participantes, Assistidos e as Patrocinadoras deverão efetuar contribuições para o Plano de Benefícios BD nº 001, com base nos seguintes níveis:

PLANO DE CUSTEIO – CONTRIBUIÇÕES NORMAIS			
	Contribuição Normal ⁽¹⁾	Alíquota (%)	
		Avaliação Atuarial de 2018	Avaliação Atuarial De 2017
Participantes (2)(3)	Alíquota 1: Percentual geral incidente sobre o Salário de Participação.	1,22% para entrada aos 18 anos incidente sobre o SP aumentando 0,04% para cada ano até 48 anos.	1,22% para entrada aos 18 anos incidente sobre o SP aumentando 0,04% para cada ano até 48 anos.
	Alíquota 2: Percentual incidente sobre o excesso do Salário de Participação em relação a meio teto FUNCORSAN.	1,63%	1,63%
	Alíquota 3: Percentual incidente sobre o excesso do Salário de Participação em relação a um teto FUNCORSAN.	5,70%	5,70%
	Alíquota 4: Percentual incidente sobre o excesso do Salário de Participação em relação a três tetos FUNCORSAN.	Conforme tabela de idade da 4ª faixa, que inicia aos 40 anos em 1,2044% crescendo, em média, 0,7335% por idade até 55 anos.	Conforme tabela de idade da 4ª faixa, que inicia aos 40 anos em 1,2044% crescendo, em média, 0,7335% por idade até 55 anos.
	Alíquota 5: Percentual incidente sobre o Salário de Participação.	1,07%	1,07%
Patrocinadora (3)	Contribuição Normal	Paritária ao dos participantes	Paritária ao dos participantes
	Contribuição de Assistidos (paridade assistidos)	Paritária ao dos assistidos (representa 5,39% da folha salarial)	Paritária ao dos assistidos (representa 5,27% da folha salarial)
Assistidos (4)	Alíquota 1: Percentual geral incidente sobre o Benefício inferior a 3 tetos FUNCORSAN.	10,5625%	10,5625%
	Alíquota 2: Percentual geral incidente sobre o Benefício que exceder 3 tetos FUNCORSAN.	32,5000%	32,5000%
	Alíquota 3: Percentual geral incidente sobre o Benefício de Pensão por Morte(5)	6,5000%	6,5000%

(1) Os percentuais apresentados encontram-se brutos de taxa de administração.

(2) Limitado a 5 Tetos FUNCORSAN.

(3) Verificada a viabilidade de manutenção do Plano de Custeio Normal vigente.

(4) Incidente sobre o valor do benefício, conforme Artigo 34, §2º do Regulamento, sendo os percentuais informados no plano de custeio.

(5) Pensões concedidas antes de janeiro/2009 não sofrem incidência de contribuições.

PLANO DE CUSTEIO – CONTRIBUIÇÕES NORMAIS				
Contribuição Extraordinária		Alíquota (%)		
	Faixa Salarial	Avaliação Atuarial de 2018	Avaliação Atuarial De 2017	Prazo em meses
Participantes ⁽¹⁾	Alíquota 1: Percentual geral incidente sobre o Salário de Participação ⁽²⁾	1,58% para entrada aos 18 anos incidente sobre o SP aumentando 0,05% para cada ano até 48 anos	1,58% para entrada aos 18 anos incidente sobre o SP aumentando 0,05% para cada ano até 48 anos	123 meses
	Alíquota 2: Percentual incidente sobre o excesso do Salário de Participação em relação a meio teto FUNCORSAN ⁽²⁾	2,11%	2,11%	
	Alíquota 3: Percentual incidente sobre o excesso do Salário de Participação em relação a um teto FUNCORSAN ⁽²⁾	7,37%	7,37%	
	Alíquota 4: Percentual incidente sobre o excesso do Salário de Participação em relação a três tetos FUNCORSAN ⁽²⁾	Conforme tabela de idade da 4ª faixa, que inicia aos 40 anos em 1,56% crescendo, 0,95% por idade até 55 anos	Conforme tabela de idade da 4ª faixa, que inicia aos 40 anos em 1,56% crescendo, 0,95% por idade até 55 anos	
	Alíquota 5: Percentual incidente sobre o Salário de Participação ⁽²⁾	1,38%	1,38%	
Patrocinadora	Contribuição para Déficit Equacionado ⁽²⁾	Paritária ao dos participantes	Paritária ao dos participantes	123 meses
	Contribuição para Outras finalidades ⁽³⁾	0,00%	3,63%	-
	Contribuição de Assistidos (paridade assistidos)	0,00%	0,00%	-
Assistidos ^{(4) (5)}	Alíquota 1: Relativo às parcelas que deveriam ter sido efetuadas entre jan/2009 a out/2014	0,96%	0,96%	96 meses
	Alíquota 2: Relativo às contribuições extraordinárias futuras ⁽⁶⁾	1,20%	1,20%	

(1) Os percentuais apresentados encontram-se brutos de taxa de administração.

(2) Limitado a 5 Tetos FUNCORSAN, com prazo de amortização até abril de 2029.

(3) Provisões a constituir integralizada durante o exercício de 2018.

(4) Incidente sobre o valor do benefício bruto sem incidência de carregamento administrativo. Representa 0,365% da folha de salários.

(5) Aposentados com benefícios iniciados após 04/05/2009 e Pensionistas não vertem contribuições extraordinárias.

(6) Manutenção dos percentuais em virtude da decisão da Fundação.

O prazo total para amortização do déficit por parte dos participantes e patrocinadoras é de 163 meses, contados a partir de setembro de 2015, portanto, extinguindo-se em abril de 2029.

Ressalta-se ainda, que o referido Plano de Custeio Extraordinário para Déficit Equacionado é aplicado apenas aos participantes que aderiram ao Plano antes de 1º de abril de 2015, em face de o déficit ser decorrente da mudança do método de financiamento ocorrido na Avaliação Atuarial de 2014, que segregou o custo do Plano em normal e extraordinário, conforme determinação da PREVIC (RF-07/2010).¹

Adicionalmente, conforme regulamento vigente do Plano de Benefício BD nº 001:

“O valor mensal do benefício de aposentadoria decorrente do Benefício Proporcional Diferido (BPD), será calculado, na data base em que o Participante realizar essa opção, e será igual à divisão do tempo de vinculação ao PLANO em número de meses (t) por esse mesmo tempo somado da carência total para o recebimento do benefício pleno vezes o valor do benefício pleno de aposentadoria, caso o Participante já tivesse cumprido as carências ao PLANO, deduzidos os valores referentes às coberturas de risco e para administração do PLANO. Caso este valor fique menor que o Valor do Resgate nessa mesma data abatido das coberturas de risco e das despesas administrativas do PLANO, o valor do benefício será o referente a este último cálculo.”

O Plano de Custeio Administrativo foi definido pela Entidade, conforme ATA nº 612/2018 da Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, ficando estabelecida a taxa de carregamento de 8% sobre a base de contribuição prevista no Plano de Custeio.

¹ Parágrafo extraído do Relatório de Fiscalização RF-07/2010, conforme segue: DETERMINA-SE à Fundação Corsan que providencie reavaliação atuarial expurgando, do cálculo das Reservas Matemáticas de Benefícios a Conceder, o Ajuste da Diferença entre Custo e Custeio previsto no item 4 de sua Nota Técnica Atuarial, eliminando-o também da respectiva Nota Técnica Atuarial, tratando eventual resultado de acordo com a previsão da Lei Complementar nº 109/01 e demais normas que integram o sistema. Evidências do cumprimento desta determinação devem ser apresentadas a este ERRS em até 30 dias.

4. CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano de Benefícios BD nº 001, em 31/12/2018, é deficitária em R\$ 207.510.712,23 observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano. Levando-se em consideração o ajuste de precificação de R\$ 102.628.071,29, o Plano apresenta Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$ 104.882.640,94, não havendo, no exercício subsequente, a obrigatoriedade de processo de equacionamento de déficit, sendo que a EFPC, dentro de critérios técnicos e sempre em busca de uma gestão proativa, deve procurar entender as causas de resultados deficitários, tomando as providências para sua reversão, inclusive, se for o caso, trabalhando com equacionamentos acima dos limites mínimos legais.

Este é o Parecer.

Brasília, 28 de fevereiro de 2019.



Mariana Cristina M. Souza Figueiredo
Atuária MIBA 1.702 – MTPS/RJ
Atuária e Consultora Sênior



Douglas Lemes Gonçalves
Atuário MIBA 2.225 - MTPS/RJ
Atuário

5.4 Fundamentos das Premissas, Regimes Financeiros e Métodos de Financiamento aplicados na Avaliação Atuarial

As premissas atuariais são um conjunto de informações estatísticas que estimam a ocorrência de diversos eventos de natureza demográfica, biométrica, econômica e financeira e que se relacionam diretamente com o custo do plano de benefícios e com seu equilíbrio.

Constituem as bases técnicas da avaliação atuarial de um Plano de Benefícios, representando um conjunto de estimativas de natureza demográfica, biométrica, econômica e financeira que, durante o período futuro considerado na avaliação do Plano, espera-se que se realizem com bom nível de segurança.

As hipóteses atuariais devem refletir expectativas de longo prazo, tendo em vista que se destinam a prever os compromissos futuros até o encerramento do compromisso do Plano de Benefícios com os seus beneficiários. De um modo geral, para que haja o efetivo pagamento dos benefícios futuros já definidos, tendo em vista o plano de benefícios da Funcorsan ser da modalidade de Benefício Definido (BD), as premissas atuariais devem estar em harmonia, ao longo de toda a vida útil do plano, com a massa de participantes e assistidos e, quando for o caso, com a política de recursos humanos da entidade patrocinadora.

A seguir, são apresentadas, de forma detalhada, as premissas aplicadas na Avaliação Atuarial da Funcorsan, assim como o significado de cada uma delas:

5.4.1 Premissas Econômicas e Financeiras

A seguir apresentamos as premissas econômicas e financeiras aprovadas e utilizadas na avaliação atuarial do exercício de 2018, comparativamente àquelas adotadas na avaliação atuarial do exercício de 2017:

Premissas Econômicas e Financeiras			
	2018	2017	Manutenção/ Alteração
Taxa real de desconto atuarial ⁽¹⁾	5,61% ao ano	5,61% ao ano	Manutenção
Taxa real de crescimento salarial futuro	1,88% ao ano	1,88% ao ano	Manutenção
Taxa real de crescimento dos benefícios	0,00% ao ano	0,00% ao ano	Manutenção
Fator de capacidade	98,00%	98,24%	Alteração
Indexador econômico	INPC	INPC	Manutenção

(1) Taxa Real de Juros: definida a partir dos estudos técnicos para verificação da Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros Atuarial do Plano de benefícios BD 001.

As principais hipóteses econômicas e financeiras assumidas no cálculo dizem respeito à inflação e à rentabilidade futura dos investimentos que irão sustentar os benefícios, conforme segue:

- a) **Taxa de juros técnicos de desconto atuarial:** a taxa real de juros estima o rendimento real mínimo dos recursos aplicados necessários para assegurar o pagamento dos benefícios previstos no plano. A taxa estimada de ganho real dos investimentos também é utilizada como taxa de desconto para determinar o valor presente do custo do plano esperado para o futuro.
- b) **Fator de capacidade:** pode ser entendido como o poder de compra do salário ou do benefício entre duas datas. Para a determinação deste fator é utilizada a estimativa da taxa de inflação que tem por efeito reduzir o valor real dos salários e benefícios.
- c) **Taxa de Crescimento Real de Salários:** refere-se à taxa em que os salários, em média, irão crescer ao longo do tempo. Objetiva adequar o volume de reserva matemática atual, refletindo uma condição salarial futura, ou seja, identifica a remuneração do participante na data da aposentadoria, e está intrinsecamente ligada à política de remuneração dos patrocinadores do plano.

5.4.2 Premissas Demográficas

A seguir apresentamos as premissas demográficas aprovadas e utilizadas na avaliação atuarial do exercício de 2018, comparativamente àquelas adotadas na avaliação atuarial do exercício de 2017:

Premissas Demográficas			Manutenção/ Alteração
	2018	2017	
Tábua de Rotatividade	GAMA - Exp. Rotatividade Funcorsan 2015	GAMA - Exp. Rotatividade Funcorsan 2015	Manutenção
Composição Familiar	BC: Família Real BAC: Família padrão calculada com base nos dados dos dependentes informados na base da Avaliação Atuarial - Mulheres: 49,97% possuem dependentes vitalícios, sendo esses 4,12 anos mais velhos e Homens: 78,38% possuem dependentes vitalícios, sendo esses 3,40 anos mais jovens Fator de Reversão médio: 0,65	BC: Família Real BAC: Família padrão calculada com base nos dados dos dependentes informados na base da Avaliação Atuarial - Mulheres: 50,21% possuem dependentes vitalícios, sendo esses 4,35 anos mais velhos e Homens: 79,00% possuem dependentes vitalícios, sendo esses 3,47 anos mais jovens Fator de Reversão médio: 0,652	Manutenção ⁽²⁾

(2) A premissa referente à Composição Familiar de Ativos e Assistidos não foi alterada, no entanto, face às variações das características da base de dados, os parâmetros foram modificados.

As premissas demográficas são utilizadas na projeção das futuras populações de ativos e de assistidos do plano de benefícios. Esta classe de hipóteses objetiva estimar a expectativa de vida da massa de participantes e o risco de desligamento ou desistência do participante do plano. As premissas demográficas aplicadas na avaliação atuarial da Funcorsan para este exercício são:

a) Taxa de rotatividade: é o instrumento que mede a expectativa de desligamento ou de desistência do participante do plano de benefícios. Ela é dada pela diferença entre as admissões e demissões ocorridas em relação ao total de funcionários das Patrocinadoras. O efeito dessa hipótese é análogo ao da mortalidade e invalidez: quanto maior a taxa de rotatividade considerada na Avaliação Atuarial, menor será o custo do plano.

b) Composição familiar: esta variável representa o tamanho da família dos participantes, e é de suma importância para a formação das reservas matemáticas do plano de benefícios quando este prevê o pagamento de pensões. Ela busca estabelecer uma família padrão associada a cada idade dos participantes, ou seja, a partir do número de dependentes vitalícios ou temporários da família dos participantes é possível definir a diferença média de idade entre os cônjuges e seus dependentes.

5.4.3 Premissas Biométricas

As chamadas tábuas biométricas são instrumentos destinados a medir as probabilidades de sobrevivência, morte, morbidez e higidez (refere-se ao estado de saúde dos participantes). A seguir apresentamos as definições de cada tipo de tábua utilizada nos estudos de hipóteses atuariais do Plano de Benefícios administrado pela Funcorsan.

a) Mortalidade geral: apresenta, para um número determinado de indivíduos, a probabilidade de morte ou de sobrevivência, em cada idade. É utilizada para dimensionar o valor atual dos benefícios futuros cujo evento gerador pode ser a morte, produzindo o benefício de pensão por morte, como também pode ser a sobrevivência, ocasionando o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição ou idade.

b) Mortalidade de inválidos: demonstra a expectativa de vida dos indivíduos que já se encontram na condição de inválidos.

c) Entrada em invalidez: trata-se de uma variável que indica o número de pessoas expostas ao risco de se invalidar antes de atingir a idade seguinte e que influencia o cálculo das reservas matemáticas para o benefício de aposentadoria por invalidez.

d) Morbidade: refere-se à probabilidade de o participante estar exposto ao risco de contrair doenças, o que representa motivo de afastamento das atividades laborais por moléstia e é utilizada para o cálculo do benefício temporário de auxílio-doença.

As premissas biométricas aplicadas na avaliação atuarial da Funcorsan para este exercício são:

Premissas Econômicas e Financeiras			Manutenção/ Alteração
	2018	2017	
Tábua de Mortalidade Geral	AT-83M&F	AT-83 M&F	Manutenção
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 (A100%) M&F	AT-49 (A100%) M&F	Manutenção
Tábua de entrada em Invalidez	MÜLLER	MÜLLER	Manutenção
Tábua de entrada em Auxílio Doença	GAMA - Exp. Auxílio Doença - Funcorsan 2018	GAMA - Exp. Auxílio Doença - Funcorsan 2016	Alteração

5.4.4 Regime Financeiro

Regime Financeiro é o método pelo qual se estabelece o nível e as épocas de realização das contribuições necessárias para a cobertura dos benefícios. O dimensionamento das reservas matemáticas decorre do regime adotado.

5.4.5 Método de Financiamento do Plano

O Método de Financiamento consiste na metodologia adotada pelo atuário responsável, com a finalidade de acompanhar o Plano e mensurar a forma de acumulação dos recursos garantidores, o qual determina o valor e a periodicidade das contribuições necessárias ou não, bem como os valores das Provisões Matemáticas, a fim de satisfazer os compromissos futuros, face às características biométricas, demográficas, financeiras e econômicas dos participantes, para que o plano possa cumprir com as obrigações previstas no regulamento e, de uma forma geral, garantir a sua solvência ao longo do tempo.

Confira na tabela a seguir os regimes financeiros e os métodos de financiamento do Plano de Benefícios da Funcorsan adotados para o exercício, conforme Relatório de Avaliação Atuarial Gama RE nº 021/19:

Benefício	Regime Financeiro	Método de Financiamento
Aposentadoria por Idade*	Capitalização	Crédito Unitário Projetado
Aposentadoria Especial*		
Aposentadoria por Tempo de Contribuição*		
Aposentadoria por Tempo de Contribuição da Pessoa com Deficiência*		
Aposentadoria por Invalidez*		
Pensão por Morte		
Benefício Proporcional Diferido	Repartição de Capitais de Cobertura Repartição Simples	
Auxílio Doença		
Auxílio Reclusão		
Pecúlio por Morte		

* Inclui o custo da reversão do benefício de aposentadoria em pensão aos beneficiários do assistido aposentado na data do óbito.

5.4.6 Perdas e Ganhos Apurados na Avaliação Atuarial

Com base em estudos econômicos e atuariais realizados durante o ano de 2018, ocorreram alterações em premissas que vinham sendo utilizadas nas avaliações atuariais do exercício anterior. Apresentamos quadro que sintetiza o impacto das alterações em cada uma das hipóteses nas Provisões Matemáticas do plano de benefícios administrado pela Funcorsan:

Hipóteses	Avaliação 2018	Avaliação 2017	Impacto nas reservas	Perda/Ganho
Composição Familiar	BAC: Família padrão calculada com a base nos dados de dependentes informados na base da Avaliação Atuarial – Mulheres: 49,97% têm cônjuges, sendo esses 4,12 anos mais velhos e Homens: 78,38% têm cônjuges, sendo essas 3,40 anos mais jovens. Fator de reversão médio: 0,650	BAC: Família padrão calculada com a base nos dados de dependentes informados na base da Avaliação Atuarial – Mulheres: 50,21% têm cônjuges, sendo esses 4,35 anos mais velhos e Homens: 79,00% têm cônjuges, sendo essas 3,47 anos mais jovens. Fator de reversão médio: 0,652	675.255,00	GANHO
Fator de Capacidade	0,9800	0,9824	5.275.294,00	GANHO
Efeito total das alterações de premissas atuarias			5.950.549,00	GANHO

Para os valores que apresentaram um ganho atuarial significa que a alteração da premissa ocasionou uma redução nos valores das Provisões Matemáticas. Já para os valores em que houve uma perda atuarial, a alteração da hipótese ocasionou um aumento nos compromissos futuros (Provisões Matemáticas) do plano.

	Impacto nas reservas	Perda/ganho
1 – Evolução das Provisões	(50.217.812,16)	PERDA
2 – Atualizações cadastrais*	(95.267.678,84)	PERDA
2.1 – Concessões de pensões com aumento de reserva	(11.207.279,00)	PERDA
2.2 - Novas adesões	(4.762.413,00)	PERDA
2.3 – Inválidos com Mudança de Beneficiário ou valor judicial	(822.792,79)	PERDA
2.4 – Concessões de Aposentadorias com aumento de reserva	(18.928.341,08)	PERDA
2.5 – Válidos com Mudança de Beneficiários ou valor judicial	(7.927.034,03)	PERDA
2.6 – Aumento do salário médio superior ao esperado**	(48.685.566,50)	PERDA
2.7 – Mudança da elegibilidade de Participantes em decorrência da homologação do sistema	(2.934.252,44)	PERDA
Total	(145.485.491,00)	PERDA

* Cascadeamento das mudanças que afetam o cadastro dos dados.

** Variação média de 9,31% no ano, em detrimento ao crescimento esperado de 5,37% (1,88% + 3,43%).

5.4.7 Meta Atuarial

A Meta Atuarial de 9,23% é calculada considerando juros reais de 5,61% ao ano, acrescidos de 3,43%, correspondente ao INPC do IBGE acumulados de janeiro de 2018 a dezembro de 2018.

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

6



A seguir, apresentamos as alocações e os resultados dos investimentos globais e segregados por Planos de Benefício Definido – BD e Plano de Gestão Administrativa – PGA para o exercício de 2018, dentre outras informações.

6.1 Enquadramento

Os recursos da Funcorsan estão aplicados em diversos segmentos de mercado, fazendo parte da base de cálculo para o enquadramento, os chamados Recursos Garantidores. Os Recursos Garantidores são parcelas do ativo destinadas à cobertura dos benefícios oferecidos pelo Plano. Estes recursos estão submetidos às regras da Resolução CMN nº 4.661, de 25/05/2018 e suas alterações, que substitui e revoga a Resolução 3.792/2009.

Os contratos com a Patrocinadora constituem outro segmento que, junto com os Recursos Garantidores, compõem o total de ativos da Funcorsan. A seguir, apresentamos os dados de enquadramento na posição de 31/12/2018 e 31/12/2017, comparativamente:

Ativos	Participação (R\$ mil)		Enquadramento (%)	
	2018	2017	2018	2017
1) Renda Fixa	1.287.010	1.224.675	79,97%	83,25%
2) Renda Variável	108.978	86.976	6,77%	5,91%
3) Investimentos Estruturados	110.734	55.115	6,88%	3,75%
4) Investimentos Imobiliários	75.346	77.136	4,68%	5,24%
Imóveis próprios	75.418	77.167	4,69%	5,25%
Imóveis/Contratos alienados	-72	-31	0,00%	0,00%
5) Operações c/ Participantes	44.652	42.945	2,77%	2,92%
6) Disponível	8	37	0,00%	0,00%
7) Derivativos	-17.401	-15.863	-1,08%	-1,08%
8) Dep. Jud. / Recursais Invest.	106	97	0,01%	0,01%
Recursos Garantidores	1.609.433	1.471.117	100,00%	100,00%
Operações com a Patrocinadora	40.107	56.058		
Contribuições do mês	7.227	6.821		
Total do Ativo Líquido	1.656.767	1.533.996		

Dos dados apresentados acima, cabe um registro especial para os valores apresentados no item 7 – Derivativos. O referido Ativo refere-se ao processo de execução da Nota Promissória no valor de R\$ 2.276.625,00 (Nota Promissória vencida em 26/11/2001) contra Confidelity Asset Management Ltda., os quais foram opostos embargos à execução por parte da Massa Falida, ocasionando, naquela oportunidade, o provisionamento do valor. Os embargos à execução opostos foram julgados improcedentes. No entanto, em sede de recurso de apelação, os embargos à execução foram julgados procedentes para extinguir a execução. Ambas as partes recorreram. Interpostos agravos em recursos especiais pelas partes, restou desprovido o recurso da Fundação e provido o da parte adversa para fixar honorários advocatícios de R\$ 50.000,00; decisão que foi objeto de agravo interno pela Massa Falida, recurso que foi devidamente impugnado pela Entidade e não foi conhecido. Retornados os autos à origem, os patronos da Massa Falida promoveram o cumprimento de sentença da verba sucumbencial devida pela Fundação, restando tão somente a verificação de eventuais custas judiciais remanescentes.

Quanto a discussão que envolve os autos da ação revocatória (proc. nº 001/1.06.0242593-3) movida pela Massa Falida contra a Entidade, cujo valor da causa corresponde a R\$ 8.454.254,93 (posição em 23/11/06), houve o deferimento do requerimento da parte adversa à suspensão do feito pelo prazo de sessenta dias, em 28/11/18, a efeito de realização de cálculo pela credora, visando apresentação de cumprimento provisório de sentença, tendo em vista que a ação revocatória restou julgada procedente. Interpostos recursos pelas partes, restou desprovido o recurso da Entidade e provido em parte o autoral. Interposto recurso especial pela Entidade, o mesmo foi admitido e aguarda julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça.

6.2 Rentabilidade

A economia brasileira no ano de 2018 refletiu os choques e as incertezas que impactaram a atividade econômica e os mercados financeiros no período, contribuindo para que o crescimento tenha se mantido relativamente baixo. O Produto Interno Bruto - PIB encerrou 2018 com crescimento de 1,1%, taxa abaixo da esperada pelos analistas no início do ano, próxima dos 3%. O cenário macroeconômico se mostrou volátil devido ao processo eleitoral, à situação fiscal brasileira e às condições externas menos favoráveis aos países emergentes – entre estas, destacam-se as oscilações do preço do petróleo, das taxas de juros nos Estados Unidos e a guerra comercial entre Estados Unidos e China. A eclosão da greve dos caminhoneiros no segundo trimestre do ano certamente também afetou de forma negativa o ritmo de retomada da atividade econômica.

A inflação, por sua vez, permaneceu controlada, mas a disparada do preço da gasolina e do diesel pesou no bolso do brasileiro e no custo dos transportes, sendo um dos fatores que motivaram a greve dos caminhoneiros. A inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, atingiu 3,75%, dentro do intervalo de tolerância da meta de inflação. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC alcançou 3,43%.

Dado o comportamento da inflação ao longo de 2018, com preços sensíveis aos juros e expectativas bem ancoradas, a taxa básica de juros, a Selic, iniciou o ano a 7%, sofrendo dois cortes de 0,25% cada nas duas primeiras reuniões do ano, alcançando o patamar de 6,50%, menor taxa desde a adoção do regime de metas para a inflação, em 1999, e também de toda a série histórica do Banco Central, iniciada em 1986. Nas demais reuniões, houve a manutenção da taxa.

Taxas			
Ano	SELIC (%)	Ano	SELIC (%)
11 de janeiro de 2017	13,00%	07 de fevereiro de 2018	6,75%
22 de fevereiro de 2017	12,25%	21 de março de 2018	6,50%
12 de abril de 2017	11,25%	16 de maio de 2018	6,50%
31 de maio de 2017	10,25%	20 de junho de 2018	6,50%
26 de julho de 2017	9,25%	01 de agosto de 2018	6,50%
06 de setembro de 2017	8,25%	19 de setembro de 2018	6,50%
25 de outubro de 2017	7,50%	31 de outubro de 2018	6,50%
06 de dezembro de 2017	7,00%	12 de dezembro de 2018	6,50%

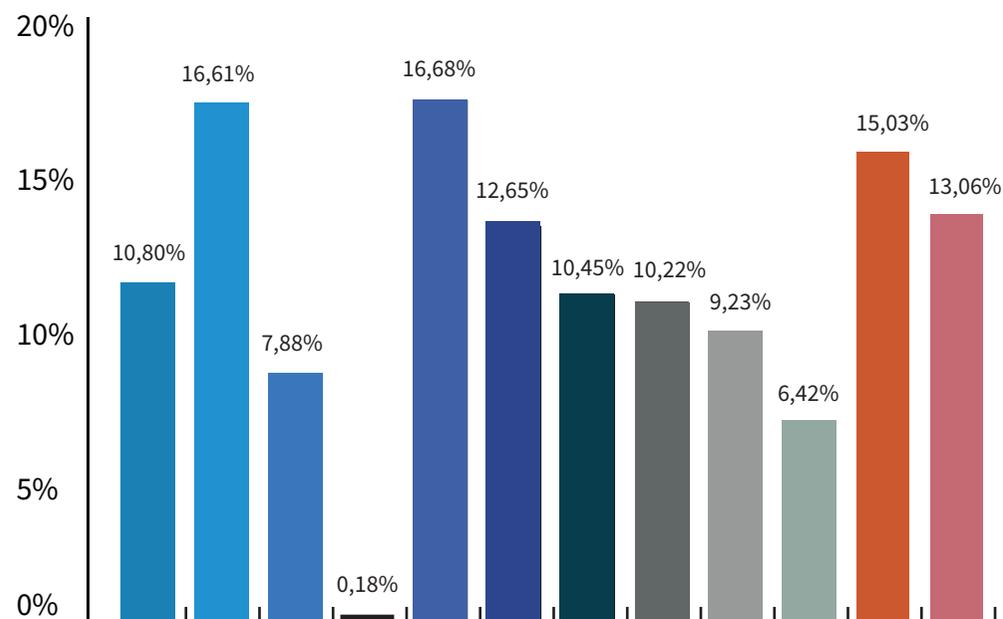
O principal índice da bolsa de valores brasileira, o Ibovespa, fechou o ano de 2018 com valorização de 15,03%, aos 87.887 pontos, em um ano marcado pela greve dos caminhoneiros, pelas incertezas do período eleitoral e pelas turbulências do cenário externo. O índice chegou a cair abaixo dos 70 mil pontos, em meados de junho, mas também alcançou sua pontuação máxima no início de dezembro, rompendo pela primeira vez a barreira dos 90 mil pontos.

Indicadores Econômicos 2018	
INPC	3,43%
IPCA	3,75%
IGP-M	7,55%
IGP-DI	7,10%
IPC	2,99%
IMA-B	13,06%
SELIC	6,43%
CDI	6,42%
POUPANÇA	4,62%
IBOVESPA	15,03%
IBX	15,42%
IHFA	7,09%
S&P 500	8,67%
META ATUARIAL	9,23%

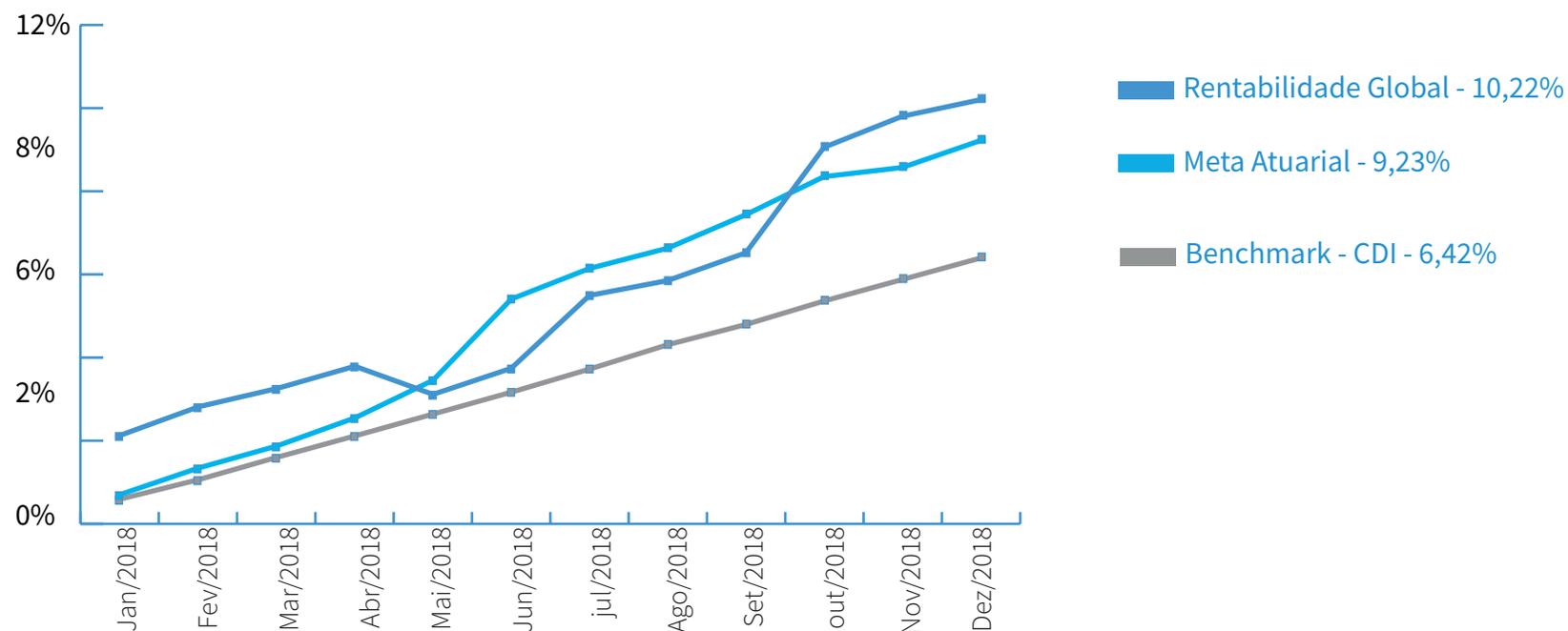
A Rentabilidade Global do Plano obtida no exercício de 2018 foi de 10,22%, superior nominalmente à Meta Atuarial em 0,91 p.p., a qual fechou o exercício em 9,23%, calculada considerando juros reais de 5,61% a.a. acrescidos de 3,43%, correspondente ao INPC acumulado de janeiro a dezembro de 2018.

Como pode ser observada no gráfico abaixo, a Rentabilidade da Funcorsan, representada pela Rentabilidade Global, ficou acima da Meta Atuarial no ano de 2018.

Rentabilidade x Meta Atuarial



Entre os segmentos que compõem o portfólio de investimentos da Funcorsan em 2018, somente os investimentos estruturados e os imóveis apresentaram rentabilidade inferior à meta atuarial. Os demais investimentos apresentaram performance positiva e superior à meta atuarial.



A rentabilidade global também superou em 3,57 p.p o CDI, benchmark tradicionalmente utilizado nos segmentos de renda fixa e multimercado.

Considerando as variações positivas e negativas dos Investimentos em 2018, o resultado do Fluxo dos Investimentos no ano foi de R\$ 157.554.520,60.

Fluxo dos Investimentos 2018	
FLUXO INVESTIMENTOS	R\$ 157.554.520,60
VARIAÇÕES POSITIVAS	R\$ 191.306.491,32
Renda Fixa	R\$ 129.882.144,02
Renda Variável	R\$ 33.437.301,51
Investimentos Estruturados	R\$ 11.090.775,34
Imóveis	R\$ 6.900.758,92
Empréstimo	R\$ 9.995.511,53
VARIAÇÕES NEGATIVAS	R\$ -33.751.970,72
Renda Fixa	-R\$ 2.507.451,39
Renda Variável	R\$ -19.043.076,85
Investimentos Estruturados	-R\$ 5.471.149,73
Imóveis	R\$ -4.990.858,59
Empréstimo	R\$ -1.646.704,43
Disponível	R\$ -92.729,73

6.3 Enquadramento e Alocação

A Resolução CMN nº 4.661/2018 e suas alterações estabelecem critérios para o dimensionamento do grau de risco, assim como limites de alocação de recursos por segmento. Com isto, e objetivando garantir o equilíbrio entre os ativos e as obrigações da Funcorsan, adotamos práticas visando o gerenciamento eficiente da exposição aos distintos fatores de risco.

O §5º, do Artigo 37 da Resolução 4.661, dispõe que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC’s deverão desfazer-se do estoque de imóveis e terrenos pertencentes à sua carteira própria em até 12 anos, a contar da entrada em vigor da Resolução, ou constituir Fundo de Investimento Imobiliário – FII para abrigá-los. Deste modo, a Funcorsan passou a adotar medidas com vistas ao atendimento da legislação dentro do prazo definido.

Toda a alocação de recursos da Funcorsan resulta de um processo decisório pré-estabelecido na Política de Investimentos - PI. Alocar recursos significa destiná-los ao mercado financeiro considerando os estudos de correlação com o Passivo Atuarial chamado Asset Liability Management (ALM). Esse estudo resulta no conjunto de prioridades de volumes mencionados na Política de Investimentos.

A seguir, confira a posição e enquadramento da Carteira de Investimentos da Funcorsan em 31/12/2018:

Fundo Garantidor	1.609.433.018,02	100,00%	
Ativos	Alocação R\$	Participação	Limite
1 - Renda Fixa/Multimercado/Disponível	1.287.017.735,52	79,97%	100%
Votorantim Quaraí FI Renda Fixa	1.147.335.343,97		
Safra Piratini FI Multimercado	139.674.487,89		
Disponível	7.903,66		
2- Renda Variável	108.977.632,73	6,77%	70%
Bahia AM Valuation FIC FIA	23.328.695,20		
Ibiuna Equities 30 FIC FIA	11.135.609,13		
Oceana Valor FIC FIA	21.711.674,27		
Oceana Selection FIC FIA	19.855.464,84		
Santander Seleção 30 FIC Ações	11.692.324,19		
Bradesco Selection FI Ações	21.253.865,10		
3 - Investimentos Estruturados	110.734.128,47	6,88%	20%
Empreendedor Brasil FIP	3.935.443,51		
Bahia AM Marau FIC FIM	22.315.927,31		
Adam Macro Strategy II FIC FIM	31.372.944,92		
SPX Nimitz Estruturado FIC FIM	31.074.629,65		
Kapitalo Kappa FIN FIC Multimercado	22.035.183,08		
4 - Mercado Imobiliário	75.346.403,74	4,68%	20%
Próprios	75.418.420,96		
Alienados	72.017,22		
5 - Operações com os Participantes	44.652.004,16	2,77%	15%
Empréstimos	44.652.004,16		
6 - Derivativos	17.400.971,90	-1,08%	
7 - Depósitos Judiciais/Recursais Investimentos	106.085,30	0,01%	

6.4 Investimentos por Plano de Benefício Definido – BD e Plano de Gestão Administrativa – PGA

A Gestão dos Investimentos da Funcorsan é segregada por Planos: Plano de Benefício Definido – BD e Plano de Gestão Administrativa – PGA e está estruturada na forma de gestão própria e terceirizada. A gestão dos fundos de investimentos, que compreendem os segmentos de Renda Fixa, Multimercado, Renda Variável e Investimentos Estruturados, é totalmente terceirizada. Já a gestão de imóveis e empréstimos é realizada pela própria Funcorsan.

A seguir, demonstramos os investimentos da Funcorsan, segregados por segmento, listados em valores e em percentuais, sobre os Recursos Garantidores:

Análise dos Investimentos 2018				
Investimentos	Plano BD	Plano PGA	Valor Financeiro	% sobre total
Renda Fixa e Multimercado	1.282.289.918,93	4.719.912,93	1.287.009.831,86	79,97%
Renda Fixa	1.142.615.431,04	4.719.912,93	1.147.335.343,97	71,29%
Votorantim Quaraí FI Renda Fixa	1.142.615.431,04	4.719.912,93	1.147.335.343,97	71,29%
Multimercado	139.674.487,89	0,00	139.674.487,89	8,68%
Safra Piratini FI Multimercado	139.674.487,89	0,00	139.674.487,89	8,68%
Renda Variável	108.977.632,73	0,00	108.977.632,73	6,77%
Bahia AM Valuation FIC FIA	23.328.695,20	0,00	23.328.695,20	1,45%
Ibiuna Equities 30 FIC FIA	11.135.609,13	0,00	11.135.609,13	0,69%
Oceana Valor FIC FIA	21.711.674,27	0,00	21.711.674,27	1,35%
Oceana Selection FIC FIA	19.855.464,84	0,00	19.855.464,84	1,23%
Santander Seleção 30 FIC Ações	11.692.324,19	0,00	11.692.324,19	0,73%
Bradesco Selection FI Ações	21.253.865,10	0,00	21.253.865,10	1,32%
Investimento Estruturado	110.734.128,47	0,00	110.734.128,47	6,88%
FIP	3.935.443,51	0,00	3.935.443,51	0,24%
Empreendedor Brasil FIP	3.935.443,51	0,00	3.935.443,51	0,24%
Multimercado Estruturado	106.798.684,96	0,00	106.798.684,96	6,64%
Bahia AM Marau FIC FIM	22.315.927,31	0,00	22.315.927,31	1,39%
Adam Macro Strategy II FIC FIM	31.372.944,92	0,00	31.372.944,92	1,95%
SPX Nimitz Estruturado FIC FIM	31.074.629,65	0,00	31.074.629,65	1,93%
Kapitalo Kappa FIN FIC Multimercado	22.035.183,08	0,00	22.035.183,08	1,37%
Mercado Imobiliário	75.346.403,74	0,00	75.346.403,74	4,68%
Próprios	75.418.420,96	0,00	75.418.420,96	4,69%
Alienados	-72.017,22	0,00	-72.017,22	0,00%
Empréstimo	44.652.004,16	0,00	44.652.004,16	2,77%
Empréstimo	44.652.004,16	0,00	44.652.004,16	2,77%
Derivativos	-17.400.971,90	0,00	-17.400.971,90	-1,08%
Depósitos Judiciais / Recursais Investimentos	106.085,30	0,00	106.085,30	0,01%
Disponível	5.878,59	2.025,07	7.903,66	0,00%
Recursos Garantidores	1.604.711.080,02	4.721.938,00	1.609.433.018,02	100,00%

6.5 Investimentos – Administração Terceirizada sobre total de Investimentos e sobre o Plano

O quadro a seguir apresenta os resultados dos investimentos administrados por terceiros, separados por segmento de aplicação e seus percentuais sobre o total terceirizado e sobre o total dos investimentos:

Administração de Terceiros 2018			
Investimentos	Valor Financeiro	% sobre total Terceirizado	% sobre total Investimentos
Renda Fixa e Multimercado	1.287.009.831,86	85,42%	79,97%
Renda Fixa	1.147.335.343,97	76,15%	71,29%
Votorantim Quaraí FI Renda Fixa	1.147.335.343,97	76,15%	71,29%
Multimercado	139.674.487,89	9,27%	8,68%
Safra Piratini FI Multimercado	139.674.487,89	9,27%	8,68%
Renda Variável	108.977.632,73	7,23%	6,77%
Bahia AM Valuation FIC FIA	23.328.695,20	1,55%	1,45%
Ibiuna Equities 30 FIC FIA	11.135.609,13	0,74%	0,69%
Oceana Valor FIC FIA	21.711.674,27	1,44%	1,35%
Oceana Selection FIC FIA	19.855.464,84	1,32%	1,23%
Santander Seleção 30 FIC Ações	11.692.324,19	0,78%	0,73%
Bradesco Selection FI Ações	21.253.865,10	1,41%	1,32%
Investimentos Estruturados	110.734.128,47	7,35%	6,88%
FIP	3.935.443,51	0,26%	0,24%
Empreendedor Brasil FIP	3.935.443,51	0,26%	0,24%
Multimercado Estruturado	106.798.684,96	7,09%	6,64%
Bahia AM Marau FIC FIM	22.315.927,31	1,48%	1,39%
Adam Macro Strategy II FIC FIM	31.372.944,92	2,08%	1,95%
SPX Nimitz Estruturado FIC FIM	31.074.629,65	2,06%	1,93%
Kapitalo Kappa FIN FIC Multimercado	22.035.183,08	1,46%	1,37%
Total de Investimentos Terceirizados	1.506.721.593,06	100,00%	93,62%
Total de Investimentos do Plano	1.609.433.018,02	-	-

6.6 Taxas de Administração e Desempenho da Gestão Terceirizada

Nesta tabela, demonstramos as taxas de administração e de performance dos fundos de investimentos de gestão terceirizada:

Taxas de Administração/Gestão e Performance		
Renda Fixa e Multimercado	Taxa Administração/ Gestão	Taxa Performance
Votorantim Quaraí FI Renda Fixa	0,03%	n/a
Safra Piratini FI Multimercado	0,25%	n/a
Renda Variável		
Bahia AM Valuation FIC FIA	1,90%	20% Ibovespa
Ibiuna Equities 30 FIC FIA	1,96%	20% IBX
Oceana Valor FIC FIA	2,00%	20% IBX
Oceana Selection FIC FIA	2,00%	20% Ibovespa
Santander Seleção 30 FIC Ações	2,00%	20% Ibovespa
Bradesco Selection FI Ações	1,50%	n/a
Investimentos Estruturados		
Empreendedor Brasil FIP	1,90%	n/a
Bahia AM Marau FIC FIM	1,90%	20% CDI
Adam Macro Strategy II FIC FIM	1,90%	20% CDI
SPX Nimitz Estruturado FIC FIM	0,70%	20% CDI
Kapitalo Kappa FIN FIC Multimercado	2,00%	20% CDI

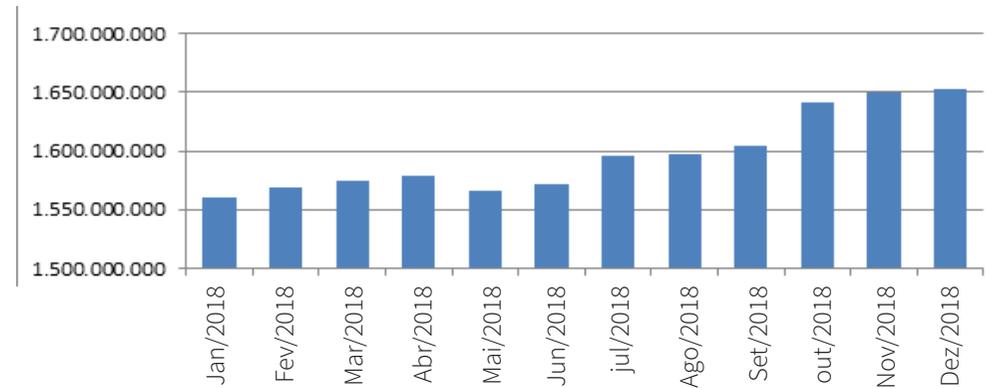
O quadro a seguir relaciona as modalidades de aplicação do Plano de Benefícios, bem como o valor dos investimentos com a gestão própria e terceirizada e os percentuais relativos aos Recursos Garantidores:

Análise dos Investimentos 2018		
Investimentos	Valor Financeiro	% sobre total
A) Carteira Própria	102.711.424,96	6,38%
Imóveis	75.346.403,74	4,68%
Próprios	75.418.420,96	4,69%
Alienados	-72.017,22	0,00%
Empréstimos a Participantes	44.652.004,16	2,77%
Derivativos	-17.400.971,90	-1,08%
Depósitos Judiciais/ Recursais Investimentos	106.085,30	0,01%
Disponível	7.903,66	0,00%
B) Carteira Terceirizada	1.506.721.593,06	93,62%
Renda Fixa	1.147.335.343,97	71,29%
Fundos de Investimentos	1.147.335.343,97	71,29%
Multimercado	139.674.487,89	8,68%
Fundos de Investimentos	139.674.487,89	8,68%
Renda Variável	108.977.632,73	6,77%
Fundos de Investimentos	108.977.632,73	6,77%
Investimentos Estruturados	110.734.128,47	6,88%
Fundos de Investimentos	110.734.128,47	6,88%
(A+B) Recursos Garantidores	1.609.433.018,02	100,00%

6.7 Evolução do Ativo Líquido

O ativo líquido do Plano de Benefícios Definido da Funcorsan encerrou o ano em R\$ 1,652 bilhões de reais. Esse aumento se deve ao resultado das rentabilidades dos investimentos, dos aportes de recursos oriundos das contribuições dos Participantes e Patrocinadoras, bem como valores recebidos referentes aos contratos de dívida firmados com a Patrocinadora Corsan.

Ativo Líquido - Plano de Benefícios Definido



6.8 Política de Investimentos

A Funcorsan planeja, acompanha e efetua a gestão de seus investimentos de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018 e suas alterações, bem como em conformidade com a sua Política de Investimentos - PI. O processo de planejamento e revisão da PI é anual, e se inicia no mês de outubro, com reuniões entre a área de Investimentos, o Comitê de Investimentos, a Consultoria de Investimentos e a Diretoria Executiva.

Durante a revisão da PI, são analisados os cenários doméstico e internacional e os estudos de ALM - Asset Liability Management. Depois de estruturada, a PI é submetida pela Diretoria Executiva ao Conselho Deliberativo para aprovação. Ainda, o Conselho Fiscal da Funcorsan acompanha regularmente e manifesta-se semestralmente acerca da conformidade dos investimentos em relação à PI.

6.8.1 Alocação de Recursos

A tabela a seguir apresenta a alocação dos recursos da Funcorsan para o ano de 2018 do Plano de Benefícios, em comparação a alocação estratégica e aos limites estabelecidos legalmente e pela Política de Investimentos. Contudo, devido às flutuações de mercado, as alocações de recursos da Funcorsan oscilam conforme os limites mínimos ou máximos, ajustando-se de acordo com as oportunidades e condições de mercado, nem sempre convergindo para alocação estratégica referenciada.

Segmento de aplicação	Alocação	Alocação	Política de Investimento		Limite
	Atual	Estratégica	Limite Inferior	Limite Superior	Legal
Renda Fixa e Multimercado	78,89%	76%	55%	95%	100%
Indexada à Inflação	67,92%	73%	53%	90%	100%
Não Indexadas à Inflação	10,97%	3%	2%	30%	100%
Renda Variável	6,77%	10%	0%	25%	70%
Investimentos Estruturados	6,88%	5%	0%	11%	20%
Investimentos no Exterior	0,00%	1%	0%	3%	10%
Imóveis	4,68%	5%	0%	7%	20%
Empréstimos e Financiamentos	2,77%	3%	2%	6%	15%

6.8.2 Gestão de Recursos

O principal objetivo da gestão de recursos é administrar o Patrimônio do Plano de Benefícios de forma eficaz e segura, gerindo riscos (de Mercado, de Liquidez, de Contraparte, Legal e Operacional) e buscando taxas de retorno consistentes, visando manter a solvência e o equilíbrio econômico-financeiro.

A Funcorsan delega às instituições financeiras, criteriosamente selecionadas e contratadas, a gestão de parte de seus recursos, por entender que estas detêm expertise no segmento, realizando o acompanhamento diário destes gestores e fundos de investimentos. Além disto, são realizadas reuniões do Comitê de Investimentos, no mínimo, mensalmente para análise de desempenho dos fundos, estratégias, perspectivas e riscos em consonância com a Política de Investimentos, considerando ainda os cenários econômicos, sendo que ocorre a participação dos gestores dos fundos nestas reuniões sempre que necessário.

Buscando os melhores profissionais do mercado, a PI da Funcorsan estabelece critérios para a seleção de gestores externos de investimentos, visando obter a excelência na gestão de seus recursos. Os critérios de seleção definidos na PI são:

- Aspectos Quantitativos: aferição do desempenho comparado com os demais gestores do mercado pertencentes às mesmas categorias de fundos, considerando-se indicadores de desempenho e de eficiência de gestão;
- Aspectos Qualitativos: aferição por meio de visita técnica (due diligence) das práticas, metodologias, processos e controles inerentes à gestão de investimentos dos gestores de recursos; dentre aspectos analisados, se destacam: a reputação na gestão de recursos de Investidores Institucionais, a qualificação das equipes de gestão e de pesquisa, a qualidade dos sistemas de controle e de gestão de risco de mercado e de crédito, a eficácia dos métodos e serviços de compliance e as políticas corporativas;
- Custos dos serviços de gestão, incluindo taxas de administração.

No ano de 2018, foram realizadas algumas ações com o intuito de aprimorar a gestão e obter um melhor desempenho. Dentre elas, destacamos:

Renda Fixa, Multimercado, Variável e Investimentos Estruturados

- Encerramento do Fundo Exclusivo Multimercado Taquari;
- Resgate total do Fundo de Renda Variável JGP Long Only Institucional FIA;
- Realização de Due Diligence para a seleção de gestores para aplicação em Fundo de Investimentos do segmento de Renda Variável;
- Aplicação inicial nos Fundos de Renda Variável Santander Seleção 30 FIC Ações e Bradesco Selection FI Ações;
- Aquisição, através do Fundo de Investimento Exclusivo Votorantim Quaraí, de 5.000 quantidades de NTN-Bs marcadas na curva, no vencimento de 15/05/2045, e de 10.000 quantidades de NTN-Bs marcadas a mercado, no vencimento de 15/08/2050.

Imóveis

- Recebimento de dívida da Patrocinadora no valor de R\$ 116 mil, referente ao imóvel sito Av. Sete de Setembro nº 641;
- Retomada de imóvel alienado localizado na Rua Annes Dias, conjunto 43;
- Venda das esmeraldas no valor de R\$ 2.000,00, em setembro de 2018;
- Aprovação do Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio - PPCI e realização do processo de regularização do imóvel de Alvorada;
- Oferta dos imóveis desocupados em diferentes imobiliárias do mercado;
- Maior flexibilidade nas negociações para locação de imóveis.

Pontos do Regulamento	De	Para
Modalidades	Pré Fixado e Pós Fixado	Pós Fixado
Margem consignável para Ativos	18%	15%
Margem consignável para Assistidos	50%	30%
Repactuação com retirada de valores	1 parcela paga	50% das parcelas contratadas pagas
Repactuação sem retirada de valores contrato adimplente	1 parcela paga	50% das parcelas contratadas pagas
Repactuação sem retirada de valores contrato inadimplente	1 parcela paga	50% das parcelas contratadas pagas
Juros Pré Fixado (%)	1,40%	Extinto
Juros Pós Fixado (%)	1,10%	1,00%
Repactuação sem retirada Pós Fixado (%)	1,10%	1,00%
Pré Fixado (Prazo)	24x	Extinto
Pós Fixado (Prazo)	48x	48x
Repactuação sem retirada Pós Fixado (Prazo)	90x	100x
Concessão de empréstimo para beneficiários entre 18 e 24 anos	Permitida concessão de acordo com as regras vigentes.	Extinto
Ação Judicial	Vedada concessão para participante que ingressar com ação judicial.	Vedada concessão para participante que ingressar com ação judicial. Esta vedação é válida até o período de 2 anos do trânsito em julgado da decisão judicial.

- Redução da Inadimplência em 2,17% em relação a 2017;
- No ano de 2018 foram concluídos os testes para implantação do novo Portal, com as funcionalidades relativas aos empréstimos, sendo que, no primeiro trimestre de 2019, estas foram disponibilizadas a todos os Participantes.

6.8.2.1 Empréstimos

A carteira possui duas modalidades de empréstimo - com e sem retirada de valores, cujas concessões no ano de 2018 são apresentadas nas tabelas a seguir:

Concessões de Empréstimos 2018 – em R\$				
Mês	Nova Concessão	Reforma com retirada de valores	Reforma sem retirada de valores	Total
Janeiro	742.668,21	3.575.723,49	69.106,77	4.387.498,47
Fevereiro	403.463,71	2.860.679,74	222.146,40	3.486.289,85
Março	654.448,56	3.251.177,80	36.004,06	3.941.630,42
Abril	577.753,97	3.082.284,29	43.482,50	3.703.520,76
Mai	747.978,08	2.956.316,03	49.347,90	3.753.642,01
Junho	455.052,59	3.891.254,65	130.097,57	4.476.404,81
Julho	811.614,79	1.831.046,04	347.281,22	2.989.942,05
Agosto	847.502,98	1.662.109,41	175.851,09	2.685.463,48
Setembro	787.046,50	866.097,27	-	1.653.143,77
Outubro	674.366,55	900.317,37	192.935,20	1.767.619,12
Novembro	617.232,41	1.520.340,21	171.589,15	2.309.161,77
Dezembro	555.913,84	820.328,20	31.777,98	1.408.020,02

Quantidade de Concessões de Empréstimos 2018				
Mês	Nova Concessão	Reforma com retirada de valores	Reforma sem retirada de valores	Total
Janeiro	71	154	4	229
Fevereiro	39	119	7	165
Março	63	143	2	208
Abril	54	121	2	177
Mai	70	119	1	190
Junho	44	148	4	196
Julho	88	88	7	183
Agosto	85	78	8	171
Setembro	74	50	0	124
Outubro	71	53	5	129
Novembro	64	71	3	138
Dezembro	60	42	1	103

Em julho de 2018 houve a alteração do Regulamento de Empréstimo, onde é possível observar na tabela acima, uma significativa redução na quantidade de concessões na modalidade “Reforma com retirada de valores”.

A tabela a seguir apresenta o saldo e quantidades de contratos ativos e contratos inadimplentes:

Carteira de Empréstimos 2018 – em R\$				
Mês	Saldo Adimplente	Quantidade	Saldo Inadimplente	Quantidade
Janeiro	43.376.130,31	3445	585.675,20	252
Fevereiro	43.323.921,34	3405	604.142,90	248
Março	43.707.846,68	3436	596.124,86	213
Abril	44.016.788,37	3405	583.829,04	206
Maió	44.349.776,20	3407	565.450,11	193
Junho	44.566.935,67	3407	568.296,75	178
Julho	44.884.346,99	3383	564.032,60	191
Agosto	45.120.877,84	3379	542.050,36	167
Setembro	45.397.273,21	3334	533.170,41	178
Outubro	44.976.966,12	3351	528.721,17	179
Novembro	44.780.211,45	3362	531.332,32	181
Dezembro	44.442.878,31	3326	548.133,40	215

6.9 Demonstrativo de Investimentos

O gerenciamento dos recursos é realizado de acordo com as diretrizes traçadas na Política de Investimentos. Acesse o Portal do Participante em <https://portal.funcorsan.com.br/> e, no menu lateral clique em Documentos Corporativos e, logo após, o submenu Política de Investimentos para consulta-la na íntegra.

6.9.1 Alocação de Recursos da Entidade

A tabela a seguir apresenta o total dos investimentos e a composição por segmento de aplicação, em reais e em percentuais, referentes ao 4º trimestre de 2018 e ao mesmo período do ano anterior:

Segmento de aplicação	Alocação em 31/12/2018 (R\$)	%	Alocação em 31/12/2017 (R\$)	%
Renda Fixa	1.287.009.831,86	79,97%	1.224.675.371,56	83,25%
Renda Variável	108.977.632,73	6,77%	86.976.199,72	5,91%
Investimentos Estruturados	110.734.128,47	6,88%	55.114.502,72	3,75%
Imóveis	75.346.403,74	4,68%	77.135.920,74	5,24%
Empréstimos e Financiamentos	44.652.004,16	2,77%	42.944.756,16	2,92%
Derivativos	-17.400.971,90	-1,08%	-15.863.187,33	-1,08%
Dep. Jud. / Recursais Invest.	106.085,30	0,01%	96.710,17	0,01%
Valores a Pagar/Receber/Disponível	7.903,66	0,00%	36.736,73	0,00%
Total	1.609.433.018,02	100,00	1.471.117.010,47	100,00%

A tabela a seguir, apresenta a rentabilidade líquida acumulada dos segmentos em relação aos índices de referência, definidos na Política de Investimentos.

Segmento/ Benchmark	2018				
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Acumulado no ano
Renda Fixa	2,89%	1,33%	2,60%	3,59%	10,80%
IMA-B	4,94%	-3,61%	1,71%	9,89%	13,06%
Renda Variável	10,04%	-12,63%	5,82%	14,62%	16,61%
IBX	11,29%	-14,85%	8,84%	11,90%	15,42%
Imóveis*	0,46%	0,64%	0,95%	-1,85%	0,18%
Empréstimos	4,24%	3,83%	4,95%	2,72%	16,68%
Estruturados	5,99%	1,03%	2,01%	-1,24%	7,88%
Rentabilidade Global	3,24%	0,48%	2,69%	3,48%	10,22%
Meta Atuarial	1,86%	3,48%	1,93%	1,67%	9,23%

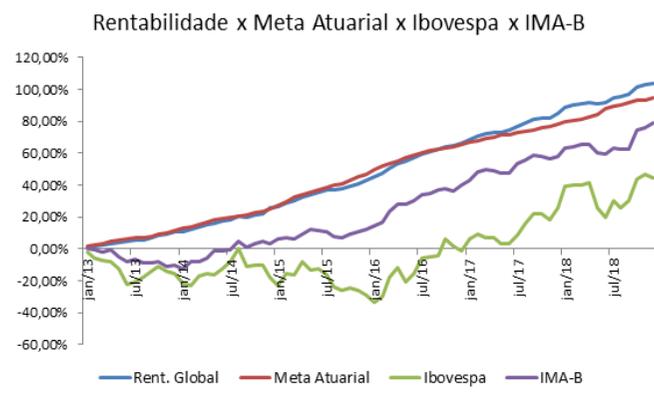
*Imóveis Próprios e Alienados

A gestão de investimento pauta-se pela visão de longo prazo, compatível com o perfil do Plano, que tem previsão de pagamento de benefícios também ao longo prazo.

O Votorantim Quaraí é um Fundo de Investimento Exclusivo, do segmento de Renda Fixa, que representa aproximadamente 71,29% do Fundo Garantidor da Entidade. O Fundo é composto em sua totalidade por Notas do Tesouro Nacional de séries B e C, grande parte precificada como ativos de característica “mantidos até o vencimento” (Curva), de acordo com a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, pressupondo a manutenção em carteira até o vencimento final dos títulos. Na tabela abaixo, são apresentados os títulos que compõem o Fundo, segregados pelo ano de aquisição, tipo de série e vencimento.

Carteira NTN-B e NTN-C 2018							
	2004	2013	2014	2015	2016	2017	2019
2020 B		32.344.516,27					
2021 C	7.604.113,76						
2024 B		90.791.576,63		61.930.494,78	15.350.678,77		
2030 B				75.637.414,38	14.950.383,71		
2035 B		149.399.589,28		13.588.693,96	33.686.795,20		
2040 B		22.359.420,33	12.517.342,72	42.637.638,49	31.068.708,06		
2045 B					31.431.165,66	16.678.698,23	16.639.140,78
2050 B		152.426.463,96	43.941.481,13	111.505.390,23	18.696.229,03	18.696.229,04	33.154.507,08
2055 B				37.407.964,40	31.230.219,09		

Na sequência, demonstramos em forma gráfica o desempenho dos investimentos da Funcorsan nos últimos 6 anos (de janeiro de 2013 a dezembro de 2018), comparando este desempenho com a Meta Atuarial e com os dois principais indicadores referenciais de mercado: IMA-B (Renda Fixa) e Ibovespa (Renda Variável):



Rentabilidade	103,83%
Meta Atuarial	94,64%
Ibovespa	44,19%
IMA-B	78,62%

6.9.2 Rentabilidades Brutas e Líquidas dos Fundos de Investimentos

Os dados seguintes apresentam as rentabilidades brutas e líquidas dos Fundos de Investimentos.

Segmentos de Aplicação	Rentabilidade Bruta Acumulada em 2018	Rentabilidade Líquida Acumulada em 2018
Renda Fixa		
Fundo Renda Fixa Quaraí (Banco Votorantim)	11,40%	11,37%
Fundo Multimercado FI Piratini (Banco Safra)	6,38%	6,12%
Renda Variável		
Bahia AM Valuation FIC FIA	25,49%	23,14%
Ibiuna Equities 30 FIC FIA	17,97%	15,70%
Oceana Valor FIC FIA	21,34%	18,96%
Oceana Selection FIC FIA	17,01%	14,71%
Santander Seleção 30 FIC Ações	23,27%	16,92%
Bradesco Selection FI Ações	24,89%	18,01%
Investimentos Estruturados		
Bahia AM Marau FIC FIM	12,03%	9,94%
Adam Macro Strategy II FIC FIM	9,34%	7,29%
SPX Nimitz Estruturado FIC FIM	4,37%	3,65%
Kapitalo Kappa FIN FIC Multimercado	14,33%	10,18%

6.9.3 Rentabilidades Brutas e Líquidas por Segmento de Aplicação

Atendendo ao disposto na legislação, apresentamos o relatório resumo das informações contendo a rentabilidade bruta e a rentabilidade líquida auferidas em cada segmento de aplicação:

Rentabilidade Bruta e Líquida Plano de Benefícios e PGA		
Renda Fixa	Rentabilidade Bruta	Rentabilidade Líquida
Retorno Anual	10,80%	10,52%
IMA-B	13,06%	13,06%
Renda Variável	Rentabilidade Bruta	Rentabilidade Líquida
Retorno Anual	16,61%	16,27%
IBX	15,42%	15,42%
Estruturados	Rentabilidade Bruta	Rentabilidade Líquida
Retorno Anual	7,88%	7,59%
Imóveis	Rentabilidade Bruta	Rentabilidade Líquida
Retorno Anual	0,18%	-0,07%
Empréstimos	Rentabilidade Bruta	Rentabilidade Líquida
Retorno Anual	16,68%	16,38%
Meta Atuarial	9,23%	9,23%

6.94 Riscos

A Funcorsan realiza o monitoramento dos riscos da carteira de investimentos com o propósito de possibilitar a contínua verificação da aderência da gestão à expectativa de retorno esperado e à exposição a riscos admitidos. Este monitoramento é realizado através do VaR (Value at Risk), método utilizado para avaliar o risco em operações financeiras, demonstrando a pior perda esperada em um dado horizonte de tempo, associado a um intervalo de confiança.

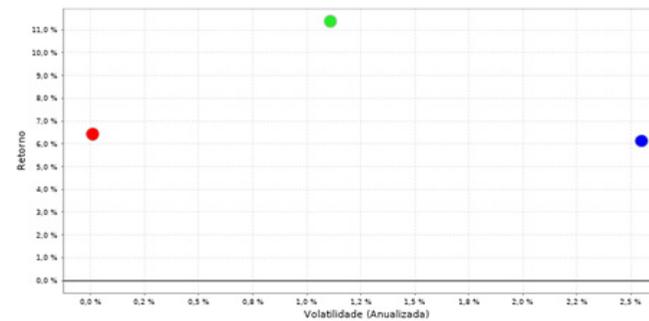
Os dados a seguir apresentam o VaR dos Fundos Exclusivos Quaraí e Piratini, na posição de 31/12/2018, considerando os seguintes parâmetros: Método Paramétrico, Horizonte de tempo de 1 dia, Nível de confiança de 95%, Modelo de Vol EWMA e Lâmbda 0.95

Fundo	Valor de Mercado	VaR (R\$)	VaR (%)
Votorantim Quaraí	R\$ 1.147.411.076,49	R\$ 1.011.061,25	0,09 %
Safra Piratini	R\$ 139.687.345,44	R\$ 252.159,23	0,18 %

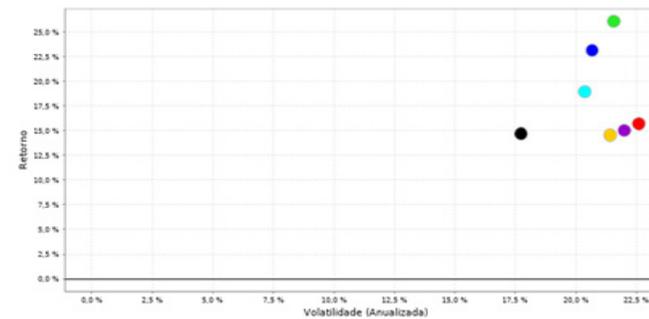
A análise da relação risco e retorno possibilita ao investidor verificar o nível de risco associado a determinado retorno de um ativo. Quanto maior o risco aceito pelo investidor, espera-se que maior deva ser a rentabilidade potencial deste investimento.

Nos gráficos a seguir são apresentadas as relações de risco e retorno dos fundos de investimentos aos quais a Funcorsan é cotista e seus benchmarks, separados por segmentos de investimentos, relativos aos últimos 12 meses:

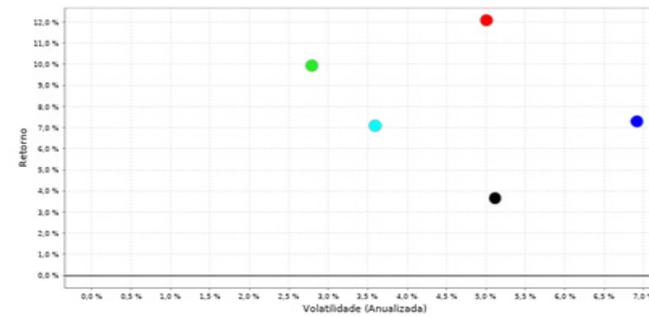
Ativo	Retorno	Volatilidade (Anualizada)
Votorantim Quaraí	11,37%	1,11%
CDI	6,42%	0,01%
Safra Piratini	6,12%	2,55%



Ativo	Retorno	Volatilidade (Anualizada)
Bradesco Selection FI AÇÕES	26,08%	21,56%
Bahia AM Valuation FIC AÇÕES	23,14%	20,66%
Oceana Valor FIC AÇÕES	18,96%	20,36%
Ibiuna Equities 30 FIC AÇÕES	15,70%	22,60%
Ibovespa	15,03%	22,00%
Oceana Selection FIC AÇÕES	14,71%	17,72%
Santander Seleção 30 FIC AÇÕES	14,56%	21,41%



Ativo	Retorno	Volatilidade (Anualizada)
Kapitao Kappa FIN FIC FIM	12,08%	5,00%
Bahia AM Marau FIC FIM	9,94%	2,79%
ADAM Macro Strategy II FIC FIM	7,29%	6,91%
IHFA	7,09%	3,59%
SPX Nimitz Estruturado FIC FIM	3,65%	5,11%





FUNCORSAN

Seu futuro mais presente.